



NOS TELHADOS DE PELOTAS/RS: REVELANDO RASGOS NO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS E CARTÕES POSTAIS

DANIEL MORAES BOTELHO



Pelotas – Rio Grande do Sul

**DOUTORADO EM GEOGRAFIA
POSGEA - UFRGS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DANIEL MORAES BOTELHO

NOS TELHADOS DE PELOTAS/RS:
REVELANDO RASGOS NO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS E CARTÕES
POSTAIS

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Porto Alegre, agosto de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**NOS TELHADOS DE PELOTAS/RS:
REVELANDO RASGOS NO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS E CARTÕES POSTAIS**

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DANIEL MORAES BOTELHO

ORIENTADOR: DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

Tese apresentada a Banca Examinadora como exigência parcial para o título de Doutor em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, agosto de 2013

CIP - Catalogação na Publicação

Botelho, Daniel Moraes

Nos telhados de Pelotas/RS: revelando rasgos no espaço urbano através de fotografias e cartões postais / Daniel Moraes Botelho. -- 2013.
265 f.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. espaço geográfico. 2. paisagem. 3. cartões postais e fotografias. 4. rasgos no espaço urbano. 5. Pelotas (RS). I. Soares, Paulo Roberto Rodrigues, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BANCA EXAMINADORA

Dra. Cláudia Luisa Zeferino Pires (UFRGS)

Dra. Ivana Maria Nicola Lopes (FURG)

Dr. Roberto Verdum (UFRGS)

Dra. Zita Rosane Possamai (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Ao orientador, professor Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, por provocar a descoberta de outros olhares à ciência geográfica. Inicialmente, as reflexões das interfaces da geografia e do turismo extraídas das redes e arados de São José Norte, das quais foi possível construir a vida acadêmica e profissional no campo do turismo mas, acima de tudo, por acreditar e permitir este reencontro com a geografia, a partir da construção deste estudo de doutorado, bem como pela liberdade e sugestões para analisar a cidade desde seus telhados.

À professora Dra. Ivana Maria Nicola Lopes: sem nunca ter sido minha professora efetivamente, sempre estive próxima das minhas (re)descobertas e (re)invenções. Nas tardes frias do sul do Brasil, procurávamos aquecer o corpo com os doces pelotenses, mas, de fato, o que eles adoçaram foi a minha busca para este estudo, diante das provocações decorrentes sobre os rasgos na cidade de Pelotas, o caminho escolhido para analisar a paisagem, a partir do encontro do meu olhar com as antigas fotografias e cartões postais de Pelotas. Agradeço a generosidade, carinho, a atenção constante e as trocas periódicas no processo de constituição deste *flâneur* dos ares.

Aos mestres do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, em especial ao professor Dr. Roberto Verdum, pelas dicas e observações, as quais provocaram uma vivência de esvaziamento, quando da qualificação desta tese. Mas, de fato elas me permitiram perceber que somente o vazio pode ser preenchido.

À professora Dra. Fabiane Villela Marroni, pelo convite para fazer parte do grupo de pesquisa de acervo digital (Laboratório de Acervo Digital) da Universidade Católica de Pelotas, fato que me aproximou das memórias escondidas nos acervos da Pelotas Memória de Nelson Nobre Magalhães.

Aos colegas da Universidade Católica de Pelotas, que entenderam minhas ausências e contribuíram para ajustar meus horários de trabalho, permitindo o deslocamento para Porto Alegre. Aos alunos, pelas trocas que suscitaram *insights* no processo de (re)descoberta da cidade.

À amiga Fabiane Pianowski, por sua atenção quando procurávamos caçar o sol, nas tardes frias da praia do Cassino, a fim de aquecer reflexões sobre arte, geografia e turismo. Trocas fundamentais para a construção da ideia apresentada à seleção deste programa de Pós-Graduação.

Por fim, agradeço a minha família pelo respeito, generosidade, apoio, cumplicidade e amabilidade, sentimentos e expressões fundamentais para fortalecer meu caminho de buscas e (re)descobertas.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta tese, meu

Obrigado!

À memória do preservacionista e poeta pelotense, Nelson Nobre Magalhães, um cidadão de hábitos simples que ao longo da sua vida recolheu as memórias da cidade para poetizá-las.

RESUMO

O estudo desta tese objetiva extrair dos acervos históricos (fotografias, cartões postais antigos e fascículos da Pelotas Memória, de Nelson Nobre Magalhães - 1944-2007 -), um diálogo interpretativo e metodológico para revelar paisagens na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, a partir de um giro fotográfico de 360º nos telhados da cidade sobre um eixo determinado, seguindo os critérios de localização (estar situado na área embrionária do espaço urbano, o primeiro loteamento) e acessibilidade (identificação das edificações verticais nesta área, como maneira de encontrar o melhor ponto de visão da cidade). Para este estudo foi adotada a noção de rasgos no espaço urbano, como os recortes-pedaços que se mantêm presos ao todo, o espaço. Neste sentido, as fontes de pesquisas associadas aos atuais registros fotográficos são consideradas símbolos espaciais, lembranças das (re)apropriações por parte da sociedade relacionadas a sua base material particular, específica. Para o processo interpretativo dos rasgos no espaço urbano, foram utilizadas como corpo metodológico, as bases teóricas que estruturam os estudos referentes ao espaço geográfico, à paisagem e aos suportes iconográficos (fotografias e cartões postais antigos). Com base neste estudo, foi possível conferir aos suportes iconográficos, como uma expressão simbólica da paisagem, recortes presos ao espaço. Neste sentido, as fotografias e cartões postais podem ser analisados a partir dos estudos da paisagem, envolvendo a noção de área, de modo de vida, de conteúdo simbólico (social, cultural, econômico e político) e de meio para interpretação do espaço. O procedimento metodológico adotado na tese foi a análise de conteúdo com base nas seguintes categorias: forma (identificar e analisar a distribuição do(s) objeto(s) no conjunto do espaço urbano); função (analisar as tarefas/intencionalidades no processo de criação do(s) objeto(s) e identificar os modos de vida da sociedade no tempo e no espaço); estrutura (identificar a estrutura demográfica de produção, de renda, de consumo, a partir do(s) objeto(s) no tempo); processo (identificar, a partir das fotografias, cartões postais e fascículos as principais transformações sociais, culturais, econômicas e políticas ocorridas ao longo do período). O processo de construção e análise deste estudo aponta que o caminho de investigação da ciência geográfica alimenta outros olhares para compreender as marcas na paisagem da urbe e, desta maneira, proporciona (re)ler, (re)escrever e (re)descobrir a cidade, como uma expressão para encontrar e criar outros sentidos na leitura geográfica da cidade e do espaço urbano como mundos imediatos.

Palavras-chave: espaço geográfico, paisagem, cartões postais e fotografias, rasgos no espaço urbano, Pelotas (RS).

RESUMEN

El estudio de esta tesis tiene como objetivo extraer de acervos históricos (fotografías, postales antiguos y publicaciones de Pelotas Memoria, de Nelson Noble Magalhães - 1944-2007 -), un diálogo interpretativo y metodológico para entender paisajes en la ciudad de Pelotas, Rio Grande do Sul, desde una visión fotográfica de 360º sobre los tejados de la ciudad y un determinado eje, siguiendo los criterios de ubicación (situado en el área embrionaria del espacio urbano, el primer lote) y la accesibilidad (identificación de los edificios verticales en esta área, como una manera de encontrar la mejor mirada de la ciudad). Para este estudio se adoptó el concepto de detalles en el espacio urbano, como los recortes de piezas que permanecen unidos al todo, al conjunto. En este sentido, las fuentes de investigación relacionados con los registros fotográficos actuales se consideran símbolos espaciales, recuerdos de las (re)apropiaciones por parte de la sociedad en relación con su base material particular, específica. Para el proceso de interpretación de los rasgos en el espacio urbano, se utilizaron como cuerpo metodológico, las bases teóricas que estructuran los estudios relacionados al espacio geográfico, al paisaje y a los medios iconográficos (fotografías y postales antiguas). Tomando como base este estudio, se pudo dar a los apoyos iconográficos, como expresión simbólica del paisaje, recortes conectados al espacio. En este sentido, las fotografías y postales se pueden analizar a partir de los estudios del paisaje, implicando la noción de área, de forma de vida, de contenido simbólico (social, cultural, económico y político) y de medios de interpretación del espacio. La metodología adoptada en esta tesis fue analizar el contenido teniendo como base las siguientes categorías: forma (identificar y analizar la distribución de objeto(s) en el conjunto del espacio urbano); función (analizar las tareas / intenciones en el proceso de creación(es) de objeto(s) e identificar las formas de vida de la sociedad en el tiempo y en el espacio); estructura (identificar la estructura demográfica de la producción, del ingreso, del consumo, desde objeto(s) en el tiempo); proceso (identificar, desde las fotografías, postales y publicaciones los principales cambios sociales, culturales, económicos y políticos sucedidos durante el período). El proceso de construcción y análisis de este estudio orienta que la forma de hacer investigación de la ciencia geográfica alimenta otras formas para comprender las marcas en el paisaje de la urbe y, por lo tanto, proporciona (re)leer, (re)escribir y (re)descubrir la ciudad, como una expresión para encontrar y crear otros significados en la lectura geográfica de la ciudad y del espacio urbano como mundos inmediatos.

Palabras - clave: espacio geográfico, paisaje, tarjetas postales y fotografías, rasgos en el espacio urbano, Pelotas (RS).

ABSTRACT

The study of this thesis aims to extract the historical collections (photographs, old postcards and booklets of Memory Pelotas, de Nelson Nobre Magalhães - 1944-2007 -), a methodological and interpretive dialogue to reveal landscapes in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, from a photographic turning of 360° on the roofs of the city on a given axis, following location criteria (being situated in the embryo of urban space, the first subdivision) and accessibility (identification of vertical buildings in this area, as a way to find the best vantage point of the city). For this study we adopted the notion of urban space in tears, as the clippings-pieces that remain attached to the whole, the space. In this sense, the sources of research associated with current photographic records are considered symbols spatial symbols, memories of reappropriation by society related to its specific material base. For the interpretive process of tears in the urban space, were used as body methodological, theoretical bases that structure the studies relating to the geographic space, landscape and iconographic media (photographs, and old postcards). Based on this study, it was possible to see the iconographic media, as a symbolic expression of the landscape, clippings stuck in space. In this sense, the photographs and postcards can be analyzed from the landscape studies, involving aerial notion, of lifestyle, symbolic content (social, cultural, economic and political) and means for interpretation of the space. The methodological approach adopted in this thesis was the analysis of content based on the following categories: form (identify and analyze the distribution of the object in the set of urban space); function (analyzing tasks / intentions in the process of object creation and identifying ways of life of society in time and space); structure (identify the demographic structure of production, income, consumption from the objects in time); process (identify from the photographs, postcards and booklets major social, cultural, economic and political changes over the period). The process of construction and analysis of this study shows that the researching way of geographical science feeds other looks to understand patterns in the landscape of the city and thus, provides reread, rewrite and rediscover the city as an expression to find and create other meanings in geographical reading of the city and urban space as immediate worlds.

Keywords: geographic space, landscape, postcards and photographs, tears in the urban space, Pelotas (RS)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Indicação do primeiro loteamento (núcleo de formação urbana). Fonte: Google Maps, 2013.....	29
FIGURA 2: Localização dos pontos de interesse na área da primeira planta urbana. Fonte: Google Maps, 2013.....	30
FIGURA 3: Trecho da Rua Andrade Neves (entre as Ruas Marechal Floriano e Sete de Setembro sentido sul - norte) final do século XIX. Fonte: ANNM (LAD/UCPel)	66
FIGURA 4: Trecho da Rua Andrade Neves (entre as Ruas Marechal Floriano e Sete de Setembro sentido sul- norte) década de 1930. Fonte: ANNM (LAD/UCPel)	66
FIGURA 5: Trecho da Rua Andrade Neves (entre as Ruas Sete de Setembro e Marechal Floriano sentido norte - sul) década de 1970. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	66
FIGURA 6: Hotel Grindler (final do século XIX). Fonte: ANNM (LAD/UCPel)	79
FIGURA 7: Localização do Município de Pelotas na Mesorregião Sudeste Rio-grandense no Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS, 2010	94
FIGURA 8: Cartão postal Charqueada em Pelotas (veiculado no início do século XX). Fonte: AEA (LAD/UCPel)	97
FIGURA 9: Croqui topográfico da área urbana de Pelotas (Leste Oeste). Fonte: adaptado de Rosa, 1985...	98
FIGURA 10: Croqui topográfico da área urbana de Pelotas (Norte Sul). Elaboração: Daniel Moraes Botelho	98
FIGURA 11: Fotografia das lavadeiras às margens do arroio Santa Bárbara (1909) - Pelotas/RS. Imediações da atual Rua Professor Araújo. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	101

FIGURA 12: Praça das Carretas às margens do arroio Santa Bárbara - Pelotas/ RS. Imediações da atual Companhia Estadual de Energia Elétrica. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	101
FIGURA 13: Expansão urbana de Pelotas 1812 - 1880. Fonte: adaptado de Magalhães, 1993.....	102
FIGURA 14: Fábrica de Sabão e Velas/Pelotas RS. Fonte: ANNM (LAD/UCPel)	104
FIGURA 15: Postal da Rua XV de Novembro esquina General Neto (década de 1910) /Pelotas RS. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	104
FIGURA 16: Mercado Central de Pelotas. À esquerda, os postes da rede telefônica e, no centro, os bondes elétricos. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	106
FIGURA 17: Cartão postal da Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório) - Pelotas RS. À direita, a iluminação pública e no entorno do Chafariz Fonte das Nereidas. Fonte: ANNM (LAD/UCPel)...	106
FIGURA 18: Cartão postal do Edifício Glória (Rua Marechal Floriano esquina Andrade Neves) - Pelotas RS – aproximadamente década de 1930. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	100
FIGURA 19: Fotografia da Rua XV de Novembro (Praça Coronel Pedro Osório) - Pelotas RS. No 3º plano, à esquerda, o Palácio do Comércio - aproximadamente década de 1950. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	109
FIGURA 20: Vista da Rua Marechal Floriano entre as Ruas XV de Novembro e Andrade Neves (1956) - Pelotas/RS. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	110
FIGURA 21: Vista da praia do Laranjal (década de 1960) - Pelotas/RS. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	110
FIGURA 22: Vista noturna da Rua Andrade Neves – Pelotas/RS. Centro Comercial, década de 1970. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	112
FIGURA 23: Vista aérea da área central (entorno da Praça Coronel Pedro Osório, década de 1980) - Pelotas/RS. Verticalização do perímetro central. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	112

FIGURA 24: Detalhe da fachada do Mercado Público de Pelotas (veiculado nos anos de 1990) - Pelotas/RS. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	113
FIGURA 25: Detalhes de Pelotas/RS (veiculado no início do Século XXI). Da esquerda para direita: relógio do Mercado Público, cúpula do Grande Hotel, fachada do Museu da Baronesa e cúpula da Catedral São Francisco de Paula. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	113
FIGURA 26: Distribuição das unidades fabris na planta urbana. Fonte: adaptado do Google Maps (2013)....	120
FIGURA 27: Charqueada de José Inácio Xavier I. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	123
FIGURA 28: Organização espacial das unidades charqueadoras (adaptado da cópia da aquarela de Jean Baptista Debret - 1820). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	125
FIGURA 29: Balsa na costa do arroio Pelotas (aproximadamente 1880). Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	128
FIGURA 30: Detalhe do transporte fluvial do charque. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	129
FIGURA 31: Vista geral da Charqueada com aproximação de detalhe. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	131
FIGURA 32: Charqueada de José Inácio Xavier II. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	136
FIGURA 33: Ruínas da Cervejaria Sul Riograndese. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	139
FIGURA 34: Cervejaria Sul Riograndese. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	140
FIGURA 35: Cervejaria Sul Riograndese e entorno (século XX). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	142
FIGURA 36: Engenho São Gonçalo. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	145
FIGURA 37: Vista do Engenho São Gonçalo. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	146
FIGURA 38: Vista da margem sul do canal (Engenho São Gonçalo). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	146

FIGURA 39: Organização espacial do Engenho São Gonçalo. Fonte: adaptado do Google Maps (2013).....	147
FIGURA 40: Companhia Fiação de Tecidos Pelotense. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	140
FIGURA 41: Distribuição espacial da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense. Fonte: ANNM (LAD/UCPel)...	151
FIGURA 42: Funções setoriais da área de produção da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense (1964). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	153
FIGURA 43: Setor administrativo da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense (1964). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	154
FIGURA 44: Operários da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense no pátio de instruções (1964). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	156
FIGURA 45: Unidades habitacionais e comércio no entorno da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	158
FIGURA 46: Companhia Moinho Pelotense I. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	160
FIGURA 47: Companhia Moinho Pelotense II. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	161
FIGURA 48: Distribuição das atividades no conjunto arquitetônico Companhia Moinho Pelotense. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	162
FIGURA 49: Frigorífico Anglo. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	164
FIGURA 50: Complexo industrial Frigorífico Anglo. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	165
FIGURA 51: Agrupamento de habitações populares (vila da balsa). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	167
FIGURA 52: Casas em fita (Rua José do Patrocínio esquina Almirante Tamandaré). Fonte: Daniel Moraes Botelho (2013).....	167

FIGURA 53: Dinâmicas atuais no bairro do Porto. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2013).....	170
FIGURA 54: Conjuntos residenciais nas imediações do Porto. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	173
FIGURA 55: Conjunto residencial Simon Bolivar. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2013).....	173
FIGURA 56: Distribuição dos objetos no perímetro central. Fonte: Adaptado do Google Maps (2013).....	179
FIGURA 57: Arquitetura residencial do século XIX. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	182
FIGURA 58: Palacete do Comendador Domingos Rodrigues Ribas (início do século XX). Fonte: ANNM (LAD/UCPel)	184
FIGURA 59: Primeiro Mercado Público. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	185
FIGURA 60: Palacete do charqueador Felisberto José Gonçalves Braga (final do século XIX). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	187
FIGURA 61: Conjunto arquitetônico residencial no entorno da atual Praça Coronel Pedro Osório (aprox. década de 1950). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	188
FIGURA 62: Rua XV de Novembro. Em destaque, residência do Barão da Conceição (década de 1910). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	190
FIGURA 63: Lampião na Rua XV de Novembro. Praça da República (1908). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	193
FIGURA 64: Cisqueiros. Atual Rua General Neto entre Félix da Cunha e Pe. Anchieta. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	194
FIGURA 65: Enfermaria feminina do primeiro hospital de caridade. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	195
FIGURA 66: Cúpulas das torres da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	196

FIGURA 67: Detalhe da Caixa D'água. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)	196
FIGURA 68: Caixa D'água (aprox. década de 1920). Fonte: AEA (LAD/UCPEL).....	197
FIGURA 69: Distribuição dos chafarizes no espaço urbano. Fonte: Google Map's (2013)	198
FIGURA 70: Santa Casa de Misericórdia. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	200
FIGURA 71: Rua São Miguel (atual Rua XV de Novembro esquina Rua Voluntários da Pátria – sentido sul). Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	202
FIGURA 72: Detalhes da Rua São Miguel. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	203
FIGURA 73: Rua Andrade Neves I. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	204
FIGURA 74: Rua Andrade Neves II. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	205
FIGURA 75: Bondes de tração animal. Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	207
FIGURA 76: Os primeiros Bondes Elétricos (atual Praça Coronel Pedro Osório). Fonte: ANNM (LAD/UCPel)	208
FIGURA 77: Detalhe da cúpula da primeira sede do Banco do Brasil. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)	210
FIGURA 78: Banco do Brasil (Rua XV de Novembro esquina Lobo da Costa). Fonte: ANNM (LAD/UCPel)....	211
FIGURA 79: Banco da Província (Rua XV de Novembro esquina Marechal Floriano Peixoto). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	211
FIGURA 80: Banco do Comércio (Rua Andrade Neves esquina Lobo da Costa). Fonte: ANNM (LAD/UCPel)..	212
FIGURA 81: Banco Pelotense (Rua Andrade Neves esquina Marechal Floriano Peixoto). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	212

FIGURA 82: Vitrines do Tempo: o comércio em Pelotas (1920-1950). Fonte: ANNM (LAD/UCPel).....	214
FIGURA 83: Catedral São Francisco de Paula. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	217
FIGURA 84: Catedral São Francisco de Paula (final do século XIX). Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	218
FIGURA 85: Catedral São Francisco de Paula (século XX). Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	220
FIGURA 86: Interior da Catedral São Francisco de Paula (século XX). Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	220
FIGURA 87: Interior do Café Java (século XIX – atual Galeria Zabaleta). Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	222
FIGURA 88: Interior do Hotel Aliança. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	223
FIGURA 89: Reclame do BA-TA-CLAN. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	223
FIGURA 90: Detalhe do Grande Hotel. Fonte: Daniel Moraes Botelho.....	224
FIGURA 91: Grande Hotel. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	225
FIGURA 92: Praça da República. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	227
FIGURA 93: Teatro Sete de Abril. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	227
FIGURA 94: O movimento na Confeitaria Brasil. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	228
FIGURA 95: O Corso de carnaval das famílias tradicionais. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	229
FIGURA 96: O carnaval de Pelotas (1930-1950). Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	231
FIGURA 97: Invasão de Pelotas pelas tropas de Zeca Netto (1923). Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	234
FIGURA 98: Imagens do quebra-quebra de 1942. Fonte: ANNM (LAD/UCPEL).....	235

FIGURA 99: Verticalização no perímetro central. Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012).....	238
FIGURA 100: Verticalização no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Fonte: AEA (LAD/UCPel).....	240
FIGURA 101: Manifestações populares em 2013. Fonte: Carlos Queiroz (Diário Popular).....	243

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1: As noções de horizontalidade e verticalidade em Jong, Sorokin e Lefebvre. Fonte: Santos (2004), organização Daniel Moraes Botelho.....	52
QUADRO 2: Evidências das bases conceituais e interpretativas da paisagem. Elaboração: Daniel Moraes Botelho.....	70
QUADRO 3: Temas recorrentes suportes iconográficos e paisagem. Elaboração: Daniel Moraes Botelho	84
QUADRO 4: Temas recorrentes suportes iconográficos e paisagem (continuação). Elaboração: Daniel Moraes Botelho.....	85
QUADRO 5: Tema e contexto da análise de conteúdo. Elaboração: Daniel Moraes Botelho.....	88
QUADRO 6: Tema e contexto da análise de conteúdo. Elaboração: Daniel Moraes Botelho.....	89
GRÁFICO 1: Estrutura de classes sociais nas unidades de produção saladeiril. Elaboração: Daniel Moraes Botelho.....	132
GRÁFICO 2: Estrutura de classes sociais no espaço urbano. Elaboração: Daniel Moraes Botelho.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS

ANNM - Acervo Nelson Nobre Magalhães

AEA - Acervo Eduardo Arriada

FEE - Fundação Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

LAD - Laboratório de Acervo Digital

UCPel - Universidade Católica de Pelotas

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

UM GIRO PARA GEOGRAFAR RASGOS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	25
CAPÍTULO I - DOS TELHADOS DA CIDADE UM BLOCO DE FORMAS GEOMÉTRICAS REVELA CÚPULAS, FRONTÕES E PLATIBANDAS. TEMPOS, OBJETOS E AÇÕES SE ENTRETECEM À NOÇÃO GEOGRÁFICA DO ESPAÇO	
1. Nos telhados de Pelotas: das formas geométricas à noção geográfica do espaço.....	41
CAPÍTULO II - A PAISAGEM COMO RASGOS NO ESPAÇO PARA FAZER SURGIR O CONJUNTO DE OBJETOS E AÇÕES, SÍMBOLOS DE UM PASSADO QUE COEXISTE NO PRESENTE	
2. Paisagem: rasgos no espaço urbano.....	58
CAPÍTULO III - CARTÕES POSTAIS E FOTOGRAFIAS, MORADA DE INQUILINOS DESCONHECIDOS QUE CONTAM HISTÓRIAS PARA REVELAR OS RASGOS NO ESPAÇO URBANO	
3. Cartões postais e fotografias: suportes para estabelecer um procedimento metodológico.....	78
CAPÍTULO IV - CRISTAIS DE SAL E AÇÚCAR NA FORMAÇÃO DA VILA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA À CIDADE DE PELOTAS/RS	

4. Cristais de sal e açúcar na formação do espaço urbano de Pelotas/RS.....	93
4.1 - Cristais de sal: a origem da urbe pelotense.....	95
4.2 - Cristais de açúcar: a Pelotas no século XX.....	103
 CAPÍTULO V - DOS SALADEIROS ÀS INSTALAÇÕES URBANO-INDUSTRIAIS: REVELANDO UM RASGO FABRIL	
5. Os objetos de um rasgo fabril.....	119
5.1 - Os saladeiros.....	121
5.2 - Os modelos urbano-industriais.....	130
5.3 - Geografando o atual rasgo fabril.....	168
 CAPÍTULO VI - O NÚCLEO RESIDENCIAL DA ELITE SALADEIRIL ÀS EXPRESSÕES DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: REVELANDO O RASGO DO PERÍMETRO CENTRAL	
6. Nas tramas do caleidoscópio: revelando o rasgo do perímetro central do espaço urbano.....	178
6.1 - Do núcleo residencial à formação do perímetro central.....	181
6.2 - Novas práticas, novos objetos e novos atores.....	191
6.3 - O perímetro central: um espaço das manifestações sociais.....	217
6.4 - Na verticalização do núcleo urbano para geografar o rasgo do atual perímetro central..	237

NO GIRO DO CALEIDOSCÓPICO IMAGINÁRIO NOS TELHADOS DE PELOTAS: REFLEXÕES FINAIS.....	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	255

UM GIRO PARA GEOGRAFAR¹ RASGOS²: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
ou foi o mundo então que cresceu...
Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...
(Roda Viva - Chico Buarque de Hollanda, 1968)

Os versos do compositor traduzem a sensação de repentino estancamento e vazio provocado na qualificação para esta tese, ao mesmo tempo em que sinalizava um mundo geográfico a ser descortinado. Para isso foi preciso rodar, girar no meu eixo para encontrar outros olhares. Subi o mais alto possível para lançar o olhar sobre os telhados de Pelotas, o meu mundo, até então pequeno, porém agora grande que se perde no horizonte.

Ao ver a cidade, os tempos passados pareciam encerrar-se naquele instante, como formas que se enrolavam às voltas do meu viver, um exercício inconsciente para preencher o vazio. Era primavera de 2011, do terraço do edifício Chanceler a visão vagava por entre formas geométricas com suas vestes douradas do sol que se

¹Termo que tomo emprestado de Suertegaray (2005) no texto *Poética do espaço geográfico: em comemoração aos 70 anos da AGB*. Uma expressão que nasce da tomada de consciência para qualificar as análises e interpretações do espaço de vida. Significa criar, no sentido desta tese, outras possibilidades para a leitura geográfica da cidade e do espaço urbano como mundos imediatos.

² Termo que procuro aproximar ao conceito de paisagem, argumentação para utilizar esta expressão encontra-se no segundo capítulo (p.69-73).

deitava no horizonte da cidade. Minutos após, elas se transmutavam em pontos de luz dispersos na planície e aos poucos, se uniam em longas linhas, um tudo e um nada, embalado pela melodia do vento sul.

No final do verão de 2012, retorno ao local e contemplo novamente a cidade a meus pés. Dos telhados, das formas e suas entranhas reencontro meu sentimento e fragmentos da minha história, imagens guardadas na memória, naquele instante registradas na memória digital, como maneira de revisitá-las a qualquer momento.

No retorno às atividades acadêmicas, reencontro estas imagens no computador. Outros olhares e novas aproximações me conduzem a detalhes conhecidos e desconhecidos. Os fragmentos digitais inspiram a noção de sementes capazes de gerar cidades que se inserem em si. As formas percebidas como objetos de outros tempos provocam uma espécie de diálogo com os antigos cartões postais, fonte de estudo do projeto de tese e do meu trabalho no Laboratório de Acervo Digital (LAD)³ da Universidade Católica de Pelotas.

Na busca de compreender as imagens que meu olhar tentava decodificar, as conversas de confeitaria com a Professora Ivana Maria Nicola Lopes, cortejaram a perspectiva de um rasgo. Uma abertura para recomeçar a pesquisa. Uma perspectiva para retomar a abordagem dos registros fotográficos no campo da geografia.

³O Laboratório de Acervo Digital foi concebido a partir do Grupo de Pesquisa Acervo Digital - GrAD (cadastrado no CNPq) vinculado ao Núcleo de Apoio a Projetos de Informática (NAPI) do Centro Politécnico da UCPel. De caráter multidisciplinar, tem como objetivo principal a aplicação da Informática a serviço da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. Em 2006, com o convênio do Ministério da Cultura associa-se ao LAD a Rede de Pontos de Cultura do município de Pelotas. Neste sentido se consolidam os objetivos dos projetos para atender as propostas tecnológicas e culturais. Os tecnológicos visam à digitalização dos acervos históricos culturais referentes à cidade de Pelotas, bem como a higienização, catalogação e organização dos acervos. Os culturais procuram promover o diálogo comunidade-memória, através da produção de minidocumentários, exposições fotográficas e disponibilização gratuita de acervos digitais. Associado ao LAD se encontra o Centro de Pesquisa e Documentação Nelson Nobre Magalhães, o qual visa a salvaguardar o acervo físico do Preservacionista Nelson Nobre Magalhães, doado pela família após o seu falecimento em 2007.

Mas, que rasgos são estes? Qual a dimensão geográfica de um rasgo? Esta fração, este aspecto são paisagens de uma cidade a descobrir? Como fazer dialogar estes rasgos com os *fascículos*⁴, fotografias e cartões postais do acervo particular de Nelson Nobre Magalhães (ANNM) e Eduardo Arriada (AEA) do LAD?

A estas interrogações aninhou-se a questão: Qual o método de interpretação das fotografias e cartões postais como fontes de estudo para revelar rasgos na área urbana de Pelotas, a partir de um giro de 360° sobre o meu eixo, em uma perspectiva geográfica? A partir dela, tomo por base as seguintes hipóteses:

a) os registros fotográficos assumem a categoria de símbolos espaciais na medida em que podem representar expressões sociais, culturais, econômicas e políticas;

b) os registros fotográficos como símbolos espaciais se avizinham às categorias geográficas espaço e paisagem;

c) os registros fotográficos são expressões visuais da paisagem. Portanto, a interpretação dos rasgos pode utilizar-se dos métodos de estudo da paisagem;

d) os rasgos na área urbana como paisagem, são memórias do processo de formação do espaço, capazes de dialogar com os fascículos, fotografias e cartões postais dos acervos particulares em estudo, presentes no LAD.

⁴Produção escrita de Nelson Nobre Magalhães sobre as memórias da cidade de Pelotas no formato de fascículos (Pelotas Memória e Menestrel, publicados entre 1986 e 2002). O preservacionista ao longo de sua vida se dedicou a recolher memórias da cidade através de cartões postais, fotografias, revistas entre outros documentos. Um cidadão de hábitos simples que passou a representar uma referência no esforço de manutenção da memória pelotense. Atualmente o seu legado de preservacionista representa um dos maiores acervos históricos e culturais da cidade.

Esta identidade geográfica que assumo quanto à pesquisa traz em si um pouco da minha história de vida acadêmica no campo da geografia, do turismo e da educação ambiental, pois como aponta Cosgrove (1998, p.93) “a geografia está em toda parte”, assim como os rasgos estão. Diante disso, para a proposta de estudo, defini um eixo (ponto geográfico) para olhar a cidade, a partir de um giro de 360º e captar imagens nos telhados de Pelotas. Neste sentido, estabeleci dois critérios para determiná-lo: a localização na área urbana e a acessibilidade.

Inicialmente para a localização do eixo, tomei por referência o núcleo de formação urbana, um quadrilátero (figura 1) formado pelas atuais ruas: Bento Gonçalves (Norte), General Neto (Sul), Marcílio Dias (Oeste) e Almirante Barroso (Leste). Esta espécie de tabuleiro do primeiro loteamento (1812) aguçou a ideia de entender a complexidade do movimento das suas peças, como rasgo-recorte-pedaço de um todo.

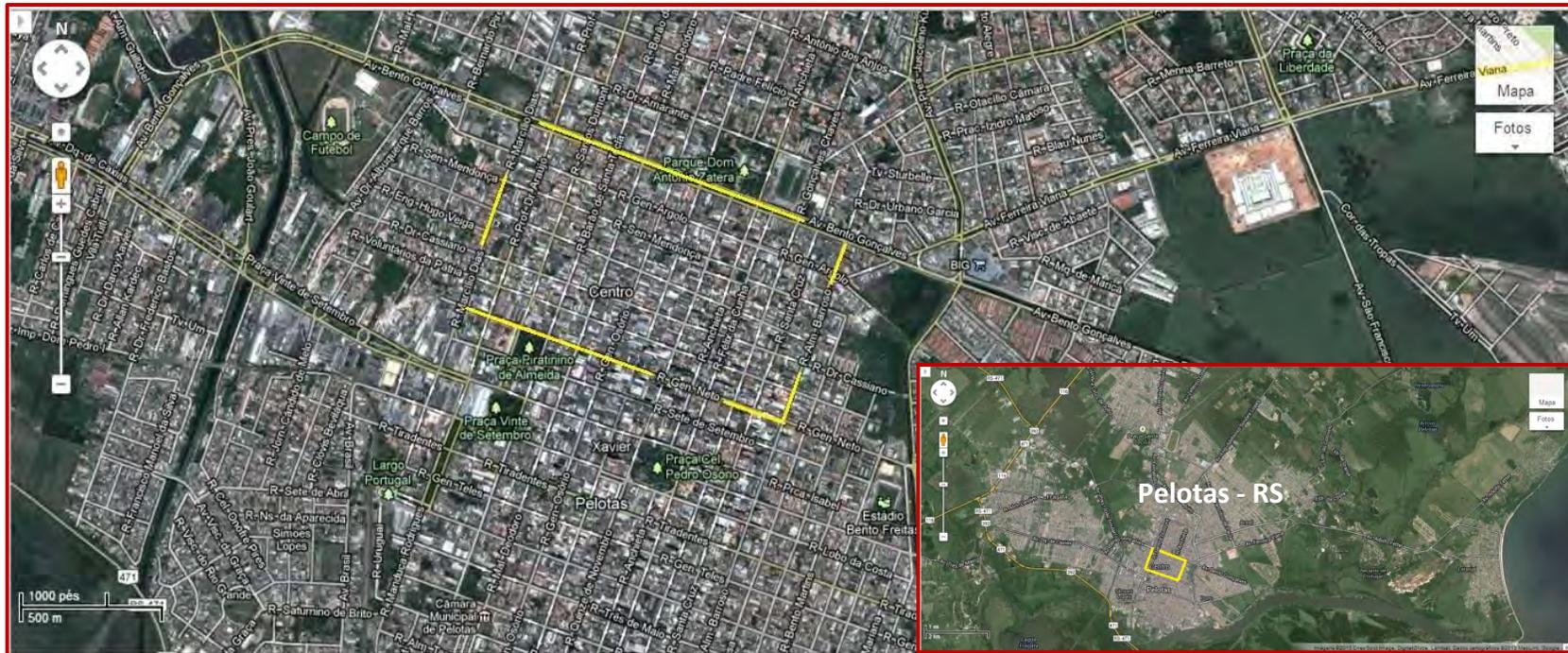


Figura 1 – Indicação do primeiro loteamento (núcleo de formação urbana).
Fonte: Google Maps (2013)

Para alcançar a visão longínqua da cidade passei a observar as construções verticais localizadas nesta área embrionária. Um exercício que me levou a percorrer as antigas ruas na busca de encontrar as edificações mais elevadas. Após esta verificação preliminar, selecionei aquelas que apresentavam áreas livres no seu topo, com o mínimo de obstáculos (antenas, chaminés e platibandas⁵). Assim, identifiquei os seguintes edifícios:

⁵ Termo utilizado na arquitetura para designar uma faixa horizontal (muro cego ou vazado) que emoldura a parte superior de um edifício e que tem a função de esconder o telhado.

Condomínio Uruguiana (Rua Senador Mendonça, 35), Condomínio Galeria Zabaleta (Rua XV de Novembro, 666), Condomínio Chanceler (Rua Major Cícero Góes Monteiro, 91), Condomínio Antares (Rua Félix Cunha, 981) - (figura 2).



Figura 2 – Localização dos pontos de interesse na área da primeira planta urbana.
Fonte: Google Maps (2013)

Tendo em vista ser o gestor das imagens, não foi possível afastar-me do sentimento de apego e afeição que me levou à busca deste olhar. Afinal, estava alimentado por emoções, sentimentos e paixões. Como aponta Lynch (1997), olhar a cidade há bem mais do que a visão pode abarcar, mais do que o ouvido pode captar, porque traz lembranças e experiências passadas em relação direta com a riqueza e a variedade de significados.

Em uma espécie de leitura criativa das formas cotidianas, a natureza afetiva se instala como a necessidade humana de desejar e de sonhar num processo de cultivo íntimo e do encontro do homem consigo mesmo e com seu mundo (BACHELARD, 2001). Este sentimento aguça a lembrança e a memória para o (re)encantamento diante da cidade percebida. Ou ainda, como um sentimento de “topofilia” (do grego *tópos-lugar + philía-amor*), um elo afetivo entre a pessoa e o lugar (TUAN, 1980 p.4). Uma expressão do ser humano em perceber o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos. Um processo de apropriação do espaço, no qual o sujeito imprime a sua marca e ao qual atribui novos significados, passando a identificar-se com essa paisagem.

Estes sentimentos remeteram-me ao exercício inicial de esvaziamento que fixou o olhar sobre a cidade como resultado deste conjunto relacional do “eu”, sujeito, com as imagens observadas, o ambiente. A pesquisa traz em si o meu sentido em ver a cidade, a natureza afetiva conduziu ao condomínio Chanceler, local onde fiz as primeiras observações, atendendo aos critérios de localização e acessibilidade.

Após autorização da zeladoria e administradora do condomínio, tomei por referência o ponto mais elevado, o topo da caixa d’água, localizada no 15° andar, como eixo (ponto definido pelas coordenadas geográficas de 31° 45’ 56’’S e 52° 20’ 11’’W) para o giro fotográfico de 360°. A fim de registrar as imagens, utilizei

uma câmera digital SONY DSC-HX200V (18.2 Mega Pixels e Zoom Óptico de 30x) com recurso de indicação geográfica.

Assim, estas imagens registradas passaram a ser fonte e inspiração para a análise da pesquisa, com o intuito de provocar o diálogo com os cartões postais, fotografias e fascículos. Deste modo, estabeleço, como objetivo geral de estudo, revelar rasgos no espaço urbano de Pelotas através da fotografia e cartões postais. Então, para fins de encaminhamento do que pretendo e considerando a questão de pesquisa e as hipóteses apontadas, proponho os seguintes objetivos específicos:

- a) expor uma abordagem teórica referente às categorias de análise geográfica do espaço;
- b) apresentar os conceitos de paisagem e sua correlação com a noção de rasgos no espaço urbano;
- c) estabelecer um método de análise da paisagem (rasgos) através das fotografias e cartões postais;
- d) revelar rasgos no espaço urbano de Pelotas através do diálogo com os fascículos, fotografias e cartões postais.

Para este estudo adoto a abordagem qualitativa, que segundo Silva (2004 p.15):

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas [...] É interpretativa. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados intuitivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Escolher a perspectiva qualitativa significa procurar maior aproximação com a realidade, um campo fértil para as interpretações, na qual o pesquisador é um intérprete da realidade estudada e nela se encontra imerso. Tomando as imagens fotográficas e os cartões postais no processo de revelar as paisagens, necessita-se construir um corpo teórico, bem como estabelecer um procedimento metodológico. Neste contexto, utilizo a *análise de conteúdo*⁶, um instrumento para captar as interpretações do objeto de estudo a partir do viés teórico das categorias de análise das fontes utilizadas.

A pesquisa qualitativa no âmbito da geografia requer um recorte espacial e temporal, isto é, propor os limites do espaço em estudo e o momento do tempo no qual se situa o tema (CORRÊA, 2003). Conforme já foi apontado, o estudo refere-se à área urbana (dimensão urbana do espaço) de Pelotas/RS, captada pelo registro fotográfico através do giro de 360° a partir de um eixo definido.

Esta dimensão do espaço não está associada apenas à maneira de viver a vida urbana na sua pluralidade de padrões. Cabe entendê-la, também, como o lugar de conflitos e consenso entre as estruturas sociais, econômicas e políticas. Uma forma espacial dotada de funções, objetos e processos criados pelo homem ao longo da história de constituição da cidade, os quais são parte integrante de um território regional, complexo e dinâmico. Para Corrêa (1995) tal espaço se expressa em diferentes áreas: a) o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; b)- áreas industriais; c) áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; d) áreas de lazer; e) entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

⁶ Este procedimento é explicitado no terceiro capítulo.

O recorte temporal transita entre o século XIX e XXI. Na medida em que busco estabelecer um diálogo dos meus registros com fotografias e cartões postais dos acervos de Nelson Nobre Magalhães e Eduardo Arriada, presente e passado tendem a interatuar na interpretação do processo de revelar rasgos no espaço urbano. Neste sentido, o recorte temporal ficará aberto aos registros representativos desta dimensão do espaço. Cabe ainda ressaltar que, ao tratar de um processo interpretativo do pesquisador com relação aos dados colhidos, a leitura faz-se permeada pela subjetividade. Uma leitura neutra parece ser impossível, pois a metodologia está pautada na flexibilidade da própria interpretação.

Portanto, na produção textual desta pesquisa verte-se a pessoalidade do pesquisador, visto este trazer as experiências e as vivências com o tema proposto. Também justifico o *layout* de apresentação no formato paisagem, não pela tese tratar deste conceito, mas igualmente para proporcionar ao leitor melhor compreensão das fotografias e cartões postais utilizados neste estudo.

Considero relevante o escopo desta pesquisa por acreditar que os remanescentes objetos distribuídos na paisagem guardem as memórias do processo de transição dos séculos XIX e XXI. Estes vestígios do passado servem de referencial identitário para a sociedade atual, pois alimentam a memória coletiva, um conjunto de lembranças construídas socialmente que transcendem o individual. Elas são como aderências do grupo, do qual o indivíduo faz parte, no espaço onde trabalha, habita e vive, isto é, compartilha (ABREU, 2011).

Ainda no campo da memória coletiva, o autor aponta, quanto à chamada memória histórica, ela é capaz de se eternizar em registros e documentos. São esses dados que permitem preservar a memória das cidades, bem como contextualizar os testemunhos do passado na paisagem. Neste sentido, a realização do estudo

visa destacar a relevância dos acervos históricos do LAD, como fonte para os estudos geográficos da “memória urbana como um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar” (ABREU, 2011, p. 23).

Ao tratar da paisagem como lembrança das (re)apropriações por parte da sociedade, relacionadas a uma base material particular, específica. Eu estou tratando, segundo o mesmo autor, da memória da cidade, de um lugar específico. Neste aspecto, os estudos da história mediada pelas categorias geográficas de análise do espaço, são fundamentais para revelar os rasgos no espaço urbano, como maneira de identificar elementos que lhe conferem identidade.

As leituras da chamada hipermodernidade (LIPOVESTKY E SEBÁSTIEN, 2007), ícone da sedução e renovação permanente, configuram uma sociedade superficial e frívola, que impõe a espetacularidade. Um caminho tendencioso à homogeneização do espaço através dos mecanismos de comunicação globalizados. Estes mecanismos têm gerado comportamentos líquidos (BAUMANN, 2007), uma verdadeira efemeridade do espaço-tempo, resultado da fragmentação e do individualismo, dando vida a uma realidade ambígua, multiforme, na qual tudo parece desmanchar-se no ar e escorrer pelos dedos.

Na sociedade atual, as realizações individuais e coletivas parecem não solidificar-se porque, em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos e as capacidades em incapacidades, resultado das dinâmicas da hipermodernidade e da liquidez da vida, uma verdadeira sucessão de reinícios, os quais, por vezes, parecem querer negar o passado. Eu chamo de uma sociedade da *novidadeirice*, esse modo de gostar do novo ou, ainda, um intenso apreço da sociedade ao novo. Este mundo da novidade não raro gera um sentimento de estar inserido em uma espécie de anulação do lugar enquanto singularidade e que reforça, ao mesmo tempo, a busca desta última.

Ao trazer estas reflexões, quero fortalecer a necessidade de realizar este estudo, como maneira de contribuir para o processo de fomentar as estratégias de redesenho urbano, onde o passado, como uma singularidade viva da cultura, esteja no cotidiano da cidade, sem com isso abdicar do novo. Ou ainda, uma proposta situada entre o passado e o presente, substituindo parâmetros face às novas possibilidades, a qual, ao investigar o passado, é capaz de ressuscitar a tradição, a memória coletiva dos usos e costumes que marcaram uma experiência ancestral, sem com isso inibir a modernidade (FERRARA, 1999).

Ou ainda, como diz Santos (2004, p.232), “velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos”.

Considero abrir o estudo um caminho para (re)conhecer o passado como maneira de atribuir ao lugar as suas singularidades e a memória coletiva. Os velhos objetos falam das transformações do que me foi deixado como herança nesse lugar, nessa cidade e nesse contexto. As suas novas funções e usos de que me aproprio diariamente são, também, novidadeirices que habitam os velhos objetos.

Assim, para atender os objetivos propostos e construir um corpo teórico a fim de orientar o estudo e encontrar caminhos à questão da pesquisa, busco tratar, no primeiro capítulo, das categorias (objeto, ações, função, estrutura, forma e processo) de análise geográfica do espaço, a partir da construção teórico-metodológica proposta pelo geógrafo Milton Santos. Utilizo este viés por entender a sua tradição no campo da ciência geográfica, a qual serve de subsídio para os diferentes estudos de geógrafos contemporâneos.

Ao expor teoricamente as categorias condicionadoras da noção de espaço, outros diálogos teóricos aderem à produção textual, ao considerá-lo uma visibilidade⁷ que esse olhar desperta, corporifico um caleidoscópio para me aproximar do conceito de lugar e paisagem. Este último será tratado no segundo capítulo, o qual transita em diferentes recortes teóricos na perspectiva de elucidar a construção desta abordagem na geografia.

Carlos (2007) salienta que cabe aos estudiosos da leitura geográfica estabelecer seus recortes e seus referenciais teórico-metodológicos para analisar um fenômeno. Neste processo, recolho os elos das bases conceituais da paisagem em Vidal de La Blache, Max-Sorre, Pierre George, Andre Cholley, Paul Claval, Denis Cosgrove, Jean-Marc Besse, Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, a fim de contextualizar a noção de rasgos no espaço urbano.

Para revelar estes rasgos através das fotografias e cartões postais, o terceiro capítulo apresenta os aportes teóricos destes suportes iconográficos com base nos estudos de Boris Kossoy, Nelson Brissac Peixoto, Maria Lúcia Miguel, Solange Ferraz Lima e Alberto Manguel. Utilizando-me deles, proponho a interlocução com as bases conceituais referentes à paisagem, como estratégia para estabelecer um procedimento metodológico de estudo.

⁷ Termo que se refere à noção da percepção da paisagem como processo. Um olhar interpretativo, estratégico e indagativo na leitura do lugar. Uma perspectiva para inserir o visual na pluralidade da experiência de outros olhares individuais e coletivos, subjetivos e sociais, situados no tempo e no espaço (FERRARA, 2002)

Tendo em vista o objetivo de revelar a paisagem através de fotografias da área urbana de Pelotas, no quarto capítulo apresento o processo de formação deste espaço, como maneira de contextualizar para o leitor, o recorte espacial da pesquisa. Nele apresento a formação espacial de Pelotas a partir do período charqueador, buscando assim apontar as estruturas, as funções e as formas constituídas neste processo histórico, como uma espécie de passeio textual e ilustrativo por meio de fotografias e cartões postais até a última década do século XX.

Diante disso com base na proposta e procedimento metodológico, os últimos capítulos procuram revelar os rasgos no espaço urbano de Pelotas, um exercício de análise através dos possíveis diálogos das imagens captadas no giro de 360° com as antigas fotografias e cartões postais, além das memórias da cidade contidas nos fascículos de Nelson Nobre Magalhães, nos relatos dos viajantes do século XIX (Conde D'Eu, Arsène Isabelle, Nicolau Dreys, Robert Avé-Lallemant) e Heloisa Nascimento, bem como nos estudos de Ester Gutierrez, associados ao corpo teórico constituído. Desta maneira, procuro extrair as possíveis leituras interpretativas deste recorte espacial, a partir dos objetos remanescentes que o olhar consegue registrar. Após este exercício, as reflexões finais abrem outros caminhos e inquietações para geografar novas pesquisas.

CAPÍTULO I

DOS TELHADOS DA CIDADE UM BLOCO DE FORMAS GEOMÉTRICAS REVELA
CÚPULAS, FRONTÕES E PLATIBANDAS. TEMPOS, OBJETOS E AÇÕES SE ENTRETECEM
À NOÇÃO GEOGRÁFICA DO ESPAÇO.

Venta
Ali se vê
Onde o arvoredo inventa um ballet
Enquanto invento aqui pra mim
Um silêncio sem fim
Deixando a rima assim
Sem mágoas, sem nada
Só uma janela em cruz
E uma paisagem tão comum
Telhados de Paris
Em casas velhas, mudas
Em blocos que o engano fez aqui
Mas tem no outono uma luz
Que acaricia essa dureza cor de giz
Que mora ao lado e mais parece outro país.
(Telhados de Paris – Nei Lisboa, 1988)



Vista panorâmica de Pelotas (sentido oeste-norte).

1 NOS TELHADOS DE PELOTAS: DAS FORMAS GEOMÉTRICAS À NOÇÃO GEOGRÁFICA DE ESPAÇO

Em um primeiro olhar, do alto do edifício a cidade mais se parece como um bloco de formas geométricas que se desenha através dos prédios e telhados, construções mudas, à primeira vista, nada de exemplar. Diante desta imagem, apenas o vento parece trazer a mobilidade dessa extensão visível destinada às residências, comércio, indústria e circulação. Este distanciar que invento gera a ideia de apenas mais uma cidade, entre tantas, edificadas ao longo do tempo.

Porém, quando o olhar fixa os diferentes ângulos deste bloco, ocorre uma eclosão de formas, cúpulas⁸, frontões⁹, janelas, torres, ruas e praças. Como um *flâneur*¹⁰ dos ares passeio pelos telhados e ruas da cidade e transito por diferentes espaços, dos públicos até o mais privado ou ainda por aqueles que, somente dos ares, é possível avistar. Neste passeio sobre os telhados a partir do giro no meio eixo, o olhar invade o labirinto de ruas com seus objetos multicoloridos. Um espetáculo urbano oferecido pelo andar apressado das pessoas, dos automóveis, das luzes dos semáforos, das praças e das aves que parecem plainar no céu.

Assim, a cidade se transforma em um texto a ser lido. Como aponta Massagli (2008, p.57), “o *flâneur* é um leitor da cidade, bem como de seus habitantes, através de cujas faces tenta decifrar os sentidos da vida urbana”. De fato, através deste giro refaço caminhos, decodifico objetos e estabeleço ligações neste cenário

⁸ Parte superior, convexa externa de edifícios também conhecida como abóboda (FERREIRA, 2010, p.626)

⁹ Peça de forma triangular ou arredondada, com base retilínea, mais alta do que larga que adorna a parte superior da fachada de edifícios (FERREIRA, 2010, p.988).

¹⁰ Termo utilizado por Charles Baudelaire, Walter Benjamin e Edmund White para designar a pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la.

urbano. As conexões deste rápido exercício se transformam em uma espécie de teia, tal como contou Ítalo Calvino¹¹ na sua invisível Ercília: uma cidade onde os moradores estabeleciam fios coloridos conforme suas relações de trabalho, de comércio, de lazer, de amizade entre tantas outras imagináveis, a ponto de, quando era impossível transitar por este emaranhado de fios, seus habitantes construir uma nova cidade tal qual a originária e, de longe, observarem os fios estendidos na planície.

E, como se fosse um habitante da imaginada Ercília de Calvino, a visão se estende às planuras do sítio urbano de Pelotas e o emaranhado de fios se transforma em conexões absorvidas pelos objetos fixados neste mosaico da cidade. A esse sentimento de ver o espetáculo da cidade e a reconhecer nos objetos o meu cotidiano, aproximo a noção geográfica do espaço como:

[...] um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. Fixos e fluxos, interagindo, expressam esta realidade geográfica (SANTOS, 2004, p. 61-62).

Os fios imaginários representam os fluxos estabelecidos através da minha apropriação dos objetos fixados neste lugar. E, as sucessivas (re)ligações destes últimos se refazem aos novos fluxos do próprio cotidiano, no exercício de olhar a cidade, ela deixa de representar apenas uma materialidade abarcada pela visão. Trata-se de uma experiência que reúne estas formas (fixas) mais as ações que dá sentido à vida (fluxos).

¹¹ A cidade de Ercília é um dos contos de Ítalo Calvino no seu livro *Cidades Invisíveis*. Neste livro Calvino sugere uma fábula geográfica da descrição dos lugares pelo famoso viajante Marco Polo para Kublai Khan (Imperador Mongol 1215-1294). (CALVINO, 1990[1972])

Esse é um movimento entre objetos e homens, formas e conteúdos, movente e movido, um conjunto inseparável e inclusivo de fixos e fluxos (SANTOS, 1996). As formas representam os objetos que consigo fixar, objetos dotados de mobilidade, pois carregam em si os conteúdos da vida que os anima. Esta vida é como as ações que se reproduzem e que ao pensar estes objetos, também refletem a minha experiência geográfica.

Esta reflexão assume o definido por Santos (2004, p. 62-63) como espaço: “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O reconhecimento destes objetos e a variável interpretação destas ações revelam a formação do espaço, na sua escala urbana, a qual observo. Para tais categorias conceituais de objetos e ações, Santos (2004) propõe, inicialmente, uma reflexão a partir de Henri Focillon (1943, 1981) sobre as coisas e os objetos, sendo as primeiras consideradas, segundo suas argumentações teóricas, como dádivas da natureza e os segundos, como formas artificiais, isso é, obras do homem como resultado do trabalho.

Na atualidade, pensar em coisas e objetos não é tarefa fácil, visto os objetos tomarem o lugar das coisas. Para Santos (2004) todas as coisas (dádivas da natureza) são transformadas pelo homem a partir de um conjunto de intencionalidades sociais e técnicas de um dado momento histórico, um processo de transformação dos recursos naturais em bens para a manutenção do sistema econômico e social. Assim, “os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda a herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou” (SANTOS, 2004, p.72), neste sentido, afirma o autor tratar-se de um híbrido.

Um sistema de objetos carrega consigo o uso, a função e a utilidade herdados pelos grupos humanos das gerações anteriores, com os quais convivem no presente e geram as perspectivas futuras. Eles, além do seu papel simbólico, trazem, em sua essência, um “presente passado” que se entretetece ao “presente futuro” (SANTOS,

2004, p.145), pois, a cada novo acontecimento, estes objetos mudam o seu conteúdo e a sua significação, tendo em vista ser o homem o protagonista de sua construção. Assim nos aproximamos das ações, resultado do fato de agir; de ser tudo aquilo que se faz: uma seqüência de acontecimentos.

Ao tratar da ação no campo da geografia, o homem é o sujeito das transformações no ambiente como maneira de modificar a situação na qual se insere. Um processo dotado de propósito. Santos (2004) baliza que tais ações estão subordinadas a normas formais e informais em diferentes escalas de comando. Elas podem ser o produto das necessidades alheias ao lugar, por exemplo, o resultado do processo de globalização e internacionalização do capital, veja-se no caso dos complexos industriais e financeiros internacionais, a geração energética (eólica, hídrica, fóssil e nuclear) e a circulação da manufatura (terrestre, ferroviária, aérea e hídrica), exemplos que se apresentam fixados no espaço por meio destas ações externas.

Esta fixação de objetos se define em ações intrínsecas ao lugar, como ampliar e remodelar a infraestrutura urbana para atender as demandas de moradia, comércio, hospedagem, qualificação de mão de obra e lazer. Este sistema de ações também se dá pelo resultado da combinação das diferentes escalas de comando. Ao considerá-las como próprias do homem, torna-se evidente o seu resultado como finalidades materiais e imateriais. Assim, um sistema de ações tem, em sua gênese, o “econômico, social, cultural, moral e afetivo que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos” (SANTOS, 2004, p.83).

Nessa abordagem geográfica não é possível considerar separadamente o sistema de ações e objetos, por estas categorias de análise formarem uma amálgama. Esta afirmativa traduz o conjunto indissociável de

Santos (2004, p.63), pois “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes”.

A reflexão a partir de Santos (2004) reitera, de maneira elucidativa, os sistemas de ações não ocorrem sem os sistemas de objetos, o conjunto dessa interação deve ser entendido como processo e resultado. A interdependência direta e indireta de ambos deve ser compreendida com um concerto, o qual se expressa na dinâmica do espaço e na sua transformação. Ainda no campo de definição, Santos (1985) já havia destacado os elementos constitutivos do espaço como sendo os homens, as firmas, as instituições, as infraestruturas e o meio ecológico. Segundo o autor, eles se entrelaçam e se fundem, os quais originando-se do chamado sistema de objetos e ações.

Ao considerar os homens e mulheres como seres individuais e sociais, fornecedores ou não de trabalho, todos estão dotados de ações, as quais podem ser o resultado dos objetos instalados pelas firmas produtoras de bens e serviços e da disseminação das ideias. No caso dessas últimas, eu as associo aos padrões de vida adotados pela sociedade de consumo em que estamos inseridos. Essas ações, quanto ao modo de vida, materializam-se nas estruturas de moradia, nas vias de acesso, nos meios de transporte, nos espaços de consumo e de trabalho, sendo, também, o resultado das normas, das ordens e da divisão do trabalho.

Estes objetos igualmente interferem nas ações dos grupos humanos, bem como os complexos territoriais onde são edificados, os quais podem resultar em novas ordens e normas para a própria legitimação. Porém, cabe ressaltar que este meio não pode ser encarado somente como um receptáculo de objetos das ações humanas, mas ainda como delas resultante. Neste sentido, objetos e ações não se apresentam em uma relação

direta de causa e efeito, são interações e fusões complexas, contraditórias e solidárias no plano do vivido, das nossas experiências cotidianas somadas ao processo de (re)construção histórica do espaço.

Assim, o espaço é uma unidade formada de partes, cada uma (objetos e ações) contendo e sendo contida por esta unidade. E, ao considerar estas partes como sistemas, a unidade espacial retrata um movimento permanente, sempre em processo de renovação. Portanto, a noção de espaço não se caracteriza por uma unidade acabada e totalizante, como alerta Santos (2004, p.117), “a totalidade é uma realidade fugaz que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer”.

Ao refletir sobre estas categorias, o olhar panorâmico inicial do bloco de formas geométricas se traduzem em uma noção geográfica do espaço, como um processo resultante das heranças da relação dialética¹² do homem-natureza-modos de produção ao longo dos tempos. Ou ainda, o espaço se dá por meio da coexistência das formas herdadas (de outras funcionalidades), reconstruídas sob uma nova organização, com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente (SUERTEGARAY, 2001). Estes pontos de vista permitem propor ser o espaço a expressão de um mosaico das sucessivas interações, relações e fusões dos sistemas de objetos e ações. Afinal, os homens interferem na produção dos objetos e, por esses, novos significados são lhes atribuídos ao longo da história.

Na medida em que objetos e ações se tecem na formação do espaço, a tessitura se dá através do modo como os homens se organizaram socialmente para (re)produzir a sua existência. Um movimento cumulativo

¹² No sentido de um processo incessante, progressivo, movido por oposições violentas e que avança por rupturas.

das relações sociais, culturais, econômicas e técnicas cristalizadas nos objetos ao longo do tempo, os quais assumem novas funções no processo inacabado de (re)produção do espaço.

A partir deste argumento, encontro nas ideias de Santos, novos desdobramentos para a análise geográfica do espaço: forma, função, estrutura e processo. Estas categorias são apresentadas a partir da concepção de que “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1985, p.49). Compreender sua produção requer apreendê-lo na sua relação com a sociedade que dita os processos e especifica formas, estruturas e funções.

Lefebvre (1991), ao tratar sobre a análise dos fenômenos da cidade e do urbano aponta a necessidade de empregar como instrumentos metodológicos a forma, função, estrutura, dimensões, campo e conjunto entre outras. Também, salienta que estes termos são polissêmicos e assumem diferentes significados para as diversas áreas do conhecimento. Caberá, ao teórico da cidade, atribuir a estes instrumentos a definição precisa, como maneira de garantir a leitura das escrituras da cidade, isso é, aquilo que ela é capaz de transmitir.

Neste sentido, retomando as ideias conceituais de Santos (1985), a *forma* é a feição visível de alguma coisa. Um objeto ou o conjunto de sua disposição requer ser visto de maneira não autônoma, pois é gerado historicamente, organizando o presente e projetando o futuro nas suas diferentes escalas, isto é, casas, parques, bairros, cidades, redes urbanas etc. Se tomada de maneira isolada, a forma representa uma mera descrição dos fenômenos num dado instante do tempo.

A *função* sugere uma ação, uma tarefa, um papel a ser desempenhado pela forma, o objeto criado ou seja, é “a atividade elementar de que a forma se reveste” (SANTOS, 1985, p.51). Isto é, ela atribui significado à

forma, visto um objeto no espaço não permanecer desprovido de tarefa e, esta, não poder desempenhar-se sem a forma. Daí dizer que, da relação direta e indireta entre forma e função, vivenciamos diferentes dimensões do nosso dia a dia (trabalho, compras, lazer etc.).

Este habitar, no sentido de viver este cotidiano, requer contextualizar a natureza histórica do momento, como maneira de inserir a forma e a função na estrutura social. Neste sentido, Santos (1985, p.50) sinaliza que a *estrutura* “implica a inter-relação de todas as partes de um todo”. Para compreendê-la, é preciso sempre considerar a natureza social e econômica de cada período. Essa categoria, conforme o autor, é a combinação específica das estruturas: demográfica, de produção, de renda, de consumo, de classes e de um arranjo de técnicas produtivas e organizativas. Portanto, a estrutura assume a noção de matriz em que se criam e se justificam as formas e as funções.

Na apreensão da realidade do espaço no contexto da geografia não é possível tomar, como campo de interesse, apenas a forma das coisas; por isso, o processo é inerente para esclarecer a sua compreensão. Este *processo* é definido por Santos (1985, p.50) “como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”.

Em outras palavras, o processo traz em si o dinamismo com que se modifica e é modificado pelo seu movimento de transformação histórica e geológica. Desse modo, a partir do processo é possível entender a criação das formas e compreender as funções, pois ele nasce das contradições no âmbito de uma estrutura social e econômica.

Diante do exposto, parece evidente a inseparabilidade conceitual destas categorias. Ainda, conforme, Santos (1985, p.56):

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a idéia de transformação nos escapa e as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função, sem a estrutura, deixa-nos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função, seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento.

Considerar este conjunto de categorias é uma contribuição significativa para evitar uma superficial e descritiva compreensão. Com isso quero dizer que a combinação de alguns pares de categorias é incapaz de captar a dinâmica e as mediações da organização espacial de uma sociedade na sua trajetória temporal. Portanto, a inseparabilidade destas categorias, como método geográfico, auxilia no processo de leitura e interpretação da forma espacial do urbano. Assim este tecido espacial metaforicamente traduz a noção de espaço urbano, tomando por princípio a experiência de perceber os fios imaginários da cidade. Isto é, ele não se restringe apenas à materialidade dos objetos e ações, ele se estende para as representações e os símbolos espaciais que dele fazemos (HAESBAERT, 2004).

Ao tecer estes fios (de formas, objetos, funções, ações, estrutura e processos) compreendo não se tratar de mais uma cidade, entre tantas outras e, sim do meu objeto de estudo, a cidade de Pelotas. Ela é carregada de símbolos que lhe conferem uma identidade cuja tessitura expressa a produção deste conjunto

espacial, considerado quanto à contradição, oposição e conciliação das silhuetas visíveis dos objetos e a seu papel desempenhado no contexto socioeconômico que se refaz de maneira contínua no tempo.

Este espaço revela-se cheio de afeto, porque traz em si as minhas experiências e vivências, não só *dos ares*, mas das andanças por suas ruas. Nos tempos dos seus objetos, na musicalidade do sotaque dos diferentes habitantes. Nos odores da torrefação de café à combustão dos motores dos automóveis. Nas diferentes formas em que a cidade se configura, da minha residência às áreas do meu lazer e consumo. Nos sabores reconstruídos historicamente pelos diferentes grupos étnicos que aqui fizeram sua morada. São recordações que carregam do meu cotidiano, as quais aderem à sua identidade. Como salienta Galeano (2002, p.09) recordar vem do latim *re-cordis*: tornar a passar pelo coração. Falo aqui nos sentimentos que também se aglutinam à leitura deste espaço.

Assim, do bloco embrionário de formas geométricas, eis o espaço urbano. Um esforço de compreensão das categorias e metáforas argumentadas. Imagens aderidas a minha retina através do imaginário¹³ caleidoscópico. Imaginário, no sentido de encantamento, como maneira de responder ao vazio existencial, ou ainda, como expressão de algo que vem direto do coração, da alma do ser do homem, pois enquanto inventa, está próxima das descobertas do homem (BACHELARD, 2001). Perceber a riqueza e a beleza desta acumulação de tempos, do encontro das memórias de épocas passadas no presente é o resultado do lento giro das peças

¹³ Também considerada, nesse contexto, como um processo de trabalho que se aproxima do processo de trabalho do artista. Ambos adotam um tipo de comportamento denominado exploratório, isto é, dedicar-se a explorar as possibilidades, o que poderia ser. Imaginar é a capacidade de ver além do imediato, do que é, de criar possibilidades novas. É um processo flexível para sair do seguro, do conhecido e do imediato. (ARANHA E MARTINS, 1986 p.376).

(objetos, formas, ações, funções, estruturas e processos) desse caleidoscópio corporificado no meu eixo para a gestação de imagens geográficas.

As peças são símbolos espaciais que provocam a construção da personalidade das imagens percebidas da cidade. Falo aqui de uma fração configurada nesta dimensão espacial, o *lugar*, constituído como parte integrante deste modo cotidiano de viver, neste caso na cidade, o qual adquire profundo significado. Quando imergimos em um espaço através de nossas projeções afetivas, ele se torna próximo no seu caráter existencial e único, porque nos intima ao mais profundo de nós mesmos, à plenitude do nosso ser. Neste espaço único e afetivo constitui-se a dimensão da existência na relação com o lugar, uma manifestação do cotidiano (Roux, 2004).

Esta possibilidade é dada por meio do “mundo vivido”, o qual leva em conta as categorias, até o momento apresentadas, na análise conceitual do espaço, “imersas numa comunhão com o mundo”, na relação local-global, isso é, o lugar, ao mesmo tempo “é objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Nesse sentido é que o lugar “defronta o mundo, mas, também, o confronta, graças a sua própria ordem” (SANTOS, 2004, p.314-339).

Sobre a noção do lugar, Suertegaray (2001) argumenta, a partir da visão de Santos, ser ela uma expressão das relações, de um lado da ordem objetiva em articulação com relações subjetivas e, de outro, das relações verticais, resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência.

A definição de verticalidade e horizontalidade é apresentada por Santos (2004) a partir dos exemplos por ele tomados, com base no geógrafo holandês G. de Jong (1962), o sociólogo russo P. A. Sorokin (1964) e o filósofo francês H. Lefebvre (1953), conforme quadro, a seguir.

NOÇÕES DE HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES EM JONG, SOROKIN E LEFEBVRE		
AUTOR	HORIZONTALIDADE	VERTICALIDADE
Jong	As relações entre coisas e seus fenômenos, em pontos ou lugares diversos no mundo, fundadas em sua localização relativa.	A integração das coisas e dos respectivos fenômenos, em um ponto qualquer da superfície da terra.
Sorokin	Caminhos pelos quais circulam objetos, fenômenos e valores culturais de lugar para lugar, de homem a homem, de grupo a grupo, no espaço social.	Transferência de elementos culturais de uma camada da sociedade a outra, encontro das classes inferiores e classes superiores.
Lefebvre	É dada pela vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar, por intermédio das técnicas e da estrutura social.	Complexidade histórica, isto é, a influência dos fatos passados na existência atual.

Quadro 1: Noções de horizontalidade e verticalidade em Jong, Sorokin e Lefebvre
 Fonte: Santos (2004), organização Daniel Moraes Botelho

Destas concepções, aponta, Santos (2004): as *horizontalidades* como extensões formadas de pontos que se agregam, por meio de forças centrípetas de coesão (processo econômico, social e de produção) sem descontinuidade; *verticalidades* como pontos no espaço que, separados uns dos outros, por meio de forças centrífugas (comando longínquo) asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Sinaliza o autor, que o processo de globalização promove uma união vertical dos lugares; por outro lado, esta tensão pode fortalecer as ações localmente constituídas, horizontalmente. Ou ainda, como chamou Lefebvre (1991, p.62), de uma “ordem distante”, regulada por grandes instituições e, “uma ordem próxima”, ao projetar-se no plano do cotidiano.

Assim, à noção de local, abrigo o conceito de lugar, enfatizando não se tratar de um localismo fechado em si, ele se abre ao mundo, como lembra Santos (2004, p.314), “o mundo se encontra em toda a parte”. Com isso, quero deixar claro que o recorte conceitual recria os ambientes globais, porém, os processos e subprocessos de acumulação multiplicam as tipificações e as especializações dos elementos espaciais.

Quanto a esta acumulação tipificada, recorro ao que Carlos (1996, p.28) denominou de lugar:

Em sua essência é produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas entre homem e seu entorno físico, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura, produzindo identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive.

Ou ainda, como aponta Tuan (1983) é no lugar que repousa a ideia de morada, espaço constitutivo de parte integrante da vida cotidiana e nele adquire profundo significado, pelo contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos.

Esta abordagem se constrói pela percepção e pelo intelecto por meio da experiência vivida e compartilhada na subjetividade e na intersubjetividade, ou ainda, como a fonte de alimento à memória social, através de todas as suas marcas registradas nesta configuração espacial, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p.143). Tratar da memória do lugar, como fonte de identidade do recorte conceitual da configuração espacial, não significa limitar-se apenas à fixação dos objetos vistos como formas rígidas de um passado estático. É preciso compreender o não visto, ou seja, as marcas imateriais das ações reproduzidas no lugar.

Bergson (1990) aponta ser a memória algo subjetivo, referente ao nosso conhecimento a respeito das coisas, algo íntimo que, simultaneamente, traz a presença do nosso agir e pensar e do nosso presente e passado. O autor diz, ainda, guardarmos uma memória ocorrida no hábito diário e outra em nossas lembranças, as quais se complementam para a percepção individual e coletiva, pois nossa memória está atrelada aos fatos vividos intimamente e àquelas ações compartilhadas na experiência com a comunidade.

Com isso, reitero que, no lugar repousam nossas recordações, nossos amores, nossas aflições e até mesmo as vivências *por tabela*¹⁴. Isso porque, em sua essência, ele é produção humana e se dá por meio das formas e ações de apropriação no vínculo entre espaço e sociedade. Portanto, ao tratar do lugar, encontro, além

¹⁴ Estas significam os acontecimentos não vividos diretamente, mas que, de alguma maneira, são apropriados pelos sujeitos que compartilham um espaço.

das questões afetivas, os desdobramentos metodológicos do espaço. Com isso, sinalizo que, neste espaço urbano observado há rasgos capazes de carregar em si tais categorias, pois não se trata de uma imagem estática, tendo em vista serem elas, também, as experiências neste espaço.

Neste conjunto visto e não visto do lugar e na sua aproximação, surge a noção sistêmica do espaço, da qual foi possível encontrar os desdobramentos metodológicos para compreender as visibilidades do bloco de formas geométricas. O lugar que vejo é um recorte, um pedaço preso ao tecido espacial e, da mesma maneira e do mesmo ponto de partida teórico, a paisagem é um aspecto, uma fração, uma significação ou ainda um rasgo do espaço. Diante disso, no próximo capítulo procuro apresentar as bases conceituais do estudo da paisagem, um caminho para encontrar subsídios e fundamentar a sua relação à noção de rasgos.

CAPÍTULO II

A PAISAGEM É COMO RASGOS NO ESPAÇO PARA FAZER SURGIR O
CONJUNTO DE OBJETOS E AÇÕES, SÍMBOLOS DE UM PASSADO QUE
COEXISTE NO PRESENTE.

O deslocamento no espaço é simultaneamente uma travessia no tempo, em direção ao passado mais distante. Mas as paisagens reencontradas ressoam segundo o que elas evocam e tornam possível na dramaturgia pessoal do viajante [...] nos conduz a nós mesmos, nos faz reentrar em nós mesmos. (Besse, 2006)



Detalhe do Grande Hotel.

2 PAISAGEM: RASGOS NO ESPAÇO URBANO

Vales lindíssimos, carvalheiras e soutos de castanheiros seculares, quedas de água, pomares, flores, tudo há naquele bendito monte. A quinta está situada num alto, num sítio soberbo - que abrange léguas de horizonte, e sempre interessante. (..) Logo adiante da casa, o monte desce até ao Douro, logo por trás da casa, o monte sobe até aos cimos onde há uma ermida. (Correspondência – Eça de Queiroz)

Ao ver a cidade, posso descrevê-la como o exercício poético de Eça de Queiroz, pois este lance de vista pode ser o resultado do deslocamento em um lugar, ou ainda, na medida em que giro o meu olhar sobre ele. Estas imagens comumente consideradas paisagem, alimentam a inspiração de pintores, fotógrafos, poetas, naturalistas, ecólogos, geógrafos, escritores e todos aqueles que a adotam como objeto de suas produções. Assim, ela passa a assumir diferentes dimensões. Dentre elas, Pires (2003) destaca a estética visual, cultural e ecológica.

A dimensão estética visual da paisagem está relacionada aos aspectos sensitivos e perceptivos do ser humano que, ao valorá-la, lança mão de um valor intrinsecamente subjetivo diante da expressão visual, uma dimensão intuitiva e primitiva. Já na dimensão cultural, a paisagem assume um recurso no sentido humano de sua modificação, e o homem atua como o seu agente modelador. Salienta Pires (2003) que determinadas paisagens culturais são testemunhos da história e, por isso, estão carregadas de valores emocionais que transcendem qualquer conceito de beleza estética ou de equilíbrio ecológico. A dimensão ecológica trata a paisagem como o resultado do conjunto de inter-relações entre os seus componentes, ou seja, rochas, água, vegetação, relevo, uso do solo, clima etc., representando, dessa forma, a resposta visual da evolução conjunta dos elementos físicos e biológicos que a constituem.

Ao buscar a etimologia da palavra “paisagem” identifique-a como um aspecto complexo de um lugar, a vista de um país. Inicialmente provém da linguagem dos pintores, um termo vindo do francês *paysage* (*pays* - país, região, território e pátria + *age* derivado do latim *aticum* - situação, ação ou resultado da ação). Com isso, é possível apontar que sua complexidade resulta da associação das diferentes dimensões apresentadas, a motivo de ser traduzida como um dos conceitos-chave no campo da geografia.

A evolução do conceito de paisagem, no contexto da geografia manteve-se associada às questões epistemológicas de cada época no processo de (re)construção dessa área do conhecimento. Moraes (1991) sinaliza que, para alguns autores, o objeto específico da geografia foi o estudo da paisagem, uma análise restrita aos aspectos visíveis do real sobre duas variantes: a descrição como enumeração das formas, denominada de morfológica; o estudo das relações entre os elementos e sua dinâmica, no sentido de funcionamento da paisagem.

A partir das leituras referentes o evoluir da construção conceitual e interpretativa da paisagem, no contexto geográfico, procuro extrair as bases para estabelecer um vínculo à noção de rasgos no espaço. Não se trata de uma categorização conceitual excludente, nem mesmo histórica. Acredito, ao acompanhar esta evolução, ser possível estabelecer um conceito capaz de pautar categorias para este estudo.

Inicialmente resgato o conceito na geografia tradicional a partir da escola alemã e da francesa. A epistemologia geográfica do período aponta para um trabalho científico circunscrito no determinismo e possibilismo, tomando por base uma visão naturalista. O método para estes estudos tem sua origem na descrição e análise do contato entre o domínio da natureza e o da humanidade. Embasado neste pensamento, aponto o naturalista alemão Alexander Von Humboldt [1769-1859], que trata o estudo da paisagem apoiando-se numa

perspectiva estética: para o naturalista ela causaria no observador uma “impressão”. Essa mesma perspectiva encontra-se, conforme Moraes (1991, p.48), no primeiro capítulo da obra de Humboldt, intitulada *Cosmos*: “Dos graus do prazer que a contemplação da natureza pode oferecer”. A “impressão” da paisagem, combinada com a observação sistemática dos elementos componentes e depurada pelo raciocínio, possibilitava uma explicação da causalidade das ligações encerradas na paisagem.

Para o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache [1845-1918], a perspectiva da paisagem foi considerada como o objeto da geografia, a partir da relação homem e natureza. Um processo de trocas mútuas em que o homem transforma a matéria natural e cria formas sobre a superfície terrestre, assim buscando soluções para satisfazer suas necessidades materiais e usufruir as condições oferecidas pela natureza.

Entre os conceitos propostos por La Blache destaco *gênero de vida* que trata do conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes, construído geração após geração, culminando em uma tipologia. Conforme aponta Moraes (1991), o encaminhamento para análise geográfica foi estabelecido da seguinte maneira: observação de campo; indução a partir da paisagem; particularização dos traços históricos e naturais da área enfocada; comparação e classificação. La Blache, em artigo escrito em 1928, fala sobre a influência de uma região sobre seus habitantes, devendo a observação da paisagem efetuar-se nas formas minúsculas da natureza, causas formadoras das ações exercidas para modificá-las. Assim, a concepção de paisagem vidaliana mantém um pensamento com forte carga naturalista.

Os avanços na geografia francesa podem ser considerados a partir das reformulações propostas pelo geógrafo francês Max Sorre [1880-1962]. A gênese da sua proposta está em estudar as formas pelas quais os homens organizam seu meio. Moraes (1991, p.80) aponta o conceito central desenvolvido por Sorre, o *habitat*:

“uma porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza”, compreendido como uma construção das múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve. O termo paisagem, segundo Sorre, refere-se ao aspecto fisionômico das “paisagens humanas, procedente, às vezes, de condições naturais de etnologia, de história e, em particular, da distinção dos seus desenvolvimentos” (GEORGE, 1967, p.22). Portanto, a paisagem assume a noção de movimento da estrutura social e ambiental, as quais definem o espaço como a morada do homem.

Ainda no campo da geografia tradicional, os geógrafos norte-americanos Carl Sauer e Richard Hartshorne apontam importantes estudos no campo de análise da paisagem. A proposta do geógrafo Carl Sauer [1889-1975] foi o estudo das *paisagens culturais*, a partir da análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização do seu meio. Nele, a cultura é algo “externo ao indivíduo e explicável por si só, onde o indivíduo é um mero agente de forças culturais” Corrêa (1989, p.119-120). Ou ainda, como aponta Claval (1999, p.31) para Sauer a cultura é um “conjunto de instrumentos e artefatos que permitem ao homem agir sobre o mundo exterior”.

Partindo destas concepções, a paisagem para Sauer são os objetos que resultam das inter-relações do conjunto de formas físicas e culturais associadas em área. A expressão da paisagem não pode ser uma realidade vista por meio da separação das partes, pois a área tem forma, estrutura e função, sujeita a desenvolvimento, mudança e fim. Conforme Corrêa (1989), a perspectiva da cultura, nos estudos de Sauer, assume uma dimensão de tempo na sua perspectiva histórica, na medida em que este estudo procura compreender a criação e a modificação da paisagem.

Na proposta de Hartshorne [1899-1992], a formulação do conceito de *área* como uma “parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo observador que a delimita por seu caráter, isto é, a distingue das demais”

(MORAES, 1991, p.88), trata da dimensão das inter-relações (internas e externas) dos fenômenos a partir dos dados escolhidos pelo observador. Identifico nesta formulação, a proximidade à paisagem, considerando os estudos de Hartshorne o tratamento das inter-relações em área de natureza física e social como forma de conhecimento da singularidade do local (CORRÊA, 1989).

Neste campo conceitualizado da geografia tradicional, a paisagem e suas aproximações são relevantes à questão das inter-relações homem e natureza, onde, de um lado, as mudanças na fisionomia da paisagem são determinadas pelas condições naturais e, por outro, as transformações ocorridas expressam as possibilidades de manutenção da vida humana diante da natureza dada. As críticas no processo de (re)construção do conhecimento geográfico às visões deterministas e possibilistas sofrem seus desdobramentos na chamada geografia racionalista. As questões políticas, econômicas e o deslocamento do eixo de produção do conhecimento contribuíram para elucidar, nos estudos da geografia tradicional, as questões culturais e de sociedade, embora ainda incipientes para o conhecido na atualidade.

O certo é não ser a paisagem uma representação fisionômica “muda”¹⁵ da superfície terrestre. Nesta área definida pelo observador: uma porção do planeta que se dá pela vivência de uma comunidade, a paisagem “fala”, sobre técnicas, hábitos, usos, costumes e forças culturais. Ela se traduz em forma, função e estrutura dos processos de desenvolvimento e a modificação. Neste panorama de estudo da paisagem, a geografia do francês Andre Cholley [1886-1968], aponta ser esse conceito uma das expressões para auxiliar os estudos das combinações tempo-espaço. Então, o método de análise do tempo é histórico enquanto o espaço se utiliza de métodos das ciências naturais (CHOLLEY, 1964 [1948]).

¹⁵ Termo que tomo emprestado de Santos (2007, p.35)

Esse estudo de combinação permite reconstruir as sucessões e as substituições realizadas em um ponto da superfície da Terra. Salienta o autor, tornar-se essencial compreender a estrutura da combinação de seu desenvolvimento com o grupo humano e as formas que assinalam a sua presença. A argumentação do autor, mesmo voltada para uma análise dos aspectos físico-naturais da paisagem, sinaliza uma perspectiva importante, visto o estudo interpretativo da paisagem ser considerado *um meio* para compreender a evolução das ações no espaço.

A combinação tempo-espaço me aproxima das reflexões da geografia crítica de Santos, porque espaço e tempo referem-se à coexistência das formas herdadas (de outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em andamento, um passado reconstituído no presente, reflexões que geram a noção indissociável do tempo-espaço. Tais concepções me encaminham à perspectiva da paisagem em Santos (2007, p.53), ao propor que ela deve ser considerada como “formas mais ou menos duráveis” da combinação de “objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais”, resultado da acumulação de tempos e atividades realizadas pelas gerações.

Então, a paisagem como produção da sociedade, não é imóvel, pois, desde que a sociedade passe por um processo de mudança, as relações sociais, a economia e a política também mudam em ritmos e intensidades variados (SANTOS, 2007). Portanto, cabe aos estudiosos da paisagem considerá-la através da mediação das formas geográficas, da estrutura social, das funções e dos processos como maneira de interpretar as transformações para adaptá-las às novas necessidades da sociedade.

Santos (2007, p.53), ao tratar das alterações na paisagem, diz “as alterações por que passa a paisagem são apenas parciais. De um lado alguns de seus elementos não mudam – ao menos na aparência – enquanto a sociedade evolui. São testemunhos do passado. De outro, muitas mudanças sociais não provocam necessária ou automaticamente modificação na paisagem”. Ao tomá-la como a porção que a visão abarca, os objetos observados, se vistos a partir da sua forma, não expressam a perspectiva da paisagem como produção da sociedade. A aparência dos objetos, presente na paisagem atual, assumiu, ao longo do tempo, através dos processos e da estrutura social, novas funções.

Assim, cabe analisar a paisagem a partir da noção do espaço, isso é, a intrusão da sociedade nessas formas-objetos como maneira de compreendê-la através de um sistema de objetos e ações contextualizados ao seu tempo. Como disse Santos (2007, p.54) “a paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. É o resultado da acumulação desigual de tempos”.

E, ainda:

[...] Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. A paisagem altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar à outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social. (SANTOS, 2007, p.54)

Nesse sentido a paisagem está além do tempo presente, ela adota uma característica “transtemporal”, porque sua construção “transversal” se conjuga às trocas solidárias e contraditórias entre objetos, formas, ações, funções e processos das estruturas sociais das sucessivas gerações (SANTOS, 2004, p.103). Esse aspecto

transtemporal significa uma perspectiva da coexistência de tempos na paisagem onde se atravessam os processos de (re)produção da sociedade.

Nesta perspectiva de transtemporalidade, a paisagem é atravessada tanto pela permanência quanto pela ausência dos objetos e funções ao longo do tempo no espaço. Com isso, quero dizer que tanto a conservação quanto a carência se manifestam nas feições do visível, seja pela materialidade dos objetos que continuam na estrutura espacial, seja na memória dos habitantes, repassada de geração em geração, a qual está aberta à dialética da lembrança no sentido de um elo do vivido ao presente.

Assim, no processo de formação do espaço urbano, a coexistência de objetos e ações se mescla às formas e funções de determinadas paisagens. Tomo como exemplo para esta argumentação um trecho da Rua Andrade Neves em Pelotas/RS (figuras 3, 4 e 5), onde é possível identificar, dentre os objetos que compõem esta paisagem, o edifício do antigo Hotel Grindler (1898), em destaque, que, ao atravessar os séculos, passou a desempenhar novas funções, porém, as ações do trecho permanecem no processo de formação do espaço urbano, tendo em vista esta área se manter destinada ao comércio e à prestação de serviços.



Figura 3: Trecho da Rua Andrade Neves (entre as Ruas Marechal Floriano e Sete de Setembro sentido sul - norte) final do século XIX.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 4: Trecho da Rua Andrade Neves (entre as Ruas Marechal Floriano e Sete de Setembro sentido sul- norte) década de 1930.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 5: Trecho da Rua Andrade Neves (entre as Ruas Sete de Setembro e Marechal Floriano sentido norte - sul) década de 1970.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Mas, há objetos sucumbidos pelo dinamismo da contemporaneidade, como no caso os trilhos dos bondes, os paralelepípedos das ruas, o estilo de vida da população. Porém, estes são revividos e alimentados pela memória de geração em geração e, às vezes, escondidos nas feições do visível, atravessam a história e a vida da população local, como se cortassem a dinâmica atual do espaço.

A paisagem se compõe não apenas por elementos à frente do nosso olhar, mas também por aqueles escondidos em nossa mente, isso é, o além visto – não visto, sentido – uma representação do sujeito, codificador do que vê, fruto de um processo da percepção mediado pelos valores simbólicos¹⁶. Santos, ao refletir sobre *o espaço do cidadão* (1996, p.61) apontou: “a paisagem não é composta apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

Uma expressão encontrada nos versos do poeta gaúcho Mário Quintana (2005, p.19) na sua *Rua dos Cataventos*: “Jogos da luz dançando na folhagem! Do que eu ia escrever até me esqueço... Pra que pensar? Também sou da paisagem...”. Afinal, a paisagem faz parte do cotidiano e é (re)produzida por mim diariamente. Como disse Cosgrove (1998, p.121), o significado simbólico da paisagem é “produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”, uma forma de comunicar, reproduzir e experimentar esses significados.

Corrêa (2011, p.12), ao tratar da paisagem sob a ótica de Cosgrove, salienta que ela deve ser considerada “um modo de ver, associado às transformações econômicas, sociais, políticas, técnicas e artísticas”. Tais transformações não são dados objetivos, estão permeadas pelo mundo dos significados e símbolos que ela

¹⁶ Expressa aquilo que por sua forma, natureza ou apropriação, evoca ou representa um contexto, uma ideia ou uma realidade complexa.

exerce no observador. E é capaz de dialogar com o processo de evolução da sociedade que a (re)produz, processo de que também, como observador faço parte, pois como disse o poeta, também *sou* paisagem.

Tratar da paisagem nessa perspectiva é assumir uma postura em que os sentimentos intrínsecos do observador se associam às categorias geográficas de análise. Não se trata de negar todo o processo de construção geográfica em estabelecer um conceito que dê sentido à interpretação da paisagem. Mas, sim, de permitir que o processo de (re)conhecimento signifique uma fusão com as paixões de toda ordem, como o prazer do encontro harmonioso do seu visível/invisível.

Essa relação visível/invisível conta algo: nossa própria história atravessada pelo mundo. Neste sentido, a nossa desenvoltura humana pode ser uma oportunidade no processo de interpretação da paisagem. Assim como fazemos ao analisar um cartão postal, uma fotografia, uma letra de música ou um poema. Dessa maneira, somos capazes de incorporar, no processo interpretativo da paisagem, essas nuances simbólicas, afetivas e significativas da nossa condição humana.

Sobre esse conjunto de signos¹⁷ contidos na paisagem, Besse (2006, p.92) argumenta: “A paisagem é ambiente, mas não círculo fechado: ela é desdobramento, ela é fundamentalmente, um horizonte que se abre”. Nesta proposta de um horizonte que se abre, a paisagem é um campo da percepção vivida e compartilhada, ela assume os contornos de uma *poese*¹⁸ geográfica, ou ainda, de um ser que se entrega ao deleite interpretativo das formas-conteúdos observadas.

¹⁷ Neste contexto refere-se a toda forma ou fenômeno que representa algo distinto de si mesmo.

¹⁸ Do grego *poiéses* que significa formação, criação, fazer. (FERREIRA, 2010, p.1662)

Para poder encaminhar uma reflexão no sentido de compreender os rasgos no espaço urbano e sua relação com a paisagem, cabe tomar um posicionamento da abordagem adotada para este conceito. Assim, utilizo como recurso reflexivo e interpretativo o quadro de evidências das bases conceituais referentes à paisagem (quadro 2). Reitero não se tratar de uma visão compartimentada desta abordagem geográfica. A estratégia é apresentar os autores e suas contribuições de maneira a poder auxiliar na construção, não excludente, da perspectiva conceitual e interpretativa da paisagem para fins deste estudo.

AUTOR	BASES CONCEITUAIS E INTERPRETATIVAS DA PAISAGEM
Humboldt	Explicação da causalidade das ligações.
La Blache	Processo de trocas mútuas; criação de formas resultantes da transformação humana na matéria natural. Conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes, construído e passado socialmente, culminando em uma tipologia
Sorre	Formas pelas quais os homens organizam seu meio. Uma porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza. Movimento da estrutura social e ambiental, as quais definem o espaço como a morada do homem.
Sauer	Análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização do seu meio. Uma realidade vista por meio da separação das partes, pois a área tem forma, estrutura e função, sujeita ao desenvolvimento, mudança e fim.
Hartshorne	Inter-relações (internas e externas) dos fenômenos a partir dos dados escolhidos pelo observador. Parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo observador, que a delimita por seu caráter, isto é, a distingue das demais.
Cholley	Reconstruir as sucessões e substituições que se realizam em um ponto da superfície da terra. Um meio para compreender a evolução das ações no espaço. Uma das expressões para auxiliar os estudos das combinações tempo-espaço.
Santos	Formas mais ou menos duráveis. Acumulação de tempos e das atividades realizadas pelas gerações. Uma produção da sociedade. Mediação das formas geográficas, da estrutura social, das funções e dos processos. Representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. Não é composta apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.
Cosgrove	Produto simbólico da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. Um modo de ver, associado às transformações econômicas, sociais, políticas, técnicas e artísticas.
Besse	Ambiente, mas não círculo fechado: ela é desdobramento, ela é, fundamentalmente, um horizonte que se abre.

Quadro 2: Evidências das bases conceituais e interpretativas da paisagem
Elaboração: Daniel Moraes Botelho

A partir das evidências apontadas, assumo como perspectiva conceitual para a paisagem, as formas percebidas de uma área delimitada pelo observador, as quais representam as heranças do processo de (re)produção do espaço resultado da vivência da sociedade e mediado pelas estruturas, gênese das formas e funções e dos processos históricos na sua relação mútua com a cultura, a economia e a política.

A paisagem é um meio para revelar e reconstruir as sucessões e substituições ocorridas no lugar por meio do processo de apropriação e transformação do ambiente pela sociedade através da sua dinâmica na relação tempo-espaço. O processo interpretativo da paisagem deve considerar o conjunto de símbolos do desenvolvimento da sociedade das áreas de estudo, sem destituir-se das percepções subjetivas do observador como forma de elucidar o visto/não visto/sentido.

Estas premissas teóricas são um viés para possibilitar a argumentação no vínculo paisagem e rasgos no espaço urbano. Segundo Ferreira (2010, p.1780), a etimologia do verbo rasgar é de “origem incerta, possivelmente do latim *rasicare*” isto é, “arranhar, raspar”, ou ainda, proveniente da “alteração do espanhol e português antigo *resgar* que significa cortar, recortar”. O verbete quer dizer “Abrir rasgão em, romper, partir (um todo) ficando as partes separadas de um todo ou presas a ele. Avivar. Atravessar. Surgir de súbito. Assomar (revelar-se). Despontar. Dar-se a conhecer. Alargar-se, estender-se”.

Inicialmente, o sentido de arranhar e raspar indica poder um rasgo tornar-se um caminho para encontrar os elementos ocultos na sua superfície pois dela são constituintes, assim como a paisagem, ao ser tomada como um meio para reconstruir e reconhecer as sucessões da transformação de uma área.

Ao tomar a paisagem como uma área delimitada pelo observador, ou ainda, aquilo que a visão abarca, trata-se de um rasgo-pedaço-recorte no espaço urbano. Essa área é uma parte do todo e a ele está presa, pois ao considerar-se que o estudo da paisagem se encontra contextualizado ao todo do espaço. O processo interpretativo da paisagem também pode ser mediado pelas categorias: forma, função, estrutura e processo, na sua perspectiva sistêmica do conjunto de objetos e ações.

Percebo que a noção de rasgo no espaço, na sua dimensão urbana, expressa o sentido de paisagem, tendo em vista rasgar ser um recorte ou ainda, partir um todo, ficando as partes separadas ou presas a ele. Neste sentido, a noção geográfica do rasgo assume o compromisso de as partes (paisagens) estarem presas ao todo (o espaço).

Corroborando esta reflexão, saliento que rasgar significa avivar, surgir ou ainda, dar-se a conhecer. Se os estudos da paisagem evocam, em suas bases conceituais e interpretativas, um modo de ver, de compreender e reconhecer as transformações da sociedade como testemunhos do passado, então percebo que estou diante de um rasgo.

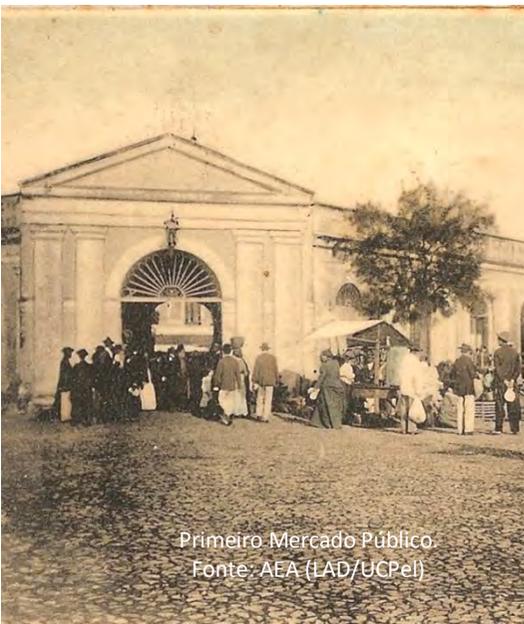
Portanto, adoto a noção de rasgos no espaço urbano como sinônimo de paisagem para fins deste estudo. Para tratar os rasgos, utilizo como objeto interpretativo, as fotografias e cartões postais e, para tanto caberá estabelecer um método de análise interpretativa que dialogue, de um lado com as referências geográficas apresentadas e de outro, com as fotografias, cartões postais e fascículos do acervo de Nelson Nobre Magalhães.

Assim, o próximo capítulo procura desvelar os conteúdos possíveis nas fotografias e cartões postais como fontes de pesquisa, a partir das quais estabeleço o critério metodológico de interpretação: um caminho para revelar os rasgos no espaço através das fotografias e cartões postais.

CAPÍTULO III

CARTÕES POSTAIS E FOTOGRAFIAS, MORADA DE INQUILINOS
DESCONHECIDOS QUE CONTAM HISTÓRIAS PARA REVELAR OS RASGOS NO
ESPAÇO URBANO.

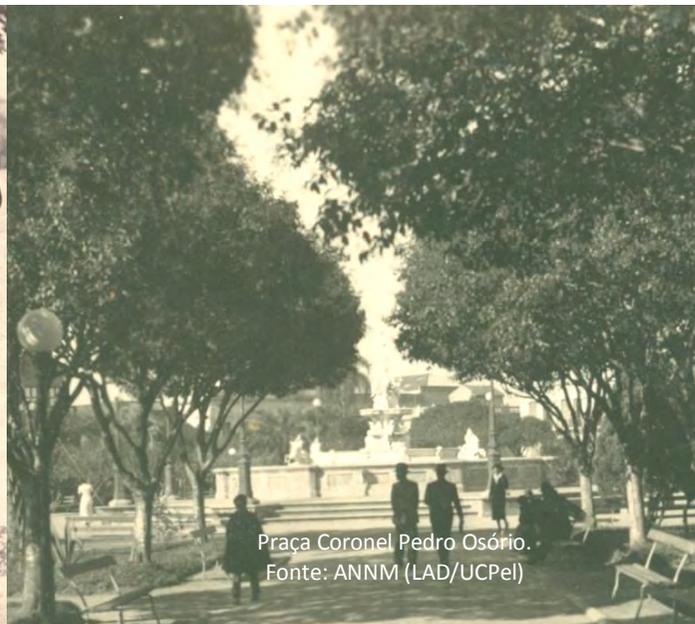
As imagens do passado da nossa cidade são pedaços do tempo, retido pela sensibilidade de fotógrafos, que aqui viveram ou passaram por nossa urbe. O passeio no ontem, através das estáticas fotografias, nos dá a nítida impressão que percorremos os caminhos do tempo. (Nelson Nobre Magalhães, 2000c)



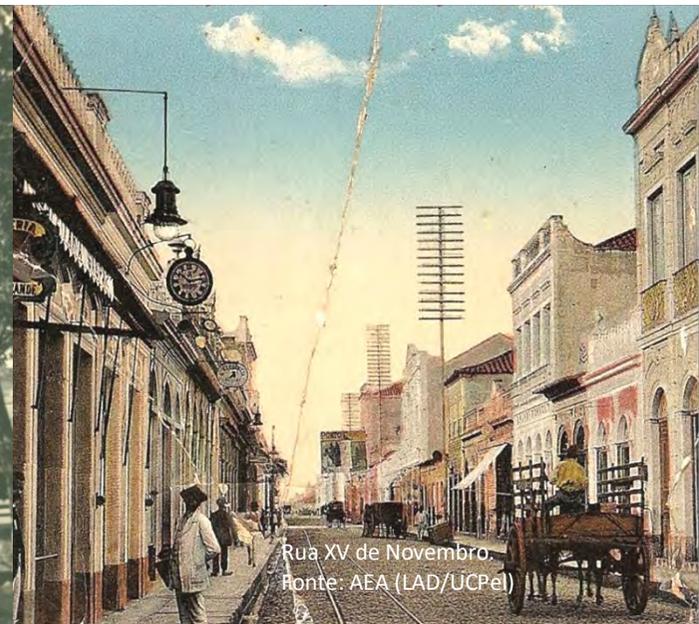
Primeiro Mercado Público.
Fonte: AEA (LAD/UCPel)



Bebedouro Público.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Praça Coronel Pedro Osório.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Rua XV de Novembro.
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

3 CARTÕES POSTAIS E FOTOGRAFIAS: SUPORTES PARA ESTABELEECER UM PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para tratar sobre fotografias e cartões postais no contexto deste estudo, cabe esclarecer que as imagens utilizadas serão os registros fotográficos atuais, realizados no período de 2012 e 2013 e os suportes iconográficos (cartões postais e fotografias) do acervo¹⁹ de Nelson Nobre Magalhães. Estes, na qualidade de acervos são compreendidos, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como um conjunto de imagens e fotografias que registraram as diversidades e mudanças nos modos de representação da figura humana, da natureza e das cidades.

Estes suportes expressam a conexão de uma realidade primeira cuja gênese relaciona-se a algum lugar e época, servindo para preservar a lembrança de certos momentos e realizarmos novas descobertas, como maneira de não perder as referências do nosso passado e nossos valores e ainda, mantermos acesa a chama dos lembrados e esquecidos, dos incluídos e excluídos ao longo da história e que reverberam no tempo presente (Kossoy, 2000).

Ao esclarecer a terminologia utilizada, aponto alguns aportes teóricos destes suportes iconográficos, os quais podem ser utilizados com fins ilustrativos, ideológicos e investigativos, conferindo a eles, o seu caráter multidisciplinar. Etimologicamente o termo é proveniente do grego *eikonografia* e do latim *iconographia*, significando “conhecimento e descrição de imagens (gravuras, fotografias etc.)” e, ainda, “documentação visual

¹⁹ As imagens (fotografias e cartões postais) que constituem o acervo de Nelson Nobre Magalhães, referente aos diferentes temas (pontes, transporte, personalidades, patrimônio edificado, praças, ruas, comércio entre outras) da cidade de Pelotas e datam de 1883 a 2001. Atualmente cerca de 3.500 imagens encontram-se catalogadas e 2.300 digitalizadas.

que constitui ou complementa obra de referência e/ou de caráter biográfico, histórico, geográfico etc.” (FERREIRA, 2010, p.1116). Esta forma de linguagem e decodificação das imagens permite construir, representar e interpretar determinado tema para atender as diferentes áreas do conhecimento.

A invenção do suporte fotográfico ocorreu no século XIX, aproximadamente na década de 1830 e sua veiculação aconteceu num espaço de vinte anos, após o seu aprimoramento técnico. Inicialmente, massificou-se por meio dos cartões postais, denominados *carte de visite*, passando a integrar o rol de objetos de desejo do modo de vida burguês, ou ainda, pela prática de fotografar-se para presentear amigos e parentes (LIMA, 1993).

Os cartões postais, conforme Daltozo (2006), Venturini (2001) e Velosso (2001), foram uma criação de Emmanuel Hermann, professor de Economia Política da Academia Militar Wiener Neustadt, no Império Austro-húngaro em 1869. A proposta inicial foi possibilitar uma comunicação mais fácil e rápida, com custo reduzido à metade do valor de uma carta convencional. Em outubro do mesmo ano, a Administração dos Correios da Áustria lançou o primeiro cartão postal para venda.

Nos primeiros anos da década de 1890, surgiram na Europa cartões postais com imagens coloridas ou a bico de pena. Mas, com o domínio da técnica fotográfica, eles passaram a apresentar imagens de ângulos que valorizavam a paisagem, posto tratar-se de perspectivas que estimavam os atributos naturais e vistas das cidades européias (DALTOZO, 2006).

Ao Brasil, os cartões postais chegaram por volta de 1880. Nesse período, as imagens no formato postal eram constituídas de paisagens naturais, vistas das cidades, tipos humanos, profissões urbanas entre outras (VENTURINI, 2001). Salienta a autora, que nas primeiras décadas de 1900, as imagens associadas aos cartões

postais, privilegiavam a propaganda dos estabelecimentos comerciais e de fábricas, ora retratando seus prédios e instalações, ora veiculando os artigos e produtos.

Ao expandir-se a produção e a comercialização destes suportes, consolidou-se seu uso entre os séculos XIX e XX. Segundo Kossoy (2000), influenciaram o comportamento e a mentalidade das sociedades na medida em que alimentavam o conhecimento visual e fragmentário do mundo. Neste período denominado “idade de ouro” da correspondência postal, tais suportes passaram a associar imagens que satisfaziam os interesses das elites, tornando-se uma maneira de mostrar como usufruir das novidades do progresso naquele contexto histórico e econômico. Para o mesmo autor, estas imagens são mensageiras de subtextos porque proporcionam a tradução de momentos carregados de intencionalidades e não se exaurem em si mesmas. Elas não dispensam o contexto na sua dimensão espaço/tempo, pois constituem um universo simbólico de dada sociedade.

Embora sejam registros do melhor ângulo da paisagem, segundo as tendências da época, não se esgotam como um mero culto ao passado, ou ainda, um tempo congelado, pois, desde que extraíamos seus conteúdos, é um mundo, um universo a se abrir. Na atualidade, estes registros ainda são utilizados como *souvenir* de hotéis, associados a produtos e/ou marcas. Ou ainda, como veículos de campanhas publicitárias e de movimentos sociais.

Ao tratar os conteúdos proporcionados pelo suporte postal, no período da “idade de ouro” não só é possível identificar as transformações no mercado de trabalho de editoras, gráficas e fotógrafos, tendo em vista a expansão do uso naquele período, mas também afirmar que as imagens postais demonstram os valores das elites de uma época já vivida, pois eram elas as principais consumidoras deste tipo de esteio.

Na aceleração da pós-modernidade, transformamo-nos em fotógrafos e editores de imagens, sonho ainda alimentado, visto registrarmos nosso estilo de vida, nossas viagens, nossos momentos de lazer, imagens que circulam na velocidade das redes sociais e são compartilhadas por centenas de “amigos virtuais”, imagens cujo seu significado varia constantemente.

Como diz Manguel (2001), por meio delas procuramos abarcar e compreender a nossa própria existência, pois as estampas que formam nosso mundo são símbolos, sinais, mensagens e alegorias que se desdobram em uma linguagem traduzidas em palavras. Como maneira de exemplificar e refletir a proposição, resgato um registro no suporte postal da cidade de Pelotas (figura 6), o qual não retrata a simples vista da cidade ou a mera intencionalidade da sua produção, mas um mundo aberto que reconstruímos.



Figura 6: Hotel Grindler (final do século XIX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Esta reprodução em meio-tom fotográfico do Hotel Grindler, fundado em 1898, indica a intencionalidade de promoção comercial, característica dos postais em circulação no final do século do XIX. Pode-se imaginar ao abrir as suas portas e invadir seus salões, um cenário entusiasta do comportamento urbano da época se revelaria.

A sua arquitetura de volumetria assobradada mantinha o mesmo padrão de outros objetos distribuídos no *sítio central*²⁰, da área urbana, núcleo residencial das elites na época, o qual se mesclava com os teatros e comércio de artigos de luxo. Neste período, as elites ainda viviam a herança do apogeu material e cultural de origem *saladeiril*²¹ e este espaço foi sinônimo de modernidade, riqueza e um dos ícones da manutenção e magia econômica e cultural da cidade de Pelotas.

A função comercial, do Hotel Grindler, não atendia somente as necessidades de visitantes atraídos pelos bens e serviços (materiais e imateriais) da cidade. O restaurante localizado no estabelecimento foi considerado um dos espaços mais concorridos da elite local e da regional, as quais alimentavam as ilusões da sofisticação e se embriagavam com luxo e modernidade.

Ao refletir sobre esta imagem, associe as palavras de Carvalho (2000, p.146), onde aponta:

A imagem age sobre o espectador. Entretanto, imagem e espectador são parecidos. Para ler imagens precisamos fazer o contrário do que geralmente se faz: imaginar primeiro para depois compreender. Todos contemplam a mesma imagem, mas, ao falar sobre ela, cada um lhe atribui significados diferentes. O significado não está, predominantemente, no que se vê, mas, na narrativa que elaboramos sobre o que se observa.

²⁰ A explicação deste sítio encontra-se no próximo capítulo.

²¹ Relativo a saladeiro ou à indústria do charque.

Diante disso, compreendo que transformar as imagens em uma narrativa capaz de oferecer subsídios para uma análise interpretativa da paisagem requer a contextualização destes fragmentos, na trama de seus múltiplos desdobramentos (sociais, políticos, artísticos, culturais e econômicos), circunscritos no tempo e no espaço do registro destes suportes. Caso contrário, como lembra Kossoy (1993, p.14), “essas imagens permanecerão estagnadas em silêncio: fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações artísticas do passado”.

Portanto, para uma análise destes suportes é preciso considerar, no mínimo, duas das suas múltiplas faces, conforme aponta o autor. A primeira e a mais evidente, o visível e imóvel do suporte, da sua aparência referente, um testemunho do passado em seu processo de construção, isso é, a intencionalidade da produção propriamente dita deste suporte e, o contexto histórico do tema na sua origem, no espaço e no tempo.

A segunda refere-se ao processo de construir a interpretação, isso é, a recepção do suporte por parte dos diversos receptores e suas diferentes leituras, elaboradas conforme seus repertórios pessoais, culturais e de conhecimento. Neste processo de edificar a exegese estão embutidos os nossos filtros ideológicos, culturais, morais, éticos, entre outros.

Kossoy (2000, p.133) salienta “a reconstituição de um tema determinado do passado, através da fotografia ou de um conjunto de fotografias, requer uma sucessão de construções imaginárias”. Sobre isso, o autor se reporta ao fato de estes suportes visuais não serem neutros, pois eles carregam em si uma visibilidade oculta, dada somente pela sensibilidade de nossas emoções e sensações, no constante esforço de compreender associado ao conhecimento multidisciplinar do momento histórico.

Ou ainda, a realidade destes suportes é uma realidade moldável, plena de verdades explícitas e de segredos implícitos, uma expressão que possibilita inúmeras maneiras de representações/interpretações e realimenta o imaginário num processo para construir e criar novas realidades.

Corroborando esta perspectiva, aproximo a discussão de Corrêa (2011), sobre a paisagem e as imagens, a partir da teoria de Cosgrove, na qual salienta que as imagens são como textos e necessitam serem decodificadas, elas não são formas que carregam em si mensagem direta para uma imediata apreensão. A leitura geográfica traz a visão de mundo do leitor e a imaginação, ao construir a realidade a ser revelada. Isso porque “estamos refletidos de algum modo nestas imagens, uma vez que elas já são parte daquilo que somos” (MANGUEL, 2002, p.20). Neste sentido, cabe dizer tornarem-se as imagens símbolos, sinais e mensagens do nosso mundo e à medida que procuramos extrair a sua textualidade, compreendemos a nossa própria existência. Salienta o autor a imagem não estar limitada à sua moldura: conforme atribuímos a ela o caráter temporal de sua narrativa, conferimos, uma vida infinita e inesgotável.

Em uma aproximação metodológica do processo interpretativo dos suportes iconográficos, tomo por referência as reflexões de Lima (1993) e Miguel (1993), sobre a interpretação das imagens no suporte postal e fotográfico. Inicialmente é apontada a sobreposição dos elementos no quadro de observação, os quais devem ser percebidos em detrimento do seu entorno e da sua complementaridade, ao tipo de organização espacial.

Portanto, não se pode entender este suporte sem a articulação com outros recursos, orais ou escritos, capazes de desdobrar as conotações das fotografias. Além disso, a interpretação da imagem requer o conhecimento da cultura, da sociedade, da economia e da política, pois só assim será possível, do fenômeno individual observável chegar-se à compreensão do todo. Mas, sem com isso desconsiderar serem estes

fragmentos partes do inconsciente coletivo que, na maioria das vezes, contempla nosso drama e nossa experiência de vida.

Em um contexto geográfico, retomando a argumentação do capítulo anterior, também associo aos suportes iconográficos, a noção de rasgos. Tal afirmativa eu aproximo a ideia de Rodrigues (2003, p.109),

Todos os objetos, expressos pelas formas, captados num determinado momento e formando um conjunto, estão fixos, como numa fotografia. Isso não significa que não sejam dotados de ações. Essas ações podem ser presentes ou pretéritas. Os tempos distintos, não cronológicos, mas sociais, podem estar determinando formas.

Tendo em vista estas imagens carregarem as intencionalidades no seu contexto de tempo e espaço, as unidades e fragmentos delas, são como objetos fixados no tecido urbano, dotados de funcionalidades, os quais se (re)apropriam de novas ações na sua perspectiva de transformação e (re)produção das cidades. Ou ainda, como disse Peixoto (2003, p.13), “estes fragmentos criam analogias, produzem inusitados entrelaçamentos. Um campo vazado e permeável através do qual transitam coisas. Tudo se passa nessas franjas, nesses espaços intersticiais, nessas pregas”. Assim como as cidades são um depósito onde se acumulam vestígios do tempo, antigos monumentos e traços da memória, o cruzamento de diversos suportes de imagens são oportunidades para descortinar a paisagem, o acontecimento da cidade.

Diante das perspectivas apresentadas, procuro estabelecer a conexão entre as bases teóricas da paisagem e os suportes iconográficos. Para realizar essa interlocução proponho, como recurso, os quadros de temas recorrentes (quadros 3 e 4), os quais foram tomados a partir das seguintes especificidades: a) área, no sentido de campo visual, aquilo que a vista abarca; b) perspectiva do espaço, tempo e modos de vida, com relação

às intencionalidades e o contexto histórico; c) relação visível/invisível e subjetividade, expressão dos sentimentos do observador; d) característica simbólica, relacionada às questões sociais, culturais, econômicas e políticas; e) desdobramento, como perspectiva para estabelecer outras leituras argumentativas; f) um meio para revelar e interpretar o espaço, a partir dos estudos de ambos, nas suas diferentes escalas.

TEMAS RECORRENTES - SUPORTES ICONOGRÁFICOS E PAISAGEM	
SUPORTES ICONOGRÁFICOS	PAISAGEM
ÁREA	
<ul style="list-style-type: none"> – Vistas de uma área: natural, objetos urbanos (prédios, praças, instalações etc), tipos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Uma porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza. – Uma área delimitada pelo observador que representa as heranças do processo de (re)produção do espaço.
ESPAÇO – TEMPO - MODO DE VIDA	
<ul style="list-style-type: none"> – Intencionalidades na dimensão espaço/tempo – Um contexto histórico – Imagens que representam um determinado modo de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> – Representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. – Uma das expressões para auxiliar os estudos das combinações tempo-espaço – Conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes, construído e passado socialmente culminando em uma tipologia.

Quadro 3: Temas recorrentes, suportes iconográficos e paisagem
Elaboração: Daniel Moraes Botelho

TEMAS RECORRENTES - SUPORTES ICONOGRÁFICOS E PAISAGEM (CONTINUAÇÃO)	
SUPORTES ICONOGRÁFICOS	PAISAGEM
VISÍVEL/INVISÍVEL - SUBJETIVIDADE	
<ul style="list-style-type: none"> – Uma ação sobre o espectador e uma narrativa sobre o que se observa permeada por emoção e sensações. – Uma experiência de vida – Verdades explícitas e segredos implícitos, uma visibilidade oculta. 	<ul style="list-style-type: none"> – Sentimentos intrínsecos do observador – Conjunto de símbolos do desenvolvimento da sociedade das áreas de estudo, sem destituir-se das percepções subjetivas do observador como forma de elucidar o visto/não visto/sentido.
SIMBÓLICO - CONTEÚDO (ARTÍSTICO, CULTURAL, ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL)	
<ul style="list-style-type: none"> – Universo simbólico carregadas de conteúdos (artísticos, culturais, econômicos, políticos e sociais) 	<ul style="list-style-type: none"> – Produto simbólico da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. – Um modo de ver, associado às transformações artísticas econômicas, políticas, sociais e técnicas.
DESDOBRAMENTOS	
<ul style="list-style-type: none"> – Na medida em que extraímos seus conteúdos, é um mundo, um universo que se abre. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ambiente, mas não círculo fechado: ela é desdobramento, ela é fundamentalmente, um horizonte que se abre.
MEIO PARA INTERPRETAÇÃO DO ESPAÇO	
<ul style="list-style-type: none"> – Uma possibilidade para descortinar o acontecer da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Um meio para compreender a evolução das ações no espaço.

Quadro 4: Temas recorrentes, suportes iconográficos e paisagem (continuação)
Elaboração: Daniel Moraes Botelho

A partir dos quadros comparativos, é possível incorporar ao estudo geográfico da paisagem os suportes iconográficos, como um meio para revelar o denominado de rasgos no espaço urbano. Teve-se em vista as bases conceituais trazerem em si a relação espaço-tempo, elemento fundamental para compreender o conjunto de objetos e ações, como resultado do movimento da sociedade em uma determinada área em análise.

Também, é presumível evidenciar aos suportes iconográficos a sua capacidade de revelar as questões culturais, econômicas, políticas e sociais de uma sociedade na medida em que eles se abrem ao diálogo com outros meios de investigação orais e escritos. Esta interlocução traduz-se tanto nas formas como os objetos estão configurados no espaço e suas respectivas funções, quanto nas estruturas sociais, produtivas e organizativas inseridas no processo de transformação histórica. Tais relações se dão no conjunto do movimento da sociedade, conforme foi elucidado no primeiro capítulo. Assim, os suportes iconográficos e os registros atuais podem ser tomados como recursos para revelar os rasgos, pois eles mantêm estreita relação com a dinâmica de produção do espaço geográfico.

Para esta interlocução, proponho, como procedimento metodológico, a técnica de análise de conteúdo, considerando que o estudo está pautado pelo diálogo entre os suportes iconográficos, as imagens atuais e registros escritos (Fascículos Pelotas Memória entre outros), os quais têm a possibilidade de revelar não apenas a decodificação do conhecimento proposto pelo corpo teórico, mas igualmente as características da comunicação daqueles que a produziram. Saliento que esta técnica visa tornar replicáveis e validar a dedução de

dados de um contexto e envolve um procedimento especializado para processar dados de forma científica. O seu propósito é prover conhecimento e novos *insights* obtidos a partir deles.

Conforme apontam Freitas e Janissek (2000), as fontes de pesquisa para a realização deste procedimento podem constituir-se por materiais originários da comunicação verbal e/ou não verbal: informativos, jornais, revistas, gravações, entrevistas, diários, filmes, fotografias, cartazes entre outros. A análise deve permitir a obtenção das informações resumidas, organizadas. Esta técnica pode ser usada para analisar em profundidade cada expressão específica dos materiais utilizados.

Quanto a análise de conteúdo, para o estudo da paisagem através das fotografias, eu aproximo a uma técnica capaz de revelar as inscrições anteriores de um *palimpsesto*²², pois ao trabalhar sobre os traços dos documentos, é possível encontrar ou suscitar dados para compreender a evolução das ações no tempo e no espaço, os modos de vida e suas intrincadas relações. Para isso, a manipulação dos dados ocorre por inferência de conhecimentos sobre uma mensagem ou pelo conhecimento do assunto estudado, de forma a obter resultados significativos a partir deles (FREITAS e JANISSEK, 2000).

Inicialmente, este tipo de procedimento metodológico deve definir e delimitar o universo estudado. Portanto, a delimitação clara e objetiva do que estará ou não envolvido na pesquisa é definido a partir da decodificação das fontes envolvidas, isso é, a análise das imagens atuais em relação àquelas encontradas nos acervos (fascículos, fotografias e cartões postais) de Nelson Nobre Magalhães e Eduardo Arriada do LAD/UCPel.

²² Um antigo material de escrita, um pergaminho. Reutilizado algumas vezes por meio da raspagem do texto anterior, em razão da sua escassez ou alto preço

Este procedimento metodológico de análise de conteúdo é composto basicamente por cinco etapas:

1º - Preparação das informações

Esta etapa divide-se em dois processos:

- a) Captação das imagens atuais de Pelotas, a partir do eixo definido pelas coordenadas 31° 45' 56''S e 52° 20' 11''W.
- b) Seleção dos acervos para o estudo e digitalização dos suportes iconográficos.

2º - Unitarização

A esta etapa foi definido as unidades de análise (tema) e o contexto de referência. A qual é apresentada no quadro a seguir:

TEMA	CONTEXTO
<ul style="list-style-type: none"> - Objetos do espaço urbano de Pelotas captado pelas imagens atuais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cultural, econômico, político, produtivo e social, disponíveis nos acervos definidos para este estudo.

Quadro 5: Tema e contexto da análise de conteúdo
Elaboração: Daniel Moraes Botelho

3º - Categorização

As categorias foram construídas ao longo do processo de análise das fontes disponíveis e da reflexão de como o corpo teórico foi desenvolvido sobre espaço, paisagem e suportes iconográficos, apresentadas no quadro a seguir.

CATEGORIAS	OBJETIVOS
Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> – Identificar a estrutura demográfica, de produção, de renda, de consumo, de produção a partir do(s) objeto(s) no tempo.
Forma	<ul style="list-style-type: none"> – Observar, identificar e analisar a distribuição do(s) objeto(s) no conjunto no espaço urbano.
Função	<ul style="list-style-type: none"> – Analisar as tarefas/intencionalidades no processo de criação do(s) objeto(s). – Identificar os modos de vida da sociedade no tempo e no espaço do(s) objeto(s).
Processo	<ul style="list-style-type: none"> – Identificar, a partir das fotografias, cartões postais e fascículos, as principais transformações (culturais, econômicas, sociais e políticas) ocorridas ao longo do período.

Quadro 6: Tema e contexto da análise de conteúdo
Elaboração: Daniel Moraes Botelho

4º - Descrição

Esta etapa refere-se à informação/comunicação detalhada do resultado do trabalho e à identificação dos materiais que constituem cada categoria.

5º - Interpretação.

Constitui-se no exercício de compreensão profunda dos materiais em análise, com base nas categorias apontadas pela teoria constituída e a produção teórica emergente dos conteúdos em análise.

A produção relacionada à interpretação não se traduz em dados pontuais como **sim** e **não**. Trata-se de uma produção reflexiva a partir de uma leitura permeada pela subjetividade, pelas emoções e sentimentos. Na medida em que procuro revelar os rasgos no espaço urbano o visível/invisível se compõe na sua interpretação, nas características intrínsecas, nos estudos da paisagem e nos suportes iconográficos. Bem como diz Manguel (2001, p.93) estes suportes “ao mesmo tempo que registram o que foi visto, sempre por sua própria natureza referem-se àquilo que não é visto”.

Para revelar os rasgos no espaço urbano de Pelotas/RS, cabe elucidar e contextualizá-lo. No próximo capítulo, procuro apresentar um panorama da sua (re)produção, a partir da gênese de constituição da urbe desde o século XIX até o XXI, como maneira de apontar as principais características culturais, econômicas e sociais ao longo deste período, as quais contribuíram para este processo.

CAPÍTULO IV

CRISTAIS DE SAL E AÇÚCAR NA FORMAÇÃO DA VILA DE SÃO FRANCISCO DE
PAULA À CIDADE DE PELOTAS/RS.

Só, caminho pelas ruas como quem repete um mantra. O vento encharca os olhos, o frio me traz alegria. Faço um filme da cidade sob a lente do meu olho verde, nada escapa da minha visão. Muito antes das charqueadas, da invasão de Zeca Netto eu existo em Satolep. E nela serei pra sempre o nome de cada pedra. E as luzes perdidas na neblina. Quem viver verá que estou ali. (Satolep – Vitor Ramil, 1984).



Vista aérea do núcleo central do primeiro loteamento/Catedral São Francisco de Paula.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

4 CRISTAIS DE SAL E AÇÚCAR NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PELOTAS/RS

Percorro pelos ares no imaginário caleidoscópico, sob a lente do meu olhar: eu existo nesta *Satolep*²³, eu carrego os cristais de sal das charqueadas e os de açúcar, herança doceira dos portugueses. Ao ver a cidade, faço um filme do sal da carne do século XIX ao açúcar do doce, revelando do telhado, cada objeto, cada pedra de suas ruas, a formação deste espaço. Estes cristais guardam os hábitos e costumes, a memória coletiva da sua gente e daqueles aqui aportados, assim como eu, nesta Pelotas situada no extremo meridional do Brasil, às margens da Laguna dos Patos.

Em uma extensão territorial de 1.608,8 km² concentram-se atualmente em torno de 328.275 habitantes, dos quais 93,27% percorrem as ruas deste espaço urbano. Situada a Sudeste do Rio Grande do Sul, limita-se ao Norte com as cidades de Arroio do Padre, Turuçu e São Lourenço do Sul; ao Leste com a Laguna dos Patos; ao Sul, com as cidades de Rio Grande e Capão do Leão; Oeste com as cidades de Canguçu e Morro Redondo (figura 7).

²³ Termo criado pelo poeta e compositor pelotense Vitor Ramil, o qual se refere ao nome da cidade de Pelotas.

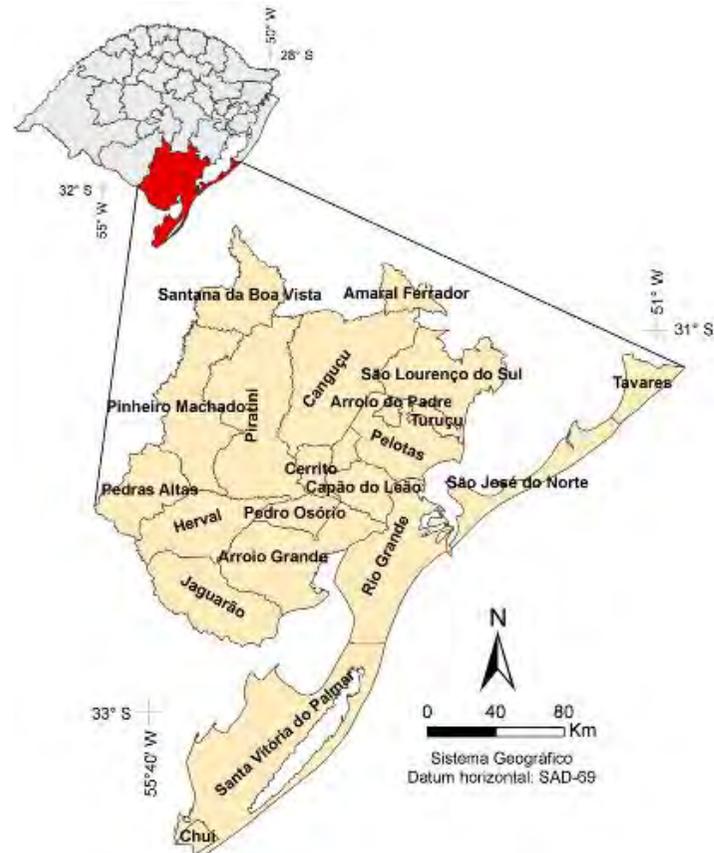


Figura 7 – Localização do Município de Pelotas na Mesorregião Sudeste Rio-grandense no Estado do Rio Grande do Sul
Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS, 2010.

O espaço urbano pelotense apresenta uma fisionomia plana com pequenas elevações. Mas, devido a proximidade com o Escudo Sul-riograndese²⁴, proporciona aos cursos d'água atravessar a urbe para desaguar no Canal São Gonçalo e este, na Laguna dos Patos. Esta condição hidrográfica associada à matéria-prima abundante na região, o gado, também foram fatores responsáveis pela evolução econômico-social deste espaço associado as condições de navegabilidade do canal São Gonçalo, arroio Pelotas e Santa Bárbara, possibilitaram o desenvolvimento das primeiras charqueadas, distribuídas em suas margens.

4.1 CRISTAIS DE SAL: A ORIGEM DA URBE PELOTENSE

Conforme aponta o historiador pelotense Mário Osório Magalhães (1993), em 1779 chega à região de Pelotas²⁵ o retirante português, radicado na região de Acarati, no Ceará, José Pinto Martins, com o propósito de estabelecer a construção da primeira charqueada, um tipo de indústria de salga de carne, também conhecida no Rio Grande do Sul como saladeiro, ou ainda, sistema produtivo saladeiril.

²⁴ Terreno mais elevado com altitudes que variam de 200m a 400m, caracterizado por rochas magmáticas intrusivas (granito) e metamórficas (gnaisses).

²⁵ Originário do espanhol platino *pelota*, um tipo de embarcação para transportar pessoas de uma margem à outra de um rio. Confeccionada com uma peça única de couro bovino, acomodada em varas de cortiça. Conforme o Magalhães (1993) supostamente as pelotas foram primitivamente usadas por indígenas rio-grandenses.

Sobre a origem dos saladeiros, na área onde viria a se estabelecer Pelotas, Magalhães (1993, p.22-24)

diz que:

Dentro do enorme latifúndio que é o extremo sul brasileiro, escolhe justamente um recanto da antiga sesmaria de Luiz Gonçalves Viana, à margem direita do arroio Pelotas, e nele principia a construção de uma charqueada. O êxito desse empreendimento, justificado pela localização e pelos métodos empregados, haverá de estimular a criação de outras charqueadas, iniciando-se a exploração, em larga escala, da indústria saladeiril no território rio-grandense. Esse exemplo, mais do que qualquer outro, será responsável pela prosperidade de Pelotas em todo o desenrolar do século XIX.

Este pioneirismo comercial e empresarial do charque na região estava associado à facilidade de distribuição do produto por meio das rotas de navegação (arroios, canal São Gonçalo, laguna dos Patos e portos marítimos de São José do Norte e Rio Grande) e abundância dos rebanhos de gado bovino. Até então o uso da carne bovina destinava-se ao consumo doméstico e o seu valor comercial consistia apenas na comercialização do couro.

A produção em larga escala do charque (figura 8) tinha, como polo receptor, o Sudeste e o norte do país. Esse modo de produção muda radicalmente a matriz econômica do extremo sul do país, podendo ser definida, em menor escala, pelo aprimoramento das estâncias dada a conseqüente cotação do gado e, em maior escala, a atividade industrial do charque. Inaugura-se, portanto, a intensa geração e a concentração de renda nas mãos dos charqueadores, com base no trabalho escravo. Afirma Magalhães (1993) que, provavelmente, nesta área existiam 40 charqueadas no período anterior a 1835.



Figura 8: Cartão postal Charqueada em Pelotas (veiculado no início do século XX)
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Devido ao crescente poderio econômico, em 1810 é reivindicada a criação de uma nova Freguesia, título de autonomia religiosa, pelo qual o povoado passa a dispor de uma igreja paroquial própria. O alvará de 07 de julho de 1812 é concedido pelo príncipe regente de Portugal, Dom João VI, e no segundo ato eclesiástico de 18 de agosto, o bispo Dom Antônio Coutinho concede a criação de Freguesia de São Francisco de Paula, até então vinculada à Freguesia de São Pedro, no Rio Grande.

Aponta Magalhães (1993, p.24), entre os argumentos para a criação da Freguesia salientavam as “consideráveis fábricas de carnes salgadas”, as famílias “mais abastadas da fronteira”, bem como os prejuízos causados para os habitantes e comércio do povoado “no deslocamento para a Matriz de São Pedro no período da Quaresma que era a estação própria de fabricar as carnes salgadas”. Estes argumentos apresentavam um discurso

relacionado “às dificuldades em conciliar o progresso material e as exigências do espírito”. Neste momento histórico se efetiva um passo importante para a ocupação urbana de Pelotas, a qual consistia, além do *status* religioso, a demarcação político-econômica da Freguesia.

Após iniciada as obras da igreja, foi definido o traçado urbano de São Francisco de Paula. A primeira planta urbana, segundo o mesmo autor, apresentava 19 ruas e foi situada em uma área distante das charqueadas, devido os resíduos gerados pelas matanças de gado no processo saladeiril (sangue, ossos, vísceras), a presença de mão de obra escrava e as condições naturais. Os croquis topográficos (figuras 9 e 10) apontam a localização do sítio central (primeiro loteamento urbano), bem como os adjacentes.

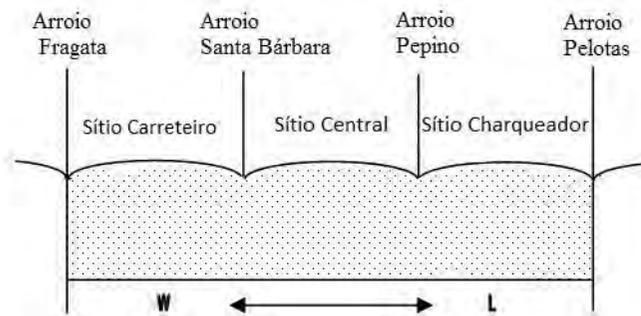


Figura 9: Croqui topográfico da área urbana de Pelotas (Leste Oeste)

Fonte: adaptado de Rosa, 1985.

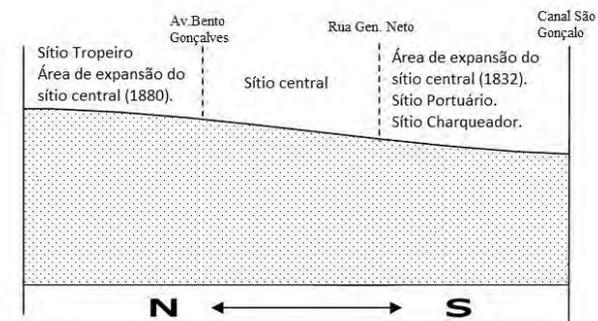


Figura 10: Croqui topográfico da área urbana de Pelotas (Norte Sul)

Elaboração: Daniel Moraes Botelho

No sentido leste oeste, temos o *sítio central*, perímetro dos primeiros loteamentos urbanos, limitava-se inicialmente, a oeste pelo arroio Santa Bárbara e a leste pelo arroio Pepino. O *sítio charqueador*, área da primitiva indústria saladeiril estendia-se do arroio Pepino até o Pelotas. Já no terraço entre os arroios Santa Bárbara e Fragata, situava-se o *sítio carreteiro*, local de chegada dos carreteiros e mascates. Na condição norte sul, é possível estabelecer o *sítio central*, limitando-se ao norte pela atual Avenida Bento Gonçalves e ao sul pela atual Rua General Neto; o *sítio charqueador e portuário* na margem norte do canal São Gonçalo; o *sítio tropeiro*, área aonde chegavam as tropas de gado vindas da campanha gaúcha estava localizado ao norte da cidade, nas imediações do atual bairro Três Vendas.

Em 1832 com o emergente crescimento econômico e populacional dava sinais do aglomerado urbano e com a constituição da paróquia, a Freguesia de São Francisco de Paula é elevada à condição de vila, emancipando-se politicamente de Rio Grande, recebendo, em 1835, os foros de cidade. O florescimento de Pelotas apresentou indícios de retração no período de 1835 a 1845 (Revolução Farroupilha), tendo em vista que mais de três quartos da população abandonaram a cidade devido às constantes tomadas, levando a um período de miséria e estacionamento econômico. Porém, a riqueza advinda do primeiro período charqueador assegurou a rápida retomada da vida cidadina já nos últimos anos da Revolução Farroupilha, por volta de 1843 (MAGALHÃES, 1993).

Com a pacificação do território gaúcho, Pelotas retoma a expansão econômica e urbana, entre os anos de 1860 e 1890. A urbe passa a viver uma transformação radical na sua base econômica e social: novos estabelecimentos começam a surgir, associados às charqueadas, como as pequenas fábricas de sabão, velas e cola. Verifica-se a presença de outra elite social: os estancieiros, enriquecidos devido ao valor atribuído ao gado,

passam a residir com suas famílias na cidade. A proibição do tráfico negreiro mais a introdução de novas tecnologias e as relações de trabalho assalariado vão configurando as estruturas culturais, econômicas e sociais do final do século XIX.

Economicamente, até o final daquele século, o capitalismo pastoril de Pelotas havia movimentado cerca de “dois milhões e meio de contos de reis” (MAGALHÃES 1993, p.117). A promoção deste desenvolvimento econômico estava centrada nas mãos de algumas centenas de senhores, na condição de empresários. Eles tiveram notória contribuição econômica e política reconhecida pelo Império a ponto de receberem títulos de Barões e Viscondes, entre os anos de 1872 e 1888.

Sobre o estrato social dos Barões, salienta o autor que cerca de 50% destes títulos nobiliários²⁶ foram concedidos como prêmio pela libertação antecipada dos escravos sendo uma estratégia do Império para garantir a fidelidade ao regime. Em parte, acredita-se estar a libertação dos escravos quatro anos antes da abolição atrelada à efervescência do processo industrial provocado pela expansão mundial do capital e a transição da fase liberal para a fase monopolista.

Quanto a este processo de industrialização na cidade de Pelotas, Soares (2000, p.188-189), aponta:

O período em que nos situamos é o da efetiva industrialização da cidade. Implantaram-se fábricas que atraíram população ao centro urbano. Ao mesmo tempo, a abolição da escravidão e o progresso técnico do charqueio liberaram a força de trabalho que vivia nas estâncias e charqueadas. É neste momento que se estabelecem ou ampliam suas instalações a Fábrica Lang de sabões e velas (fundada em 1865), o Engenho de Arroz do Coronel Pedro Osório, a Fábrica Rheingantz (de chapéus), as cervejarias Haertel e Ritter (décadas de 1880 e 1890, respectivamente) [...] Tal transformação impôs uma nova matriz social e a racionalidade industrial aplicou-se à toda a sociedade e ao espaço.

²⁶ Concessão de títulos de nobreza

Estes diferentes setores produtivos incitam mudanças significativas no processo de urbanização, configurando-se numa dinâmica mais ampla e acelerada. A atração de novos contingentes populacionais para servir de mão de obra assalariada e a abolição dos escravos provocam novas e significativas mudanças na estrutura social, as quais também se revelam na segregação do espaço urbano. Pois, o perímetro central não tinha lugar para pobres e negros, a estes eram destinadas as várzeas do canal São Gonçalo e as baixadas do arroio Santa Bárbara. Em nota do Jornal Correio Mercantil de 02 de abril de 1878, é explícita a repugnância das elites com relação a estas áreas, as quais eram consideradas como foco de imoralidades, junção de crioulos, entretenimento de escravos e negros adultos, lavadeiras (figura 11), carreteiros (figura 12) e mascates.



Figura 11: Fotografia das lavadeiras às margens do arroio Santa Bárbara (1909) - Pelotas/RS. Imediações da atual Rua Professor Araújo
Fonte:ANNM (LAD/UCPel)



Figura 12: Praça das Carretas às margens do arroio Santa Bárbara - Pelotas/RS. Imediações da atual Companhia Estadual de Energia Elétrica
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Foi neste contexto da estrutura social e econômica que a expansão da planta urbana de Pelotas (figura 13) assumiu uma nova forma e ampliou seus limites no sentido noroeste sudeste, desde a criação da Freguesia em 1812 até 1880.

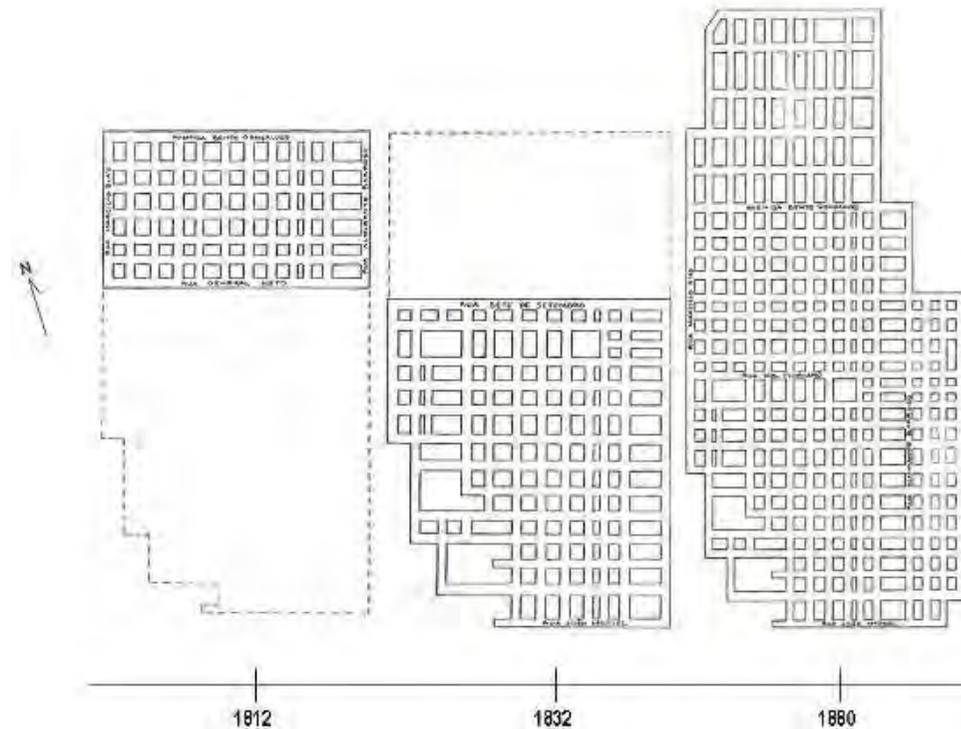


Figura 13: Expansão urbana de Pelotas 1812 - 1880.
Fonte: adaptado de Magalhães, 1993.

No período apontado na imagem anterior, dentre os objetos que configuravam este espaço urbano é possível destacar: o suntuoso patrimônio arquitetônico formado por grandes casas residenciais (solares e/ou

palacetes); os centros de caridade como o Asilo de Órfãos, Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Beneficência Portuguesa; a importação de fontes (chafarizes) francesas, para o abastecimento de água na cidade; as hospedarias, hotéis e um dos teatros mais antigos do Brasil, o Sete de Abril. Incluem-se ainda as fábricas de velas, sabões, chapéus e engenhos de arroz; e os conjuntos residenciais da classe operária.

Pelotas, neste período, estava entre as cidades mais modernas do país e, certamente, a mais próspera do Estado, devido à expansão econômica, associada à riqueza do charque do período escravocrata. Foi nessa época (1884) que a ferrovia chegou à região, num reconhecimento de sua importância comercial e estratégica. A presença do transporte ferroviário contribuiu para a hegemonia de Pelotas na economia do Estado.

Porém, no final do século XIX iniciou-se a queda da prosperidade da indústria saladeiril na cidade. Neste sentido, as atividades econômicas nos anos seguintes não impulsionaram e nem mesmo sustentaram os padrões e a velocidade da geração de riqueza. As mudanças na estrutura social e econômica contribuíram para uma nova configuração do espaço urbano que se desenvolveu ao longo do século XX, sem com isso inibir a ostentação das elites que ainda viveram por longo tempo dos recursos econômicos gerados pela produção do charque.

4.2 CRISTAIS DE AÇÚCAR: A PELOTAS NO SÉCULO XX

O espaço urbano pelotense, no início do século XX, mesmo diante da estagnação saladeiril, foi comparado ao das capitais devido o seu desenvolvimento, marcado pela introdução de uma nova matriz

econômica, as indústrias que aqui chegavam. A gênese deste processo está associada à introdução das novas tecnologias que aportavam em solo brasileiro, com a vinda de imigrantes e do capital estrangeiro.

Nas primeiras décadas do século XX, a base econômica pelotense caracterizava-se pela concentração de objetos de origem do capital industrial e comercial (figuras 14 e 15). Esta estrutura mista conciliava, não só as indústrias de produtos derivados da pecuária de grande porte (velas, sabões e cola) e agrícola (engenhos) com origem no final do século XIX. Além da indústria têxtil (1910) e da energia elétrica com a Cia Light & Power Syndicate Ltda (1912) e os moinhos de farinha (1927), também haviam inúmeros pequenos estabelecimentos produtores de ampla variedade de bens e serviços para o mercado local e regional e a instalação de grandes casas comerciais (roupas, móveis e tecidos).



Figura 14: Fábrica de Sabão e Velas/Pelotas RS
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 15: Postal da Rua XV de Novembro esquina General Neto
(década de 1910) /Pelotas RS
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Neste novo cenário industrial e comercial, a cidade atraía uma demanda maior de mão de obra para ocupar os novos postos de trabalho. Aponta Soares (2000, p.189) que, em 1910, “todo o município contava com 62 mil habitantes e a urbe, mais de 36 mil habitantes”. Este crescimento populacional urbano impulsionou a questão do higienismo²⁷ na cidade de Pelotas.

Conforme o autor, os debates sobre o saneamento de Pelotas, inferiam:

[...] a questão dos arroios que cruzavam o casco urbano e no traçado quadriculado da cidade, que dificultava a “circulação e purificação do ar”. A questão da habitação da população proletária [...] o processo de discussão e de implantação das infraestruturas e leis de saneamento apresentou notáveis semelhanças com a realizada em outras cidades importantes, inclusive cidades européias. Este fato nos indica que nas primeiras décadas do século XX, mesmo no extremo-sul do Rio Grande do Sul, era possível encontrar elementos da modernidade urbana que se implantava nos centros mundiais (SOARES 2000, p.186-189).

Neste processo de criação de infraestruturas, inicia-se um processo de reestruturação urbana, mesmo com origens no final do século XIX. Assim, a forma colonial do espaço urbano dá sinais de modernidade (figuras 16 e 17), impulsionada, ainda pelos ideais da *Belle Époque*²⁸. Nas primeiras décadas do século XX, a transformação urbana vai além da introdução de objetos relacionados às questões sanitárias (redes de escoamento de águas pluviais, redes coletoras de esgotos e banheiros públicos). Também aderem ao espaço urbano a rede de telefonia, energia elétrica para a iluminação pública, linhas de bondes elétricos e a construção de moradias para as classes

²⁷ Em meados do século XIX e início do século XX, chegava ao Brasil, mediante reapropriações e reinterpretações, um novo ideal, a exemplo da cultura grega, com a preocupação central na saúde. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista” ou “movimento sanitarista” (GÓIS JUNIOR, 2007).

²⁸ Caracterizado como um período de mudanças sociais, políticas e culturais. Originário na França, no final do século XIX, impulsionado pelos ideais da Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, permeado por um discurso de modernidade (MARRONI, 2008)

operárias, tanto para a venda como para o aluguel da população que se aglutinava devido as possibilidades do mercado de trabalho.



Figura 16: Mercado Central de Pelotas. À esquerda, os postes da rede telefônica e, no centro, os bondes elétricos.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 17: Cartão postal da Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório) - Pelotas RS. À direita, a iluminação pública e no entorno do Chafariz Fonte das Nereidas.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

No tangente à expansão do núcleo urbano, Soares (2002) também destaca o surgimento de vilas no entorno do sítio central (a oeste, norte e leste), para atender a população que migrava das áreas rurais bem como para o proletariado urbano. Salienta o autor que estas áreas carentes de infraestrutura não faziam parte dos programas de saneamento básico. Igualmente, ressalta o autor entre as áreas de expansão, o bairro Simões

Lopes, o qual seguiu um padrão de planejamento por iniciativa privada, tendo em vista ser construído em terras de propriedade da família do Visconde da Graça, para atender aos seus interesses.

Os anos de 1930 representaram um período de transição da economia brasileira, passando de um modelo agroexportador à industrialização. O impacto desta transformação atingiu as economias locais. Diante da nova orientação de investir na indústria, Pelotas sofreu um quadro de instabilidade nesta década. Inicialmente, com a falência do Banco Pelotense (fundado em 1913 com capitais dos novos industriários, pecuaristas e remanescentes do auge charqueador) acompanhada do definitivo fim das charqueadas, necessitando, assim, redefinir e readequar a economia, baseando-se na indústria da alimentação e conservas e a reestruturação da agricultura do arroz (LONER, 2001).

Tais transformações nos anos de 1930 provocaram nova crise econômica assolando o espaço urbano, em especial os bairros das classes mais pobres, dada à propagação de cortiços, os altos índices de mortalidade infantil, as enfermidades como a febre tifóide e a tuberculose, fatores considerados como desqualificantes da ideia de progresso urbano.

Como maneira de superar este estado desolador, algumas estratégias foram tomadas: a derrubada dos cortiços, o avanço da estrutura urbana para a periferia, o aumento da vigilância sanitária, o loteamento de novas terras para a construção de moradias mais baratas. Tais estratégias suscitaram o capital imobiliário e a retomada dos discursos higienistas, com ênfase no segundo projeto de saneamento básico.

Com a influência dos avanços tecnológicos ocorreu uma reorganização do setor industrial em Pelotas. Neste período, instalavam-se os grandes frigoríficos e surge o processo de mecanização das empresas, tornando-

as mais produtivas, absorvendo, com isso, mão de obra mais qualificada para operar com o maquinário. Porém, a cidade não apresentava uma industrialização completa, mantendo ainda fortes laços com as atividades agropecuárias, subsidiárias de matéria-prima para a indústria frigorífica e beneficiamento de arroz.

Tais fatores impediram a maior diversificação e o fortalecimento industrial em Pelotas, porém não se constituíram em barreiras para outro setor econômico, também importante, o comércio. A partir desta década (1930), o setor comercial apresentou-se como definidor do novo perfil da cidade, transformando-a em um polo comercial e de prestação de serviços da Região Sul. Estas mudanças na estrutura econômica e social, associadas aos desejos de manter Pelotas, no conjunto de cidades que se modernizavam, provocaram transformações no espaço urbano, com a adoção de uma nova expressão arquitetônica.

[...] as transformações arquitetônicas já apontavam para a apropriação de um novo gosto, expresso pela adoção de novos materiais, novos equipamentos, algumas alterações na concepção espacial interna de edifícios de uso coletivo, mas principalmente pela decoração mais geometrizada, depurada e simples das fachadas. Através da observação expedita da cidade e dessa arquitetura remanescente, percebeu-se que as características mencionadas anteriormente estavam presentes em diferentes programas arquitetônicos: residências unifamiliares e multifamiliares; edifícios mistos para comércio e habitação, e edifícios de utilização coletiva, como escolas, igrejas, mercado, indústrias etc. Observou-se, ainda, que muitos desses programas começavam a ser resolvidos através de edifícios em altura os quais, ao longo do tempo, foram alterando o perfil do centro da cidade (ROESLER E MOURA, 2009, p.s/n).

Conforme os autores, estas transformações entre as décadas de 1930 e 1940 provocaram mudanças na forma urbana, principalmente no perímetro central, devido à inserção de objetos caracterizados pela verticalização das construções. Entre eles, destacava-se: o Edifício Glória (1934), o Palácio do Comércio (1942), o edifício da Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas - APIP (1947), e a aprovação do edifício residencial

Del Grande (1947), localizado na praça central da cidade (figuras 18 e 19). Ainda, as construções das chamadas Vilas de habitações unifamiliares (1945). Associada a esta nova fisionomia urbana, a década de 1940 representa um marco importante no processo de industrialização na cidade, com a retomada das atividades do frigorífico Anglo, impulsionado pelo capital inglês, as quais se estenderiam até a década de 1970.



Figura 18: Cartão postal do Edifício Glória (Rua Marechal Floriano esquina Andrade Neves – aproximadamente década de 1930) - Pelotas RS
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 19: Fotografia da rua XV de Novembro (Praça Coronel Pedro Osório – aproximadamente década de 1950) - Pelotas RS. No 3º plano, à esquerda, o Palácio do Comércio.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Nos anos de 1950, o Brasil vive um intenso processo de industrialização e modernização urbana, os quais contribuem para a significativa migração do campo para a cidade. Pelotas, neste período, é marcada pela concentração do comércio, prestação de serviços especializados (médicos, advogados, engenheiros e

veterinários), sede dos órgãos prestadores de serviços em âmbito federal e estadual e as indústrias que atendiam ao mercado externo e interno. Diante desse desenvolvimento econômico, a cidade crescia e se embelezava, adquirindo os aspectos característicos das médias e grandes cidades brasileiras (LOPES 2009).

Estes motivos ampliavam a área de influência e Pelotas, estendendo-se a toda a região e davam maior dinamicidade à urbe, seja pela concentração dos estabelecimentos comerciais, o acréscimo do processo de verticalização, o maior fluxo de veículos em suas ruas (figura 20), além da função cultural-educacional, dadas as faculdades e instituições de ensino superior. Nesta dinâmica, a cidade começou a se expandir com intensidade para as zonas norte, oeste (margem direita do arroio Santa Bárbara) e leste, com a urbanização da praia do Laranjal (figura 21), às margens da Laguna dos Patos.



Figura 20: Vista da Rua Marechal Floriano entre as rua XV de Novembro e Andrade Neves (1956) - Pelotas/RS
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 21: Vista da praia do Laranjal (década de 1960) - Pelotas/RS
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

A aglutinação de pessoas e a ebulição de modernidade, associada ao comércio de característica local, assim como as indústrias de conservas e o setor agropecurista reestruturado configuravam um modo de vida urbano similar às outras cidades, de médio porte, brasileiras. Não apenas o espaço urbano sofreu alterações, a sociedade local também se viu tomada por este período de intensas transformações.

Entre 1960 e 1980, Pelotas manteve o seu ciclo de desenvolvimento com base na matriz econômica agroindustrial, por meio das indústrias de beneficiamento de arroz, processamento de alimentos (com destaque na produção de conservas e doces cristalizados), produção têxtil, além de frigoríficos de grande porte, bem como o setor de comércio e prestação serviços. Salaria Soares (2002, p.362): “número de empregados permanentes em instalações industriais na cidade era de 6.540 em 1960, passando a 7.808 em 1970 e a 14.926 em 1980”.

Este modelo econômico começou a apresentar sinais de esgotamento no final da década de 1970, levando ao fechamento de diversas fábricas, na década seguinte, caracterizando-se um processo de “*desindustrialização*” (SOARES, 2005 p.89). Porém, mesmo diante desta conjuntura, a cidade continuou a exercer o papel de polo econômico, basicamente ancorado no setor comercial (figura 22) e de serviços, os quais continuaram a promover a atração dos fluxos migratórios de centros urbanos menores e das zonas rurais.

Salaria o autor que a economia firma-se no capital imobiliário, devido às exigências de expansão da cidade para atender as demandas de moradia e prestação de serviços. Com isso, ocorre um significativo crescimento do setor com a criação de condomínios verticais, residenciais e de serviços (figura 23). Neste processo de verticalização do tecido urbano ocorre a difusão de outro estilo de valorizar a cidade e, conseqüentemente, a degradação do patrimônio histórico edificado, talvez por estar sendo alimentado pelos slogans nacionais, como bem apontou Abreu (2011): *Cinquenta anos em cinco (1950), Brasil, um país do futuro*

(1960) e *Pra frente, Brasil* (1970), os quais carregavam os ideais de modernização, e com isso, a abdicação dos “velhos objetos”.

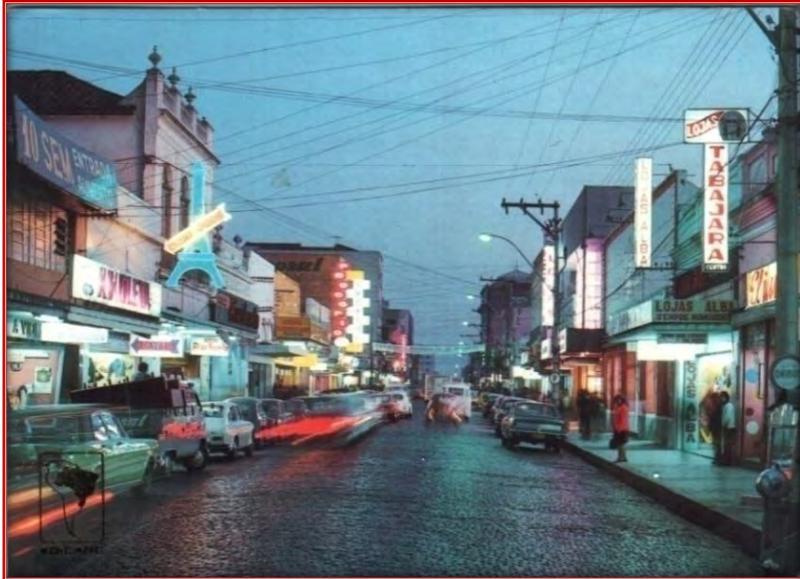


Figura 22: Vista noturna da Rua Andrade Neves – Pelotas/RS.
Centro Comercial, década de 1970.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 23: Vista aérea da área central (entorno da Praça Coronel Pedro Osório, década de 1980) - Pelotas/RS.
Verticalização do perímetro central
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

No final do século XX, a revalorização do patrimônio histórico cultural de Pelotas parece dar sinais de revitalização, inicialmente com a retomada, em 1995, da Feira Nacional do Doce, criada nos anos de 1980 pelo Poder Público. Esta feira ganha maior expansão e atração na medida em que associa o comércio e a prestação de serviços à indústria doceira local.

A requalificação do patrimônio arquitetônico remanescente, ocorre por meio dos incentivos federais de restauro (Programa Monumenta)²⁹ e as incipientes ações voltadas ao setor turístico, fatores que vão delinear a retomada do patrimônio cultural material e imaterial. Os cartões postais (figuras 24 e 25), expressam este sentimento de valorização dos bens históricos culturais pelotense.



Figura 24: Detalhe da fachada do Mercado Público de Pelotas (veiculado nos anos de 1990) - Pelotas/RS
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

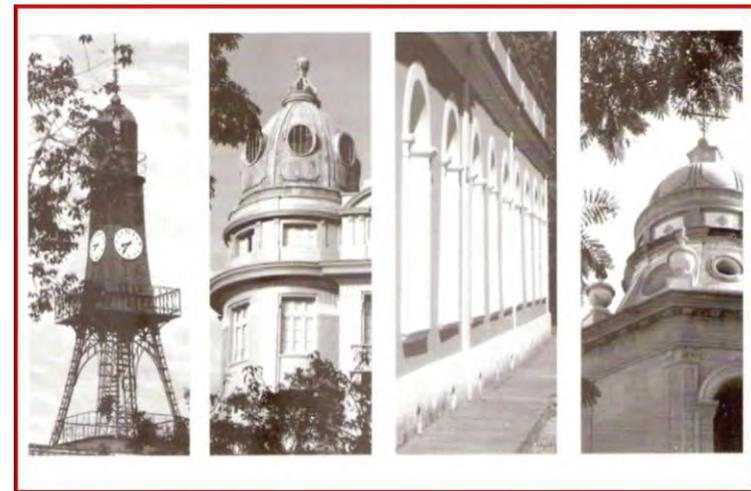


Figura 25: Detalhes de Pelotas/RS (veiculado no início do Século XXI). Da esquerda para direita: relógio do Mercado Público, cúpula do Grande Hotel, fachada do Museu da Baronesa e cúpula da Catedral São Francisco de Paula.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

²⁹ Programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Cabe ressaltar que o processo de preservação do patrimônio edificado iniciou na década de 1970, com o tombamento, pelo IPHAN, das residências localizadas no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, os conhecidos casarões nº2 (Casarão Barão do Butuí), nº6 (Casarão Barão de São Luis) e nº8 (Casarão Barão de Cacequi). Em 1982 a Lei Municipal nº2.708, dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico de Pelotas, após alguns impasses das forças contrárias à preservação do patrimônio em 2000 foi decretada a Lei Municipal nº4.568 (em vigência), a qual delimitou as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs) e inventariou 1.900 imóveis, possibilitando o controle da descaracterização dos mesmos. (TAVARES, 1012)

No final do século XX e início do XXI, o processo de reconstrução da identidade cultural vem contribuindo para a fisionomia do espaço urbano, como diz Santos (2004, p.314) “cada lugar irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”.

Acredito que o processo de globalização e homogeneização dos padrões construtivos edificados e até mesmo dos hábitos cotidianos, geram esta necessidade inconsciente de manter a individualidade cultural das sociedades e das cidades. No tangente a expansão e (re)produção do espaço urbano, parece não resultar apenas das questões locais, como aponta Corrêa (1995), esta expansão é resultado dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os diferentes grupos sociais.

No caso de Pelotas são evidentes tais processos, na medida em que existe a ampliação dos condomínios de luxo e populares, frente às demandas regionais. Neste caso, pode-se apontar: a revitalização do complexo portuário da cidade de Rio Grande; os programas nacionais de habitação popular; a instalação de empreendimentos comerciais; a ampliação de vagas nas instituições federais de ensino, entre outros. Porém, o legado cultural e o apogeu econômico vivido por Pelotas sempre permeou o imaginário coletivo, o qual jamais foi totalmente suplantado pelo modo de vida da população local e daqueles que por aqui ancoraram suas vidas. Portanto, há rasgos no espaço urbano que conduzem aos períodos passados, presentes no cotidiano.

Assim, para compor estes rasgos, o meu olhar gira pelos ares da planta urbana da cidade, sou um caleidoscópio na busca por formar estas imagens. Como aponta White (2001, p.46): "o *flâneur* é comparado a um espelho tão grande quanto a multidão – ou a um caleidoscópio equipado com uma consciência que, a cada mexida do tubo, capta a configuração de uma vida multifária e do gracioso movimento de todos os seus elementos". O espelho deste caleidoscópio procura conscientemente captar objetos remanescentes no tempo e no espaço, como maneira de compreender o passado que se junta ao presente.

A sobreposição distribuída no espaço urbano que o olhar procura captar configura uma espécie de revelação das feições visíveis do dinamismo do tempo, as quais são formas esquecidas do papel desempenhado em cada momento histórico, ou ainda, memórias escondidas das estruturas econômicas e sociais que alimentam a alma da cidade, na coexistência do passado no presente. Assim, a partir da *flânerie* concentrei os objetos em um rasgo fabril, aqueles relacionados ao sistema produtivo e outro rasgo do perímetro urbano central, gênese da formação da Pelotas de hoje, onde encontro os objetos e as funções do convívio social e manifestações culturais da cidade.

Porém, o processo interpretativo destes rasgos não está circunscrito em si, tendo em vista que revelar a paisagem através dos registros fotográficos e cartões postais, o discurso traz em si a coexistência das características culturais, econômicas, sociais e políticas do espaço urbano. Também lhes é atribuído o caráter visível/invisível, pois ao extrair os conteúdos de cada rasgo é um mundo que se abre ao observador. Portanto, há objetos escondidos na área de estudo, considerados desdobramentos na construção teórica da análise, como maneira de elucidar para o leitor o conjunto de objetos e ações inseridos nos rasgos que procuro revelar. Assim,

nos próximos capítulos, ao revelar estes rasgos, faço um convite para o encontro com as memórias escondidas deste viver em Satolep/Pelotas.

CAPÍTULO V

DOS SALADEIROS ÀS INSTALAÇÕES URBANO-INDUSTRIAIS:
REVELANDO UM RASGO FABRIL.

Engenho São Gonçalo (A)



Charqueada José Inácio Xavier (B)



Frigorífico Anglo (C)



Moinho Pelotense (D)



Cia. Fiação de Tecidos Pelotense (E)



Cervejaria Sul Rio grandense (F)



Imagem panorâmica de Pelotas (sentido leste-sul).



5 OBJETOS DE UM RASGO FABRIL

O olhar se fixa a sudeste da cidade, do qual é possível extrair registros fotográficos do remanescente conjunto arquitetônico fabril pelotense, como objetos e ações que transitam entre o século XIX e XX. Um processo originário do sistema de produção das carnes salgadas, curtidas ao sol, às modernas indústrias de refrigeração do abate bovino. Ao aproximar o olhar percorro no tempo com a Charqueada de José Inácio Xavier (aprox. 1840), a Cervejaria Sul-Riograndense (1889), a Companhia Fiação de Tecidos Pelotense (1908-1910), o Engenho São Gonçalo (1912), o Moinho Pelotense (1925) e o Frigorífico Anglo (1942), objetos que se mesclam e se acumulam na formação do espaço urbano no século XXI.

A distribuição espacial das unidades fabris se concentra nas bordas dos primeiros loteamentos urbanos, do ponto onde observo a cidade. Elas se estendem como contas de um rosário às margens do canal São Gonçalo (figura 26), resultado das condições de proximidade com o sistema fluvial-lacustre, meio para circulação das mercadorias e o distanciamento do perímetro urbano central. Diante dessa distribuição e característica dos objetos observados, tomo como sugestão de análise do rasgo fabril, a ruralidade dos saladeiros e modelos urbano-industriais.

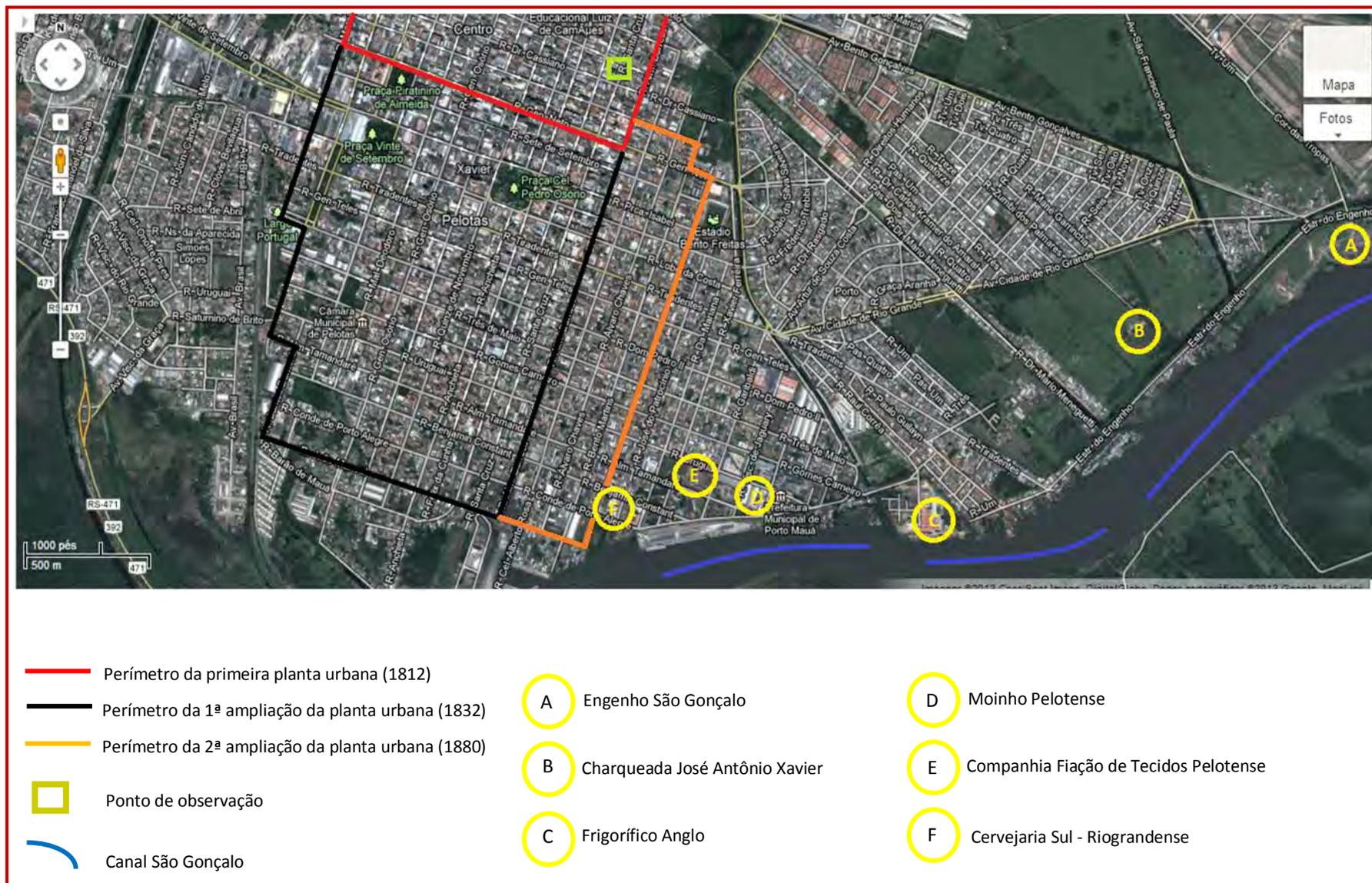


Figura 26: Distribuição das unidades fabris na planta urbana.
 Fonte: adaptado do Google Maps (2013)

5.1 OS SALADEIROS

Para tratar a paisagem do espaço fabril, inicialmente procuro evidenciar o sistema charqueador, tendo em vista esta indústria constituir o mote do desenvolvimento do espaço pelotense. Suas unidades, conforme já foi apontado, estabeleceram-se às margens dos recursos hídricos e, quanto a isso, destaca Gutierrez (2011, p.259):

O cerne do núcleo charqueador pelotense, constituído ao longo do século XIX, estruturou-se em mais de trinta fábricas contíguas situadas na margem direita do arroio Pelotas e norte do canal São Gonçalo estima-se que mais de uma dúzia de charqueadas estavam localizadas a margem do São Gonçalo. Esses estabelecimentos contavam com um, dois ou três terrenos, faixas compridas e estreitas, intercalados por estradas. O terreno da charqueada, propriamente dito, localizava-se junto a beira d'água.

Tomando-se conhecimento da constituição deste sistema fabril, nas planícies fluviais, confirma-se que o primeiro parque de unidades industriais fosse se estabelecendo entre o século XIX e XX, também ocuparia às margens do canal São Gonçalo. Tal fato deve-se à proximidade com as rotas fluviais de circulação dos produtos e posteriormente, com o estabelecimento dos primeiros loteamentos da malha urbana.

O reflexo da economia proporcionada pela indústria saladeiril e os diferentes serviços a ela associada, se constituíram em fatores para a emergente área urbana passar a assumir o papel de fornecedora de bens e serviços relativos ao comércio, entretenimento e hospedagem, aos quais se associavam a construção de moradias e infraestruturas de saúde, educação e cultura para atender os charqueadores e suas famílias, estancieiros, peões e a população que começava a se formar (Gutierrez, 2011).

Portando, a área urbana definida pelo primeiro loteamento, resulta do distanciamento com as áreas alagadiças das várzeas fluviais, bem como das condições insalubres das charqueadas, devido à putrefação dos

dejetos da matança de gado, além do sentimento de insegurança, dada a presença do grande número de escravos. Segundo a autora (2011, p.244) a força política também foi considerada um dos fatores decisivos para a demarcação do primeiro loteamento, reflexo dos interesses daqueles que detinham a posse da terra nas imediações, como maneira a garantir que “a cidade fosse implantada dentro ou no entorno de suas propriedades ou concessões”.

De fato, parece ter ocorrido um esforço do capitão-mor Antonio Francisco dos Anjos e o charqueador Boaventura Rodrigues Barcellos (com terras situadas na margem norte do canal São Gonçalo), em definirem a instalação do loteamento urbano, segundo as pretensões dos moradores dessa margem do São Gonçalo, tendo como mediador junto à Corte do Rio de Janeiro, o Padre Felício Joaquim da Costa. (GUTIERREZ, 2011).

Sobre a instalação da planta urbana inicial, o preservacionista Magalhães (2000, p.06), também destaca os interesses dos proprietários de terras nas imediações da área: “em 1806, no mês de outubro, o capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos comprava de Francisco Calheca o trecho compreendido da Rua General Neto à Rua Marcílio Dias; começando a divisão das terras que negociara em pequenos lotes”, salienta o preservacionista que o capitão-mor “comprara os terrenos, sobre o qual vieram erguer, ao redor da igreja, as primeiras casas” (MAGALHÃES, 1986b, p.7).

Assim, ao elegerem o sítio central distante das unidades charqueadoras, pode ser considerado um dos fatores implícitos na baixa concentração edificada para residências e comércio nas adjacências destas unidades fabris. Tal fato se refletiu na configuração espacial deste rasgo, como uma espécie de dicotomia entre a proximidade (dos cursos d’água) e distanciamento (da área residencial). Ao olhar a cidade de hoje transita-se por estes fatores de formação do espaço urbano, por onde se acumulam os diferentes tempos em objetos capazes de

revelar e traduzir as formas, funções e estruturas impregnadas na paisagem. Dos objetos que minha retina procura captar, nesta *flânerie* no tempo e no espaço, surge a edificação que pertenceu a Charqueada de José Inácio Xavier (figura 27), atualmente cercada pela expansão urbana.



Figura 27: Charqueada de José Inácio Xavier I.
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Do ambiente construído desta unidade de produção charqueadora, é possível identificar a antiga casa de moradia, um casarão em estilo colonial, nas proximidades do canal São Gonçalo (margem norte). Mas cabe ressaltar que a distribuição espacial, das unidades produtoras de charque, era representada por uma extensa área formada pelo seguinte complexo: a casa de moradia do charqueador, as áreas de produção como a mangueira,

cancha, galpões e varais, os atracadouros/porto fluvial e os poteiros. Este complexo industrial apresentava, inicialmente, uma dinâmica de produção bastante rudimentar. Conforme a descrição de Magalhães (2000b, p.10), estes estabelecimentos possuíam:

Simple construções de galpões cobertos de “sapé”, varais para a “seca” da carne desdobrada, salgada, e algum tacho para a extração de parca gordura de ossos por meio da fervura em água. O sal do Reino (Aveiro, Setúbal e Lisboa) somente era empregado para o encharque-salagação da carne. A courama era estaqueada seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois socado, em fôrmas cúbicas de madeira, produzindo os pães³⁰ de peso variado. A ossamenta era amontoada e queimada e a cinza atirada para os aterros, ou servia para fazer mangueiras e cercas.

Na tentativa de descrever a dinâmica do sistema fabril, o preservacionista também destaca: “varais e varais em linhas estendidos sobre cavaletes aprumavam-se no pátio do sítio ensolarado. Ao lado grande coberta foi levantada; os primeiros passos são sempre vacilantes para quem inicia, no entanto era necessário prosseguir em barcos a velas soltas para rumarem à barra do Rio Grande” (MAGALHÃES, 1986a, p. 12).

Diante das descrições é possível identificar que além da área de produção do charque, havia também aquela destinada a moradia do charqueador, como na expressão da “grande coberta levantada”. Para melhor compreender a forma como se distribuía estas unidades fabris, toma-se como exemplo a imagem de Jean Baptista Debret [1768-1848] (figura 28), pintor e ilustrador francês, membro da Missão Artística Francesa ao Brasil (1816), organizada pelo Rei Dom João VI, o qual registrou em sua passagem pelo sul do país, este sistema de produção.

³⁰ Pães era o nome dado aos cubos de sebo, os quais eram utilizados para a produção de sabões e velas.

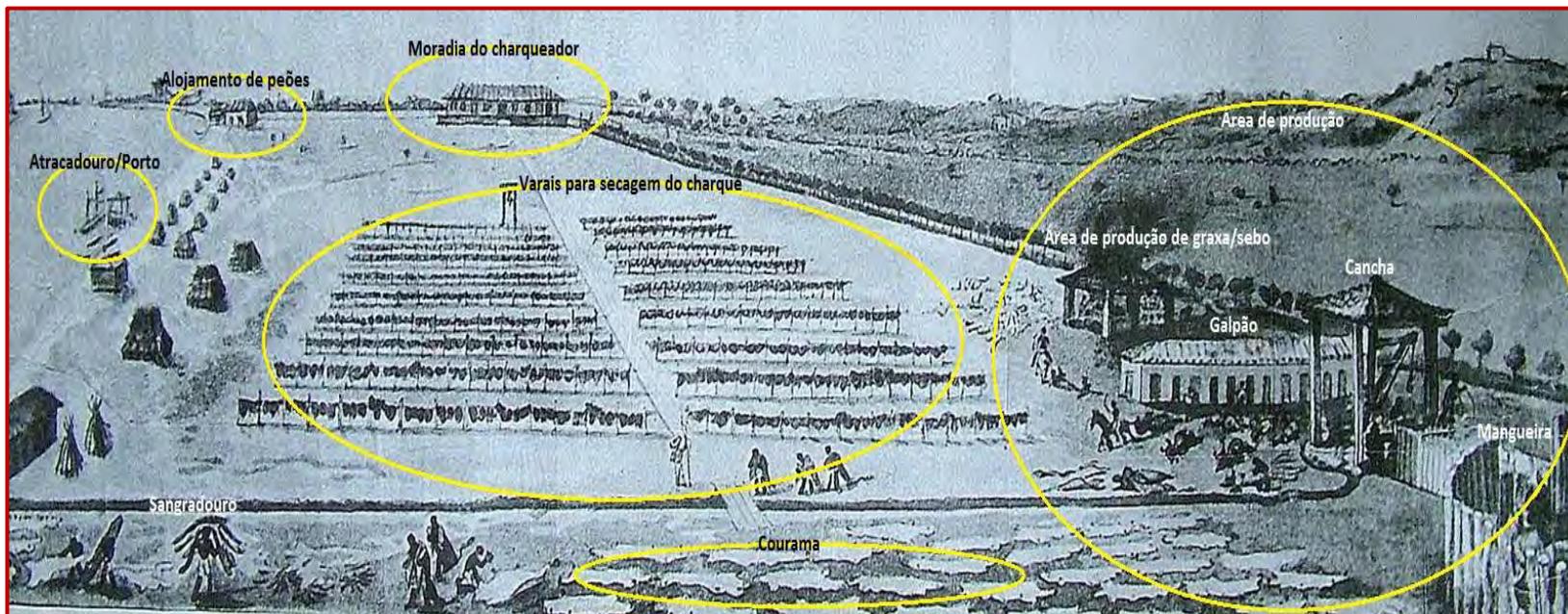


Figura 28: Organização espacial das unidades charqueadoras (adaptado da cópia da aquarela de Jean Baptista Debret - 1820)
 Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

A partir da imagem digitalizada do fascículo Pelotas Memória (figura 28), destaca-se com maior clareza os objetos que faziam parte do sistema de produção do charque. Conforme os estudos de Gutierrez (2011), as charqueadas eram compostas pelos poteiros dos fundos, depois o poteiro do meio e, por fim, o terreno propriamente dito da charqueada. O gado transitava no primeiro poteiro (local de comercialização do gado) chegando aos currais até alcançar a mangueira, onde iniciavam o processo de abate do gado. Daí, ele era

transportado em vagonetes³¹ para cancha, espaço destinado à finalização do abate e corte das peças. O sangue, excrementos e vísceras eram lançados nas águas adjacentes, através de uma vala denominada, sangradouro.

Em algumas charqueadas as canchas estavam dispostas ao lado dos trilhos e era composta por tijolos inclinados e coberta por telhados de “sapé”. Nos galpões, ocorriam a desossa e a salga, sendo esta última realizada em mesas côncavas cheias de sal. Após este processo, as peças eram empilhadas e levadas aos varais ou secadores, barras de madeira estendidas a cerca de 1,50 m do solo, nelas a carne ficava estendida de seis a quinze dias. Com a concretização da secagem, o charque estava pronto para seguir em pequenas embarcações, iates e até mesmo balsas, rumo ao Porto de Rio Grande. Portanto, as unidades fabris apresentavam pequenos atracadouros.

Um pouco mais afastado desta unidade produtora encontrava-se a área de moradia, constituída de edificação para uso exclusivo dos senhores e sua família. Já a área destinada aos trabalhadores livres, peões responsáveis pelo deslocamento do gado das estâncias às charqueadas, se constituía em quartos e refeitório, nas proximidades da casa do charqueador. Enquanto que nas áreas de produção se encontravam as senzalas ou galpões de desossa, os quais eram destinados aos escravos.

Gutierrez (2011), também aponta haver em algumas charqueadas a instalação de olarias, considerando as condições dos terrenos, a presença de matéria prima em abundância, o barro, possibilitava a ocupação da mão de obra, no período de entre safra, na fabricação de tijolos e telhas. Estes produtos se

³¹ Pequeno vagão que desliza por trilhos com força motriz humana, frequentemente confeccionados em madeira.

destinavam às construções no próprio sítio charqueador, bem como para os bens urbanos dos senhores charqueadores.

Esta distribuição espacial, associada às funções desempenhadas em cada setor é possível identificar a estrutura da divisão do trabalho. A autora esclarece: as funções mantinham fortes vínculos com as áreas onde os trabalhadores estavam inseridos, os peões (trabalhadores livres) desempenhavam as lidas campeiras e os escravos dedicavam-se, quase que exclusivamente à fabricação do charque, exceto, em alguns casos, os serviços domésticos.

Ainda, esclarece Gutierrez (2011), a população servil encontrava-se dividida entre as profissões especializadas, aquelas relacionadas diretamente à produção e transporte da carne salgada. Nas unidades de produção era possível destacar: *os carneadores* (em média de 14 por saladeiro), especializados no processo de confecção das peças bovinas e localizados junto a cancha e galpão; *os salgadores* (em média 04 por saladeiro), tarefa que consistia em preencher com sal os sulcos da carne para a pilhagem, bem como na elaboração dos subprodutos, graxas e sebo; *os serventes* (em média 15 por saladeiro), estes se dedicavam a todo o tipo de serviço nas instalações fabris, tais como a pilhagem, courama, transporte das peças aos varais de secagem, bem a estocagem do charque nas embarcações; *os escravos marinheiros* (em média 04 marujos por saladeiro), responsáveis pelo transporte do charque em balsas ou iates até o porto de Rio Grande, via Laguna dos Patos.

Na consulta realizada nos acervos (fotografia, cartões postais e fascículos) do Laboratório de Acervo Digital não foram encontrados suportes iconográficos, representativos das atividades relacionadas à produção do charque, propriamente dito. Por se tratar de um cenário que beirava o macabro e a repugnante condição do trabalho servil, provavelmente justifique a sua inexistência.



Figura 29: Balsa na costa do arroio Pelotas (aproximadamente década 1880)
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Dos registros relacionados às unidades fabris charqueadoras é possível destacar a balsa de transporte do charque (figura 29) e os cartões postais veiculados no início do século XX. Cabe salientar, ser esta imagem referente ao período dos primeiros sinais de esgotamento da produção da charqueadora. Mas, no detalhe da fotografia (figura 30) é possível identificar os trabalhadores, em sua maioria afrodescendentes, vinculados as funções especializadas de transporte do charque, provavelmente aqueles apontados por Gutierrez, como os cativos marinheiros.



Figura 30: Detalhe do transporte fluvial do charque
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Além das funções especializadas na produção e transporte, também se destacavam, neste cenário, as atividades de apoio, tais como: ferreiros, carroceiros, carpinteiros, pedreiros e cozinheiros. A mão de obra feminina escrava representava “em torno de 13%” (GUTIERREZ, 2011, p.266). As mulheres cativas não apresentavam qualquer tipo de especialização para o trabalho nos saladeiros, as mesmas em sua maioria estavam circunscritas as áreas de moradia, prestando serviços de mucamas, costureiras, cozinheiras e lavadeiras. Também salienta a autora, o reduzidíssimo número de crianças nas unidades produtoras do charque.

A maioria dos senhores não possuía crianças. Quando isso acontecia, somavam no máximo dois pequenos prisioneiros. Essa observação continua reforçando a hipótese de que os senhores preferiam investir em novas “peças” do que na reprodução da mão de obra africana. Da mesma forma, a total ausência de casamento entre os subjugados dos saladeiros, o número restrito de mulheres e a quase inexistência de filhos entre estes foram sinais que vieram afastar a possibilidade de famílias constituírem-se com frequência nas fábricas de salgar. (GUTIERREZ, 2011 p.266)

Com isso é possível compreender que a estrutura da divisão do trabalho, no ambiente saladeiril, constituía-se basicamente na mão de obra masculina adulta. Sendo, as funções especializadas destinadas aos cativos associados à produção e transporte do charque, e aos peões e tropeiros, os quais estavam atrelados ao manejo do gado nos poteiros e transporte do gado, das estâncias às charqueadas pelotense.

Retomando o papel da mulher escrava, nas unidades fabris de salga da carne, é possível identificar na aproximação do cartão postal (figura 31) a presença desta classe servil em companhia de mulheres brancas. Ao analisar o estilo de vestimenta destas mulheres, se percebe ser uma provável Sinhá, acompanhada de suas serviçais. Saliento ser este postal veiculado em 1904, período em que a mão de obra escrava já se encontrava em situação de liberdade.

Mas, segundo Gutierrez (2011), muitos dos escravos libertos e seus descendentes mantiveram vínculo de serviçais com as famílias charqueadoras. A utilização do suporte iconográfico serve para refletir e elucidar as relações de trabalho mantidas no período de influência do modelo charqueador. Bem como, compreendo que as imagens registradas não tinham a mesma velocidade de veiculação como na atualidade, portanto, provavelmente o registro refere-se, ainda, ao final do século XIX.



Figura 31: Vista geral da Charqueada com aproximação de detalhe
 Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Com relação ao vínculo de mulheres negras ao ambiente familiar, também pode ser apontado a partir do resgate realizado por Magalhães (1989a, p.21), ao extrair do jornal “O Pelotense”, em março de 1855, o seguinte anúncio: “aluga-se uma preta para ama, tem excelente leite, e é muito carinhosa, quem pretender dirija-se a Rua Alegre (atual Gonçalves Chaves), nº 40, que achará com quem tratar”. Este fragmento apóia a noção de ser a posse de cativas destinada à prestação dos diversos serviços domésticos, mantendo suas atividades estreitamente ligadas aos ambientes de moradia, tanto no ambiente charqueador como nas áreas residências da urbe. O afastamento da mulher das unidades produtoras, também, corroborara com a inexistência da reprodução africana no modelo saladeiril.

A partir das leituras, interpretações e descrição apontadas é possível elucidar, de maneira ilustrativa, as estruturas de classe, tanto nas unidades produtoras do charque, quanto àquelas vinculadas ao espaço urbano. Para esta análise, utilizo como recurso o gráfico piramidal (gráficos 1 e 2), para uma melhor visualização das possíveis estruturas consolidadas a partir deste rasgo fabril.



Gráfico 1: Estrutura de classes sociais nas unidades de produção saladeiril
Elaboração: Daniel Moraes Botelho



Gráfico 2: Estrutura de classes sociais no espaço urbano
Elaboração: Daniel Moraes Botelho

Tomando por base os gráficos ilustrativos, a estrutura de classes vinculadas ao ambiente de produção saladeiril estava dividida em: charqueadores, trabalhadores livres e cativos. No topo desta estrutura, encontravam-se os Senhores charqueadores, os quais detinham a concentração dos bens de produção, de renda e da mão de obra cativa e, desta maneira, representavam o poder para as estratégias de formação deste espaço.

Já a classe de trabalhadores livres, tropeiros e peões, estavam subjugados ao topo da pirâmide e complementavam o processo produtivo, a partir do transporte das tropas de gado vindas do pampa e do litoral sul, bem como no manejo da matéria prima. Neste cenário esta classe se apresentava extremamente reduzida, provavelmente assalariada, porém sob os domínios do poder charqueador.

O maior contingente populacional nas charqueadas compreende a classe escrava, as quais estavam vinculadas, em sua grande maioria, a produção do charque. Conforme os levantamentos de Gutierrez (2011), os escravos especializados na fabricação do charque eram em maior número, chegando a corresponder cerca de 70% do plantel dos saladeiros. Estes estavam vinculados, basicamente, as áreas ribeirinhas com atividades relacionadas ao processo produtivo, em alguns casos, no período de entre safra, vinculados as olarias ou até mesmo como “peças”, alugadas aos charqueadores possuidores deste tipo de produção.

Ainda, sobre esta unidade estrutural de classes no ambiente de produção, cabe ressaltar os cativos atrelados ao trabalho doméstico, de composição basicamente feminina, que ocupavam as áreas residências desenvolvendo diferentes tarefas, consideradas não especializadas, para suprir as necessidades da família do senhor charqueador.

Portando, é evidente neste cenário a imobilidade social, tendo em vista que neste tipo de sistema produtivo a estrutura de classe, basicamente, estava definida pelo proprietário dos saladeiros, detentores do poder, propriedade e renda e de outro lado, as classes serviçais e cativas. Porém, na medida em que a classe detentora da renda visava estabelecer-se em um ambiente urbano, distante do ambiente de produção, a estrutura de classes, supostamente imóvel, entra em processo de transformação, como maneira de atender aos ideais da classe dominante.

Até meados do século XIX o topo da estrutura socioeconômica pelotense manteve fortes vínculos com a produção da carne salgada, pautada exclusivamente pela concentração de terra e renda nas mãos do charqueador, tanto nas unidades de produção como na urbe. Mas, a consolidação do espaço urbano passou a exercer a função de centralidade, incorporaram a este espaço os novos atores sociais: estancieiros, políticos, militares, imigrantes, pequenos industriais e comerciantes, homens e mulheres livres entre outros. Deste modo, parece evidente, ser no espaço urbano pelotense onde ocorreu a maior mobilidade na estrutura de classes, mesmo mantendo fortes vínculos com sistema fabril charqueador, os quais detinham a concentração de renda e poder.

Porém, neste cenário urbano os peões e tropeiros, vinculados exclusivamente aos saladeiros, começavam a fixar suas residências nas adjacências do loteamento urbano, bem como os prestadores de serviços: sapateiros, alfaiates, mascates, carreteiros e classes assalariadas. Também cabe registrar, neste cenário, a mão de obra escrava para os serviços urbanos. Conforme o Jornal Diário de Pelotas (1868, p.4), é explícito a quem se destinava o serviço insalubre “precisam-se alugar dois pretos, para o serviço dos carros de condução de matérias fecaes; para tratar à rua de S. Francisco, cocheira”.

A partir do exercício interpretativo e descritivo das categorias de análise dos suportes iconográficos e produções textuais, vê-se no dinamismo da Pelotas do século XIX que as ações e objetos tendem a desenhar as formas e funções no espaço pelotense e, intrínsecas a essas, a estrutura de classes personifica os atores sociais que animam e são animados pelo processo histórico de formação desse espaço.

Diante disso, me aproximo às palavras do preservacionista Magalhães (2000b, p.2):

O encontro com o passado, através da leitura de textos e visualização de fotos antigas, transporta-nos aos primeiros tempos desta Pelotas transbordante de histórias que se debruçam nos varais das antigas charqueadas e emergem das águas do São Gonçalo [...] deixemos o nosso pensamento navegar nas águas do Pelotas, São Gonçalo e Santa Bárbara para penetrarmos no íntimo da nossa história.

Assim, para revelar essa paisagem no espaço fabril, o meu olhar encontra-se com passado a partir do objeto identificado às margens do São Gonçalo (figura 32). A primeira vista parece uma imagem romântica, devido ao padrão da edificação. Porém, na medida em que as funções deste modelo produtivo são reveladas, a paisagem bucólica assume outras dimensões. Algumas por vezes, escondidas nas rugas do tempo, e outras, travestidas no jogo da discriminação que tendem a manifestar-se no século XXI.



Figura 32: Charqueada de José Inácio Xavier II
 Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Ao navegar neste rasgo, sons e odores se associam na composição da paisagem no sítio charqueador. Os berros da matança do gado e açoite dos escravos, o mau cheiro reinante da putrefação dos dejetos do abate e queima de ossos, um quadro lúgubre, trágico e medonho. Estes elementos compõem o rasgo fabril dos saladeiros. Ou ainda, como relatou o viajante alemão Avé-Lallemant (1953, p.388-389), em 1858, na sua rápida passagem por Pelotas.

Em toda a região há um horrível cheiro de carniça! Couros, chifres, cascos, ossos, tendões, tripas e nauseantes massas de sangue em putrefação e, além disso, campos inteiros com carne dependurada, formam um verdadeiro monturo em grande estilo e assinalam o distrito onde se encontra o seu centro o mais importante ofício da Província, que é abater bois, cavalos, principalmente éguas. Uma multidão de abutres sobrevoa a região e ceva-se em sangue putrefacto! [...] São abatidas 400.000 reses anualmente em Pelotas, repugnante atascamento no sangue e nas imundícies dos animais, em que quase se animaliza a alma de magarefe dos homens. Não era tempo de matança. O que muito estimei; do contrário, teria que contemplá-la e isso poderia perturbar todo o prazer de minha viagem ao Rio Grande.

Nestas condições milhares de escravos sustentaram a economia charqueadora pelotense, como apontou Magalhães (1989, p.10) “talvez, muitos ignorassem que, em Pelotas, o trato com os escravos era duro. Os mesmos eram barbaramente castigados e humilhados. Se nos propomos a rememorar a história, não podemos fugir da verdade”. Quanto ao trato rude e severo com que os senhores charqueadores e suas famílias mantinham com os escravos foi relatado pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua visita a charqueada de Antonio José Gonçalves Chaves, no período de 06 a 20 de setembro de 1820.

Nas Charqueadas os negros são tratados com muito rigor. O Sr. Chaves é considerado um dos tido como um dos charqueadores mais humanos, no entanto ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade, e estes parecem tremer diante de seus patrões. Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que esta criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão. Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos para poder dormir; não é esta casa a única onde há este desumano hábito de se ter sempre um negrinho perto de si para dele utilizar-se, quando necessário (SAIN-HILAIRE, 1987 p. 86-87).

O relato do naturalista nos dá a dimensão de como as relações de poder se estabeleciam nos antigos saladeiros, não falo aqui daquelas constituídas a partir de uma estrutura de classes de homens livres, ou ainda, as constituídas pela relação de dominantes e dominados de um sistema urbano-industrial. Na realidade, as unidades produtoras de charque provavelmente representaram um dos modelos em que a subjugação dos escravos tenha beirado a tirania. Nicolau Dreys (1990), relatou que a Província de São Pedro era considerada uma espécie de purgatório, um destino que servia como castigo aos negros viciosos de outras províncias do Brasil.

Porém, é destes objetos do passado parece ecoar o som dos atabaques, sopapos³² e cantorias dos africanos. Não há dúvidas que do ambiente de sal, suor e sangue este modo de produção deixou marcas no espaço pelotense. Atualmente, estes sinais podem ser rememorados pelos pelotenses e viajantes do século XXI, nos tijolos que sustentam o suntuoso patrimônio arquitetônico, edificado no final do século XIX, nas manifestações religiosas africanas, na popularidade do carnaval, nos hábitos locais, heranças do apogeu econômico, bem como nas antigas charqueadas que sustentam os símbolos da crueldade e riqueza. Assim, é possível penetrar na intimidade da história e formação do espaço pelotense, hoje revelado pelos objetos remanescentes que configuram a paisagem no espaço urbano da cidade, em especial deste rasgo.

Mas, o processo histórico sinalizava que o apogeu charqueador começava apresentar sinais de esgotamento em meados do século XIX, fato anunciado pelo viajante alemão Avé-Lallemant em 1858, (1953, p.390): “os pelotenses, porém, cujas condições de vida, de um modo geral, parecem piorar, desejam ansiosamente que se desenvolvam colônias em sua vizinhança, para com isso haurirem novas forças vitais e terem uma vida local mais importante”.

Assim, as estruturas fabris começam a adotar outra forma, com a instalação nos últimos anos do século XIX de modernos padrões de produção industrial, utilizando a mão de obra do imigrante e as tecnologias disponíveis na Europa e América do Norte. Estas unidades ganham maior expressão na virada do século XX. Nasce assim o que denomino de modelos urbano-industriais.

³² Instrumento de percussão fabricado pelos africanos com madeira de árvores nativas e couro de cavalo, o qual até os dias de hoje é utilizado nas escolas de samba de Pelotas.

5.2 OS MODELOS URBANO-INDUSTRIAIS

Os primeiros passos do modelo urbano-industrial têm sua origem nas fábricas de sabão, velas e colas, instaladas inicialmente nas proximidades de produção do charque, tendo em vista a abundante matéria prima para a produção destes produtos. Os estudos de Aguiar (2009, p.57) apontam que a transição da atividade saladeiril para a industrial “privilegiou o espaço que nutria tal sistema econômico”, neste sentido os senhores charqueadores, proprietários das terras às margens dos recursos hídricos, paulatinamente cederam espaço aos empreendedores que instalavam suas fábricas.

No giro sobre meu eixo compreendo que há objetos escondidos pelo processo de verticalização da urbe, mas a Pelotas de ontem tende a mostrar sua face às margens do São Gonçalo. Como as ruínas da antiga Cervejaria Sul Rio Grandense (figura 33).



Figura 33: Ruínas da Cervejaria Sul Riograndese
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Com a chegada do imigrante alemão Leopoldo Haertel e as iniciativas públicas de ocupação das antigas áreas dos saladeiros, proporcionaram a instalação em 1890 da Cervejaria Sul Riograndense, nos limites da área urbana. O complexo industrial formado por vários prédios, destinados à maquinaria de produção da cerveja, ocupava cerca de um quarteirão. Salienta Magalhães (1994, p.18) que além da fabricação das águas gasosas (refrigerantes da época), se destacavam no cenário local e regional as cervejas “Peru, Porco e São Luís”.

Segundo o preservacionista (1989c), o notável empreendimento em 1922 atingiu a marca de produção 16 mil garrafas diárias e que devido a sua proximidade com as casas comerciais no centro da cidade, a distribuição era realizada por meio de bondes que ligavam o centro da urbe à região portuária (canal São Gonçalo), conforme pode ser observado no detalhe do cartão postal (figura 34), os trilhos da linha de bonde.



Figura 34: Cervejaria Sul Riograndense
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Instaurava-se na cidade um novo ciclo econômico, com base na modernização e diversificação da indústria, começava, assim, a dar sinais de um modelo diferente, daquele agropastoril. Cabe ressaltar, que além dos incentivos públicos e o processo de imigração, as condições da urbanização de Pelotas, o cenário comercial, as classes de charqueadores e estancieiros associadas à presença de novos atores sociais ao espaço urbano, proporcionaram o desenvolvimento deste novo modelo industrial.

Somado a este modelo também nasce uma nova estrutura de classes, o operariado, os quais vão miscigenando-se aos modos de vida da urbe, com isso vê-se ascender os primeiros conjuntos residenciais para as classes trabalhadoras nas imediações destes empreendimentos, não se trata aqui do modelo de concentração de vilas operárias vinculadas à área industrial, mas sim a construção de moradias populares para atender as necessidades das novas classes que passam a figurar no cenário social e econômico de Pelotas, na transição entre os séculos XIX e XX.

Sobre a forma de distribuição espacial da Cervejaria Sul Riograndense, bem como as funções desempenhadas pelos trabalhadores nesta unidade fabril, não foi encontrado registros nos acervos de Nelson Nobre Magalhães. Dentre os registros fotográficos de meados do século XX (figura 35), é possível identificar a dimensão deste modelo urbano-industrial (A), localizado na Rua Benjamin Constant, no limite Sul da área de expansão da malha urbana. Uma edificação caracterizada pela diversificação da volumetria bem como a heterogeneidade estilística. As atividades de Leopoldo Haertel no ramo industrial da cerveja foram encerradas em 1944 (MOURA e SCHLEE, 1998).

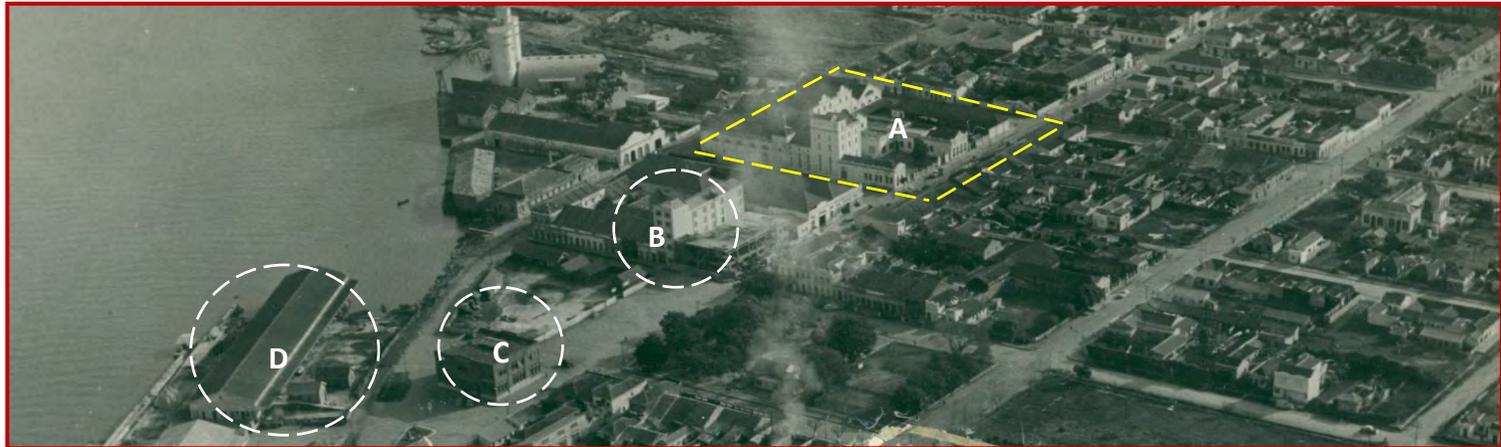


Figura 35: Cervejaria Sul Riograndense e entorno (século XX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

A partir do registro fotográfico (figura 35), além da dimensão do complexo fabril é possível destacar um dos armazéns do Porto de Pelotas (D). Segundo consta a concessão da comercialização e construção do Porto, pelo Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu em 1928, através de Decreto da União, iniciando as construções na década de 1930. Esta infraestrutura portuária representou uma estratégia subsidiária ao desenvolvimento setor fabril instalado. Também, cabe destacar no entorno da Cervejaria Sul-Riograndense o prédio da antiga sede da Alfândega (C), construído na década de 1930, entre outros que passaram a fazer parte dos objetos fabris distribuídos nesta área do espaço urbano. Dentre eles, destaco a fábrica de massas e biscoitos Cotada S/A (B), fundada em 1949.

Atualmente, os fragmentos destas unidades fabris encontram-se em meio às áreas residenciais da chamada região do porto, no perímetro central do espaço urbano, tendo em vista a expansão da cidade no sentido sul. Conforme notícia veiculada no jornal Diário Popular em de 06 de dezembro de 2012, o prédio abrigará um espaço multicultural. A área doada pela Prefeitura de Pelotas, através da Lei 5.643/2009, à Universidade Federal de Pelotas, sediará o espaço Mercosul Multicultural, com a finalidade de abrigar o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, espaço multiuso, sala de cinema, teatro, música entre outros, com a finalidade de promover o encontro entre a instituição e a comunidade.

Outro marco da transição, mesmo mantendo vínculo ao modelo agroexportador, do primitivismo charqueador à lógica industrial da rizicultura é encontrado no Engenho São Gonçalo, inaugurado em 1912, pelo empresário Pedro Luis da Rocha Osório. Nos fascículos Pelotas Memória, não há registros deste estabelecimento, porém, o preservacionista elucida a comoção que viveu Pelotas em março de 1931, devido o falecimento do industrial Pedro Osório, também conhecido como o “Rei do Arroz”.

Conforme Magalhães (1991, p.10), “os moradores de todas as residências por onde ele passou, fecharam suas portas numa demonstração de pesar [...] o comércio a pedido da Associação Comercial, Comissão central de homenagens, Liga Pró Defesa de Pelotas e Associação de Varejistas, não abriu suas portas após o meio dia”. Também destaca o preservacionista o decreto nº 1813, do Prefeito Dr. João Py Crespo, o qual substituiu o nome da Praça da República pelo de Coronel Pedro Osório, como é conhecida atualmente a Praça central da cidade.

Considerando que a atuação benéfica dos grandes homens, no seio da sociedade, deve ser reverenciada; Considerando que o Coronel Pedro Osório, pela sua dedicação ao trabalho, elevação moral e insuperável patriotismo, deu vigoroso impulso ao progresso de Pelotas, influenciando de forma inconcussa da vida social, em todas as suas manifestações (MAGALHÃES, 1991a, p.11).

Estas manifestações sinalizam o reconhecimento da comunidade pelotense ao industrial Pedro Osório, de fato o espírito empreendedor do Coronel demarcou o início de um novo ciclo econômico, a partir do cultivo e beneficiamento de arroz. Pedro Osório, natural de Caçapava, chegou a Pelotas em 1871, o jovem empreendedor trabalhou no comércio de fazendas do Sr. Januário Joaquim Amarante, com o encerramento da empresa empregou-se na charqueada do Barão do Arroio Grande, conquistando em 1885 a gerência do empreendimento (Nascimento, 1994).

O seu espírito empreendedor, associado ao esgotamento das unidades de produção do charque, período em que ocorre o processo de fracionamento das mesmas, Pedro Osório, com auxílio de amigos, se torna proprietário da charqueada do Cascalho, as margens do arroio Pelotas, local onde iniciou a agricultura de arroz, conforme a autora (1994, p.191) “iniciou plantando 30 sacos de sementes de arroz. Dois anos depois, semeava 300 sacos”.

O sucesso e expansão nos negócios também se devem a diversificação nos investimentos, dos quais destaco a sua associação na fundação da Livraria Universal de Echenique & Irmão, a casa de fazendas Luva Preta, além da participação como sócio em charqueadas de Pelotas e Quarai. Mas, foi como arroteiro que Pedro Osório se lançou no cenário industrial, fundando em 1912 o Engenho São Gonçalo (figura 36).



Figura 36: Engenho São Gonçalo
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

O complexo industrial foi instalado após a visita de Pedro Osório a Estação de Rizicultura Vercelli, na Itália, e a aquisição de equipamentos, na Alemanha, para a ampliação e instalação do Engenho São Gonçalo. Segundo Nascimento (1994, p.192) esta unidade fabril “chegou a uma produção de 3.000 sacos diários” com capacidade de beneficiar 700.000 sacos de arroz em casca, considerado na época o maior engenho da América Latina.

A proximidade do prédio com a margem norte do canal São Gonçalo, mantém a lógica das unidades fabris estarem nas proximidades dos cursos d’água, dada a possibilidade de escoamento de produção aos portos de Rio Grande e Porto Alegre, por outro lado a localização deste complexo industrial facilitava o acesso às lavouras de arroz, também, localizadas as margens do canal (Granja Galatéia) e arroio Pelotas (Granja Cascelho e Cotovelo).

Conforme aponta Aguiar (2009, p.126) “junto ao engenho foi construído um cais em alvenaria, onde 14 embarcações de pequena cabotagem transportavam seus produtos”. Também vale destacar que a produção e qualidade do produto, altamente cotado no mercado, foram um dos fatores que contribuíram para que o complexo industrial atingisse uma folha de pagamento com cerca de 1.300 operários, os quais estavam distribuídos nas áreas de cultivo e beneficiamento.

A infraestrutura do engenho São Gonçalo estava situada em uma área de aproximadamente oito hectares (Aguiar, 2009). Nesta, além das edificações destinadas a produção, localizadas as margens do canal São Gonçalo, é possível identificar um pequeno núcleo de casas do tipo residencial, conforme as fotografias (figuras 37 e 38), identificadas no acervo de Nelson Nobre Magalhães.



Figura 37: Vista do Engenho São Gonçalo
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 38: Vista da margem sul do canal (Engenho São Gonçalo)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

A partir das fotografias e dos estudos realizados por Aguiar (2009) se pode identificar na distribuição espacial dos objetos, nesta unidade fabril, a pequena vila de operários, nas proximidades da estrada do engenho, a escola e as unidades de estocagem, maquinaria e administração (figura.39).



Figura 39: Distribuição espacial do engenho São Gonçalo
Fonte: adaptado do Google Maps (2013)

Esta forma de organização empresarial detinha além das funções de produção, propriamente dita, também aquelas de cunho de reprodução da força de trabalho. A lógica preconizada pelos modelos industriais do século XX, de certa maneira, fomentavam o controle sobre a vida da classe operária, na medida em que inseriam em seu núcleo as chamadas vilas operárias. Os ideais “do patrão” invadiam o modo de vida do operariado, tanto no âmbito da educação como do lazer.

Este padrão de distribuição dos modelos urbano-industriais se caracterizou em Pelotas na primeira metade do século XX, de um lado pela forma como estas unidades se distribuíram no espaço urbano, ocupando as áreas periféricas do perímetro central, nas proximidades do São Gonçalo e por outro, a criação e/ou promoção de vilas operárias que passaram a fazer parte da paisagem. Também, vale ressaltar, na medida em que estas unidades fabris se instalavam, os processos de migração das populações adjacentes ao município e a configuração das estruturas sociais passavam a (re)definir os modos de vida pelotense.

Portanto, a análise dos objetos e ações é fundamental para revelar este rasgo no espaço urbano, um *processo* de transformação retroalimentado por formas, funções e estruturas ao longo da história. *Formas* que se distribuem conforme as tendências da economia global, dos recursos (humanos e tecnológicos) e infraestrutura disponível; *funções* que nascem da instalação dos objetos e se (re)funcionalizam no instante seguinte; *estruturas* sociais, econômicas e de classes que “dão vida” a dinâmica destes rasgos, por vezes escondida nas memórias individuais, em outras, (re)memorizada pela coletividade.

Assim, as chaminés das fábricas desativadas lançam lembranças no céu de Pelotas e sons de suas sirenes parecem ecoar pelas ruas, conforme estes rasgos são revelados. No processo de lembranças e sons que compõe a paisagem do espaço fabril no primeiro quartel do século XX, destaco a Companhia Fiação de Tecidos

Pelotense (figura 40), com suas atividades iniciadas em 02 de maio de 1910. Um novo som, outros tons e novos atores passam a invadir o tabuleiro em xadrez formado pelo paralelismo das ruas dos primeiros loteamentos da cidade.



Figura 40: Companhia Fiação de Tecidos pelotense
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

A criação desta unidade fabril foi resultado de uma solução econômica para minimizar os custos do transporte dos navios que levavam o charque para o nordeste brasileiro. Conforme aponta Magalhães (1992b, p.15):

Os navios que levavam o charque de Pelotas para o nordeste do país retornavam vazios, tornando os custos proibitivos, pois aos índices normais somavam-se o “frete morto” ou valor dos porões não ocupados. Decidiu-se, então, que o problema estaria resolvido com a instalação de uma fiação e tecelagem de algodão em Pelotas, voltando os navios que levassem o charque ao nordeste, carregados de algodão. Assim, nasceu a Companhia Fiação de Tecidos Pelotense. Nasceu de um fato econômico. De uma solução econômica.

A instalação do parque fabril da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense, também confere a consolidação de uma nova matriz econômica no cenário pelotense, associada ao emergente capital financeiro. Acredito que esta relação se deve ao fato dos incorporadores deste modelo fabril, Alberto Roberto Rosa e Plotino Amaro Duarte, serem responsáveis pela fundação do Banco Pelotense.

Este complexo fabril foi instalado nas imediações do canal São Gonçalo, seguindo a lógica dos parques industriais nas proximidades do acesso à matéria-prima (algodão) e circulação dos produtos até o Porto de Rio Grande e Porto Alegre, principais pontos de distribuição, na época. Os amplos edifícios foram construídos nos limites do perímetro central da cidade, com uma área construída de aproximadamente “10.000 m² em um sítio de 36.500 m²” (Relatório Companhia Fiação de Tecidos Pelotense, 1964, p.3).

Diante disso, se tem a dimensão da visão progressista dos incorporadores, conforme salientou Magalhães (1992b, p. 15):

[...] um parque industrial capaz de desenvolver-se continuamente, seja pela área reservada aos empreendimentos futuros, seja pelo alto gabarito técnico da maquinaria, toda ela inglesa, fornecida pela Brooks & Doxei, de Manchester. A Companhia Fiação de Tecidos Pelotense, desde o primeiro traço de seu projeto observou esta preocupação: o futuro [...] um retrato perfeito das suas possibilidades de crescimento, verdadeiramente únicas no Brasil.

No registro fotográfico (figura 41) é possível observar a área ocupada pela Companhia Fiação de Tecidos Pelotense. Para a época de sua implantação em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, representou um empreendimento notável devido a sua extensão que compreendia cerca de três quarteirões. A distribuição da unidade fabril se encontrava dividida em três áreas: a de produção e administração (A); a de tratamento dos efluentes (B), onde se encontrava a bacia de decantação dos resíduos derivados do processo de tingimento dos

tecidos; e uma terceira, destinada ao refeitório, pátio de instruções e futuras instalações (C). Também cabe destacar, a partir da imagem, no entorno da Cia. Fiação de Tecidos Pelotense outras unidades fabris, formando um incipiente parque industrial, na área da chamada região portuária.



Figura 41: Distribuição espacial da Cia. Fiação de Tecidos Pelotense
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Diante desta realidade estrutural, Magalhães (1992b, p.15) salienta:

A impressionante visão do magnífico conjunto de prédios onde se instala a Companhia Fiação de Tecidos Pelotense, não diz tudo da sua realidade estrutural, cujo complexo é exemplo do espírito empreendedor que gerou, nos longes de 1908. A preocupação de utilizar técnicas mais modernas, levou a Companhia a importar, em 1955, máquinas da Alemanha Ocidental, da França e dos Estados Unidos da América do Norte.

Guardado o ufanismo do preservacionista, pois a importação de tecnologia já era comum nas grandes indústrias, cabe destacar que a qualidade da matéria prima associada ao aprimoramento das técnicas e equipamentos do processo de produção, se revelou no reconhecimento e preferência dos consumidores pelo produto da Companhia Fiação de Tecidos Pelotas. Segundo dados, encontrados no seu relatório (1964), a qualidade do produto e a grande procura do mercado, foi necessário estabelecer uma estratégia de atendimento aos pedidos pré-determinados, não possibilitando ofertar o produto diretamente ao consumidor. Com isso, a produção passou a ser destinada as casas de comércio, alfaiatarias e indústria do vestuário.

O notório reconhecimento dos produtos (brins, atoalhados, xadrezes, apeluciados, acolchoados e cobertores), além das condições técnicas e dos equipamentos importados, a qualificação da mão de obra na linha de produção foi uma estratégia fundamental. Para melhor compreender as funções de cada setor desta unidade fabril utilizo o conjunto de fotografias (figura 42), para evidenciar as diferentes atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, e desta maneira identificar na estrutura da classe operária como ocorria a divisão do trabalho.

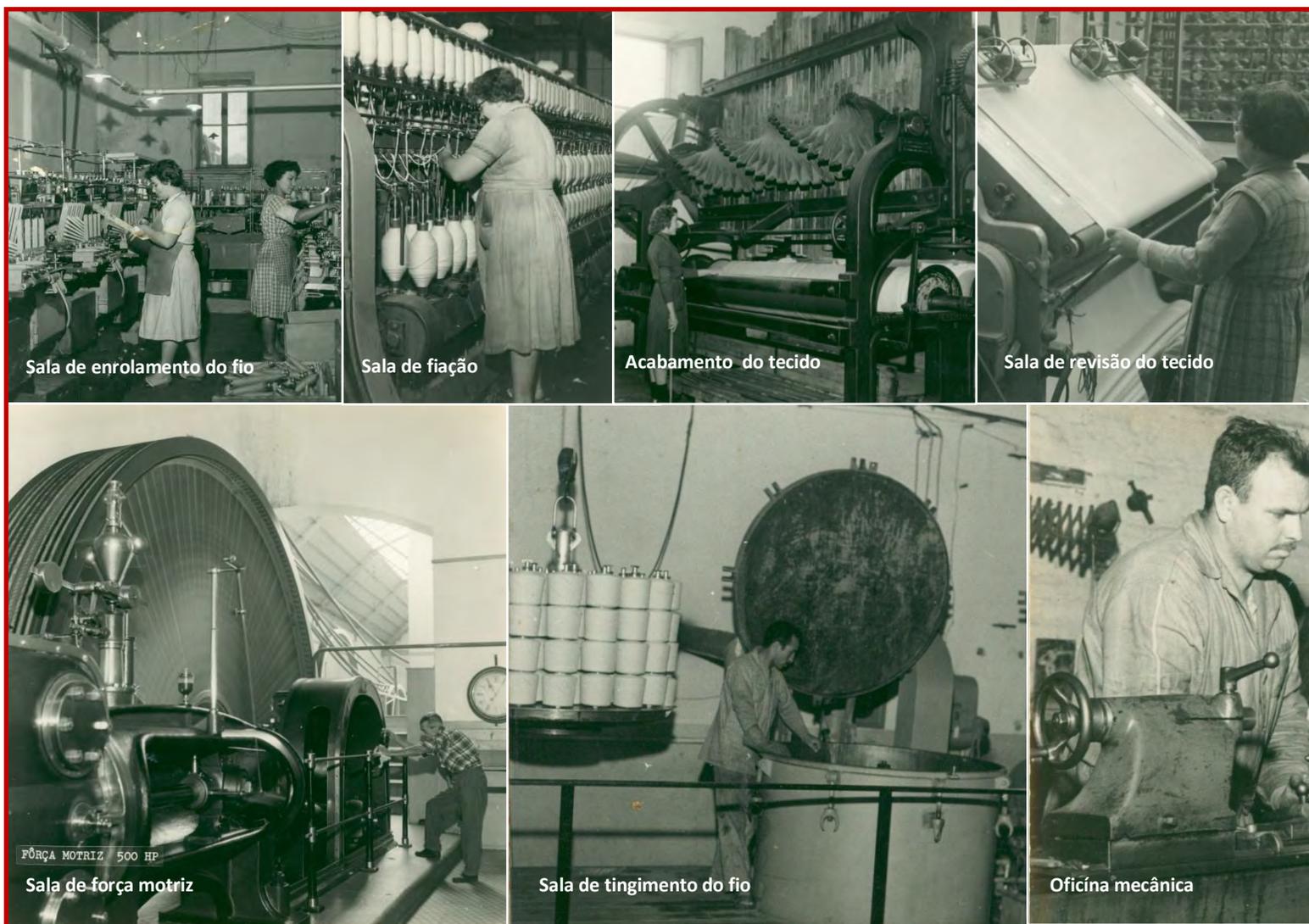


Figura 42: Funções setoriais da área de produção da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense (1964)
 Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

No conjunto de fotografias é admissível identificar como ocorria a divisão do trabalho. Na linha de produção, as atividades concentravam-se em sua maioria ao sexo feminino, como no caso do enrolamento de fios nas espuladeiras automáticas, a fiação nos filatórios, a vistoria no acabamento do tecido, nos teares até a revisão do produto final. Ao sexo masculino as atividades estavam associadas ao tingimento de fios e tecidos, operação das máquinas de força e a manutenção dos equipamentos. Também se destaca, como uma função praticamente exclusiva dos homens, as atividades vinculadas ao setor administrativo, conforme pode ser identificado na fotografia a seguir (figura 43).



Figura 43: Setor administrativo da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense (1964)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

A partir dos registros fotográficos, também, cabe apontar a inserção da mulher na configuração da estrutura da classe operária em Pelotas, provavelmente, nesta unidade fabril, as funções desempenhadas pelo sexo feminino ainda mantinham uma relação com os “fazeres das lidas domésticas”, utilizo esta expressão por entender que as atividades no preparo dos fios, acabamento e inspeção final do produto, representavam neste cenário, um trabalho meticuloso, e nesta lógica, próprio do gênero feminino.

Já as atividades de maior esforço, como o tingimento de fios e tecidos, a operação e manutenção de máquinas estariam vinculadas ao gênero masculino e, àquelas relacionadas à administração, palco, neste período, dos atores masculinos, resultado da expressão de comando destinado aos homens, bem como o seu acesso ao melhor grau escolaridade.

Também, cabe destacar que a formação da classe operária pelotense parece, na sua maioria, ser representada pela mão de obra imigrante, tomo por imigrante neste contexto, os operários originários de outras regiões do país, bem como aqueles descendentes de outros países. Adoto esta sugestão, a partir da análise dos tipos humanos identificados na fotografia (figura 44) dos operários no pátio de instruções. Ao considerar o processo de formação da cidade de Pelotas, o qual apresentava na sua base a mão de obra escrava, o contingente de afrodescendentes é inexpressivo neste tipo de unidade fabril.



Figura 44: Operários da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense no pátio de instruções (1964)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Sobre a baixa presença de negros neste modelo fabril, duas questões podem ser levantadas: a primeira, no fato de que a esta população, o acesso a escolarização e qualificação não representou uma estratégia de política pública para inserção dos libertos no processo produtivo do país; o segundo, diz respeito que à essa população a especialização do trabalho ainda mantinha vínculos com o modo de produção escravocrata, dos antigos saladeiros, ficando os mesmos vinculados as unidades produtoras de abate do gado, bem como o

resultado do antigo modelo produtivo que forjou a condição subserviência às elites econômicas, desta maneira estariam eles vinculados aos serviços domésticos das elites urbanas.

Ao retomar o registro fotográfico da distribuição espacial da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense, é evidente a presença de outras unidades fabris de menor porte, as quais faziam parte do polo industrial de Pelotas, instalado à Sudeste do perímetro central da cidade, na primeira metade do século XX. Além das unidades fabris é possível identificar objetos destinados a residências e comércio. Diante disso, presumo que, conforme os objetos fabris se instalaram nesta área, estas funções atraíram a fixação de residenciais de operários no seu entorno, dinamizando com isso os agentes imobiliários e pequenos comerciantes.

Justifico esta possibilidade, a partir da análise dos detalhes fotográficos (figura 45A), dos quais extraio o padrão construtivo das unidades habitacionais que devido à proximidade com as unidades fabris, concentradas nas áreas periféricas ao perímetro central da malha urbana, podem indicar núcleos residenciais da população operária. Como maneira de subsidiar o abastecimento de gêneros de primeira necessidade a esta população, aglutinam-se neste rasgo fabril os estabelecimentos comerciais, esta evidência está associada ao padrão das edificações. Ao analisar a presença de construções (figura 45B) com fachadas constituídas de várias portas, podem ser um indício de edificações típicas dos estabelecimentos comerciais da época, bem como aquelas do tipo assobradadas onde as unidades térreas serviam para o comércio e o primeiro andar para residência.



Figura 45: Unidades habitacionais e comércio no entorno da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Porém, a crise e estagnação econômica da década de 1970, associado ao que Soares (2005, p.89), apontou como um processo de “desindustrialização” contribuiu para a falência da Companhia Fiação de Tecidos Pelotense, em 13 de fevereiro de 1973. Assim, Pelotas não chegou a apresentar uma industrialização completa, pois ainda mantinha fortes laços com as atividades agropecuárias, subsidiárias de matéria prima para o beneficiamento de arroz, farinha e a indústria frigorífica (Soares, 2005). Diante da observação do autor, destaco o Moinho Pelotense e o Frigorífico Anglo na composição do rasgo fabril no primeiro quartel do século XX.

Estas unidades fabris instaladas na área portuária de Pelotas, dotadas das melhores tecnologias disponíveis na época, conservavam os laços com o setor agropecuário. Pois, a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul manteve, ao longo do século XIX e XX, a sua base econômica apoiada na produção de grãos e criação de gado nos latifúndios, herança do período colonial brasileiro, assim a região detinha esta matéria prima em abundância.

Também, a concentração de renda das elites urbanas, as condições de infraestrutura (portuária e ferroviária) para o transporte da matéria prima e escoamento da produção, bem como o agrupamento de mão de obra mais especializada, devido às condições de acesso a qualificação profissional nas áreas urbanas, constituíram-se como fatores determinantes para a instalação destes modelos urbano-industriais.

Nos últimos anos da década de 1920 a região portuária de Pelotas assistia a inauguração do conjunto de construções da Companhia Moinho Pelotense (figura 46), de propriedade da empresa Viúva Albino Cunha & Cia. As modernas instalações com maquinaria importada pela firma Alemã Amme, Glenck e Kpenegem, com capacidade de produzir até 100 toneladas de farinha/dia.



Figura 46: Companhia Moinho Pelotense I.
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

As referências de Nascimento (1989) e Magalhães (1992a e 1991b) sobre o padrão construtivo do Moinho Pelotense são dotadas de adjetivações, tais como alteroso, majestoso, monumental e colossal. A adoção destes adjetivos a edificação de cinco andares pode ser explicada a partir de Moura e Schlee (1998, p.126):

[...] quando comparado com projetos similares, como o Moinho Chaves (1919) e o Moinho Rio-Grandense (1915), ambos de Porto Alegre, o Pelotense apresentava-se mais “decorado” [...] os atributos decorativos foram utilizados (de maneira correta) para reforçar o caráter programático do prédio, transformando componentes do programa em elementos expressivos como, por exemplo, a escada (tratada como um torre), a passarela (tratada como um pórtico) e os silos (deixados aparentes).

Ao realizar meu giro pelos telhados da urbe, além das cúpulas e platibandas decoradas foi evidente encontrar a silhueta da edificação do Moinho Pelotense (figura 47) na paisagem da região portuária, em meio ao avanço da verticalização da cidade. Além do padrão arquitetônico, o estado de conservação da mesma, ainda se traduz como um conjunto de construções que emana o apogeu econômico do século XX.



Figura 47: Companhia Moinho Pelotense II.
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Retomando a expressão, “componentes do programa” (MOURA E SCHLEE, 1998, p.126), pode ser traduzida como as soluções internas de distribuição das atividades para o processo de produção da farinha. Neste conjunto arquitetônico é possível destacar além dos oito silos com capacidade para armazenamento de até 2 mil

toneladas de grãos, as construções de diferentes pavimentos interligadas por uma passarela. A primeira edificação de dois pavimentos abrigava grandes depósitos do produto, já o segundo pavimento de até cinco andares abrigava todo o complexo de transformação, o qual ocorria de maneira descendente.



Figura 48: Distribuição das atividades no conjunto arquitetônico Companhia Moinho Pelotense.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Na fotografia da unidade fabril (figura 48) é possível identificar as três principais estruturas responsáveis pelo armazenamento de grãos (A) e do produto final (C). Na unidade de produção (B) os grãos de eram conduzidos através de elevadores dos silos até o quinto, onde era separado das impurezas, selecionado, pesado e por gravidade, remetido até o quarto andar. Nesta segunda etapa as “25 máquinas” o transformavam

em farinha (NASCIMENTO, 1994, p.84). A próxima etapa era processada no terceiro andar, conforme a autora ali ocorria à “classificação e peneiração que resultavam na produção das quatro marcas de farinha: Flor, Primor, Eclipse e Coqueiro”. Na última etapa, a preparação de sacos de aniagem e ensacamento do produto, o qual era destinado ao setor de depósito (C).

A partir desta breve análise de sistematização e aprimoramento da técnica de beneficiamento da farinha, é presumível afirmar que o reconhecimento do notório empreendimento não estava associado apenas ao seu padrão construtivo, o qual foi erguido em uma paisagem que ainda mantinha o padrão de baixas edificações na época, de fato as toneladas de produção de farinha no início do século XX renderam o reconhecimento da unidade fabril no território gaúcho, abastecendo milhares de pelotenses e gaúchos com a farinha “do pão de cada dia” (Nascimento, 1994, p.85).

Seguindo a ordem cronológica deste rasgo fabril, se destaca na borda sudeste do perímetro central da cidade, a Sociedade Anônima Frigorífico Anglo, denominado como Frigorífico Anglo (figura 49), um complexo industrial de origem inglesa que pertenceu ao grupo *Vestey Brothers*.



Figura 49: Frigorífico Anglo
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Conforme Aguiar (2009) e Janke (2011), as atividades do Anglo iniciaram provisoriamente por volta da década de 1920 em Pelotas, a gênese dos fatores para a instalação desta unidade fabril estava associado ao grande suprimento e qualidade da matéria prima (gado bovino) bem como a mão de obra especializada originária do sistema charqueador.

A instalação definitiva da companhia ocorreu na década de 1940, segundo Moura Schlee (1998), o processo de consolidação, em solo pelotense, deste complexo industrial pode estar relacionado aos objetivos do governo gaúcho, como uma estratégia de renovação tecnológica da pecuária, a partir das políticas de incentivos fiscais para atrair o capital internacional, a fim de atender os interesses de produzir carne frigorificada para suprir a demanda deste produto, devido a 2ª Guerra Mundial e, com isso, abastecer as tropas. Tais incentivos

contribuíram para que o capital inglês penetrasse no Estado gaúcho, com a instalação definitiva, por volta de 1942, do frigorífico Anglo (figura 50) nas margens do São Gonçalo, representando um dos complexos fabris de refrigeração da carne com as mais adiantadas tecnologias no Brasil.

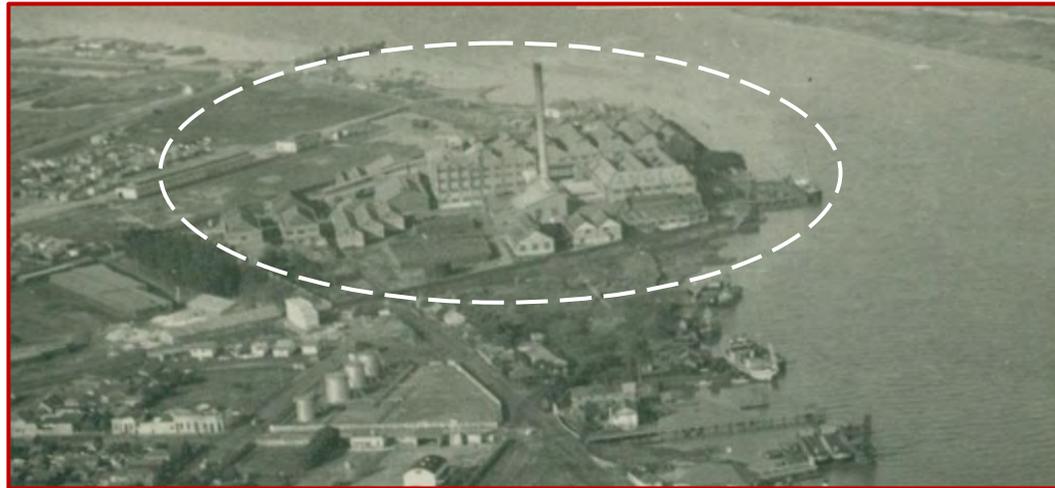


Figura 50: Complexo industrial Frigorífico Anglo
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Aponta Janke (2011, p.63) que o avanço tecnológico da produção do Frigorífico Anglo estava muito à frente de qualquer outro grupo do território nacional. As avançadas técnicas de produção setorizada e mecanizada, “causavam admiração a todo o setor frigorífico brasileiro”. Dentre os setores a autora destaca: a área onde o gado passava pelo processo de lavagem e abate, partindo então para as sessões de manufatura, onde ocorria o aproveitamento integral da matéria prima, do sangue aos ossos, servindo de adubo. Já as carnes, logo após os cortes, eram prensadas em caixas e congeladas nas câmaras frias. As demais sessões de transformação da

matéria prima destinavam-se a transformação de graxa, salsichas e a sessão de estampanaria (preparação das latas para conserva).

No contexto dos modelos urbano-industriais, a cidade de Pelotas passou a ser um polo atrativo para a mão de obra operária, até a segunda metade do século XX. Janke (2011, p.66), ao tratar sobre o contingente populacional, neste período, destaca os seguintes dados:

[...] consta que no período abrangido entre 1940 e 1960 houve um aumento de 43% do contingente de mão de obra. Destacava-se, entre os poucos estabelecimentos, uma única empresa: O Frigorífico Anglo, que detinha 11,21% dos 34,08% da mão de obra local. Além da já expressiva mão de obra local, surgiram os migrantes. Em 1950 a população citadina representava 44% do total de habitantes e, em 1960, passou para 53%. A população rural e do restante da região (Canguçu, Pedro Osório, Piratini) vinham para Pelotas em busca de uma vida melhor e engrossavam as fileiras da mão de obra excedente, porque as ofertas de postos nas indústrias era sazonal [...] o Frigorífico Anglo empregava uma média mensal de 1000 a 1500 pessoas, sendo que, no período da safra, esse número podia aumentar para 2.500 trabalhadores.

Com base nestas informações é possível sugerir que a busca de melhores oportunidades de vida na cidade de Pelotas, impulsionou a concentração da mão de obra e a sua distribuição no espaço urbano, conforme as suas condições econômicas. Assim, é possível compreender o crescimento dos conjuntos habitacionais nas áreas periféricas, principalmente nas proximidades das unidades fabris ou nas áreas onde havia sub-habitações ou habitações populares. Este contingente populacional estava segregado aos limites sul da urbe, constituindo-se nas chamadas vilas, com precárias condições de saneamento básico e habitações (figura 51). Ou ainda, nos conjuntos habitacionais unifamiliares, comum à classe operária, as chamadas casas em fita (figura 52).



Figura 51: Agrupamento de habitações populares (Vila da balsa)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 52: Casas em fita
(Rua José do Patrocínio esquina Almirante Tamandaré)
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2013)

5.3 GEOGRAFANDO O ATUAL RASGO FABRIL

Ao revelar este rasgo no espaço urbano pelotense, tenho a dimensão do processo de formação de uma das facetas da cidade. Pois, ao girar meu olhar pelos telhados da urbe, os objetos até então mudos, se revelam dotados de ações e memórias para dar o significado da “alma” do lugar. Estas formas distribuídas espacialmente, não se manifestam ao acaso, pois atreladas a elas as distintas funções são gênese e resultado do processo histórico de formação de uma cidade e conforme são revelados se compreende a transformação da paisagem, bem como a vida que a anima, por meio da dinâmica das estruturas sociais.

As transformações são permanentes, tanto por este rasgo fabril gerar a noção de apogeu econômico experimentado entre os séculos XIX e XX em Pelotas, quanto as verticalidades do poder hegemônico, a transferência de novos elementos culturais ou, ainda, a complexidade histórica que anunciam outra experiência para quem transitava, no final século XX e início do XXI, pelas ruas deste rasgo.

A partir do canal São Gonçalo, no extremo sul da cidade, está situada uma zona de porto. No bairro do Porto propriamente dito e no próprio porto que lhe empresta o nome, observa-se uma cidade em ruínas. Grandes construções abandonadas, instalações gigantescas caindo aos pedaços. É assim no Frigorífico Anglo, no Moinho Pelotense, nas Massas Cotada, entre tantas outras instalações que no passado abrigavam a opulência de Pelotas. A visão da paisagem é quase desoladora, um típico cenário surrealista onde a destruição convive com a nostalgia e o abandono. As instalações do porto totalmente entregues à destruição, guardando no cais vazio não se sabe que esperança. Não há embarcações, não há cargas, não há gente. (VIEIRA, 2005, p.138)

Neste cenário surrealista, desolador e em ruínas dos objetos esquecidos parecem expressar um sentimento de inatividade em que mergulha a zona portuária. Concordo com o autor que a opulência e dinamismo do período industrial da Zona Portuária estão entregues ao abandono e nostalgia dos tempos passados. Mas, a minha relação de intimidade com o bairro, no qual passei a residir nos últimos quatro anos, alimentam outras experiências, sinais de um movimento que parecem remeter a outra cidade e outro tempo, inseridos no espaço urbano de Pelotas.

Este sentimento se revela ao transitar na tranquilidade das ruas, onde o silêncio das antigas unidades fabris é quebrado pelas conversas dos antigos e novos residentes que trafegam no paralelismo destas ruas e habitam as antigas casas em fita, fragmentos na paisagem do modelo urbano-industrial.

Neste bairro, os moradores mantêm hábitos singulares, como o jogo de futebol no campinho da praça (figura 53E), sentar-se ao sol em frente às casas nas tardes de inverno e/ou noites quentes de verão (figura 53C). Ou ainda, nas caminhadas até a feira livre (figura 53I), onde experimentamos as trocas de cordialidade em uma espécie de comunhão da vida privada, expressões que parecem resistir às efemeridades desses tempos hipermodernos.

Para alguns o canal São Gonçalo parece murmurar uma triste canção saudosista do frenético trânsito de cargas, para outros é local da prática de esportes, ou ainda, nas antigas docas (o Quadrado como é conhecido) do Porto, onde famílias e amigos se encontram para o chimarrão e pescaria (figura 53D, F e E), uma paisagem que parece se (re)colorir com os suaves tons do algodão doce de um vendedor ambulante (figuras 53B).

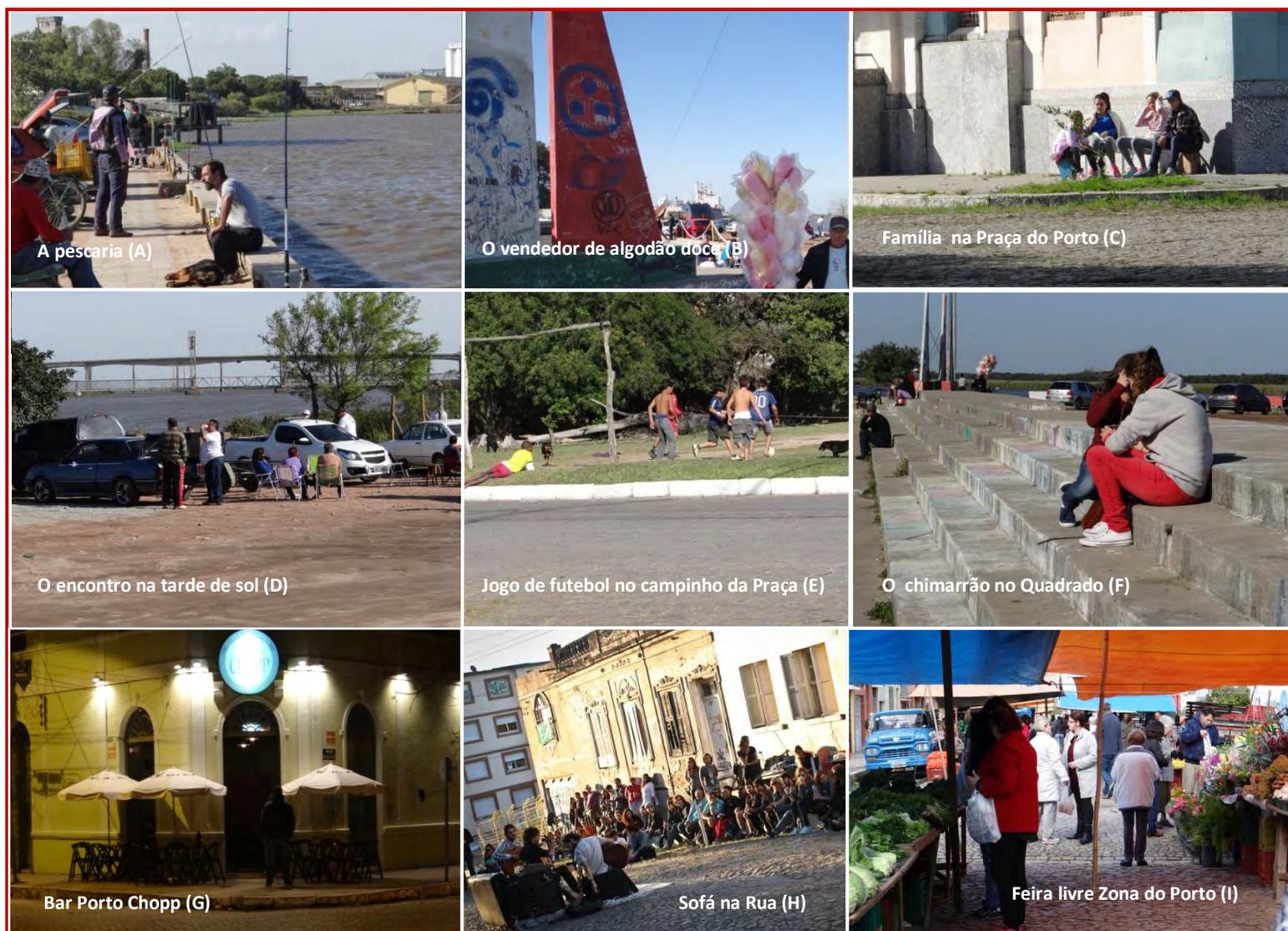


Figura 53: Dinâmicas atuais no bairro do Porto
 Fonte: Daniel Moraes Botelho (2013)

Nas antigas casas comerciais, desativadas com o encerramento das atividades produtivas do apogeu industrial, hoje reabrem suas portas com bares noturnos (figura 53G) para receber estudantes, artistas, professores entre outros grupos da Pelotas do século XXI, e assim, dizer que novas melodias parecem ecoar na zona do porto, não mais do apito das fábricas, mas de um artista local, com sua voz e violão.

A chamada Zona do Porto, aos poucos, vai dando sinais de uma nova funcionalidade, deixando de lado o cenário desolador e de abandono. Realmente não há cargas e nem mesmo a dinâmica das classes operárias. Atualmente há cargas de lembranças e memórias do período industrial nas diferentes marcas deixadas na paisagem, como há outras “gentes”, novos atores sociais inseridos neste contexto, que passam a (re)significar a vida social e cultural do bairro.

Neste rasgo do espaço urbano, os objetos do passado, mesmo que em ruínas, se somam aos odores do pão da Padaria Rosário ou o intenso perfume da torrefação do café Armazém, sensações que remetem a singularidade do cotidiano. Ao trazer estas sensações, vale lembrar a umidade que parece emergir das águas do São Gonçalo e invadem nossas casas nos dias sombrios de inverno e delas, a lenha queimada exala um doce aroma nas ruas de quem se aventura a transitar nas noites frias.

Ao tratar destes objetos do passado como ruínas ou instalações caindo aos pedaços, para utilizar as expressões de Vieira (2005), associo as reflexões de Augé (1998) sobre as formas de esquecimento, e assim, compreendo que estes fragmentos do rasgo fabril são como as sementes de uma flor que brotou, cresceu e floresceu, cumprindo o seu destino, porém estas sementes esquecidas na Zona Portuária, ao serem regadas pelas memórias podem gerar o nascimento de novos brotos, pois, o esquecimento nos devolve ao presente a conjugação de todos os tempos (futuro, presente e passado) como afirma Augé (1998, p.54) “é necessário

esquecer para estar presente, esquecer para não morrer, esquecer para permanecer fiel”. Portanto, o esquecimento destes objetos fabris, hoje inseridos praticamente no perímetro central da cidade, nutrem o imaginário dos habitantes do porto e, de outro lado, a ociosidade destas edificações, como expressão do esquecimento, fomentam o processo da sua (re)funcionalização.

Atualmente não se produz mais tecidos, subprodutos do abate bovino ou beneficiamento de arroz e farinha, a chamada zona do porto vive um momento de (re)produção do saber com a instalação do Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas, nas antigas instalações do Frigorífico Anglo, Cooperativa Sudeste de Produtores de Lã entre outros edifícios adquiridos nos últimos anos, devido ao processo de ampliação de cursos e vagas no sistema superior de ensino. Da tecelagem dos fios de algodão, hoje se produz cerveja artesanal, bem como se abre um novo espaço para eventos culturais, sociais e de lazer. Assim como as pacatas ruas que eventualmente dão espaço ao “Sofá na Rua” (figura 53H), evento cultural onde os moradores, estudantes e artistas compartilham dança, teatro e música.

Além do estilo de vida, individual e coletivo, sofrerem influências das sementes que permaneceram esquecidas elas evocam, neste rasgo fabril, novos objetos, como o caso do crescente processo de verticalização das unidades habitacionais, resultado dos agentes públicos e privados. Dentre eles os produtores imobiliários e as políticas públicas de aquisição da casa própria (Programa de Arrendamento Residencial e Minha Casa Minha Vida) do governo federal, os quais fazem florescer, nas adjacências das antigas unidades fabris, a construção de conjuntos residenciais (figuras 54 e 55).



Figura 54: Conjuntos residenciais nas imediações do Porto
 Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)



Figura 55: Conjunto residencial Simon Bolivar
 Fonte: Daniel Moraes Botelho (2013)

Na indicação (A) da figura 54 é possível identificar o Condomínio Residencial Porto com 140 apartamentos, investimento realizado pelo Programa de Arrendamento Residencial do Governo Federal, construído entre os anos de 2005 e 2006. Na mesma figura a indicação (B) se refere ao investimento imobiliário lançado em 2012, o Studio Residence, empreendimento imobiliário que traz um conceito de unidades habitacionais compactas, para atender as exigências do mercado estudantil.

Também, como estratégia de requalificação no sistema habitacional da zona portuária em 2009 foi construído o Residencial Simon Bolivar (Figura 55), através dos incentivos federais do Programa Minha Casa Minha Vida, como maneira de atender aos servidores públicos e populações do entorno do novo Campus da

Universidade Federal de Pelotas, nas imediações do frigorífico Anglo. Assim, na medida em que estes novos objetos se distribuem na paisagem do bairro, anunciam outras funcionalidades e atores sociais que se mesclam aos antigos moradores deste rasgo urbano.

Portanto, ao revelar estes rasgos, a partir das memórias escondidas no tempo e no espaço, procuro alimentar a memória urbana a fim de contribuir com o processo de requalificação do bairro. Uma estratégia para que os novos objetos e ações que se inserem nesta paisagem dialoguem com as estruturas sociais e as antigas formas de distribuição das unidades fabris dos séculos XIX e XX.

E, ainda, que este exercício interpretativo sirva de mediação para a vida e as coisas acontecerem, para que esta paisagem não signifique apenas um receptáculo de novas funções e objetos. Mas, signifique uma fonte de referências múltiplas; informativas, psicológicas, lúdicas e afetivas para nutrir a memória social, através de todas as suas marcas na paisagem (YÁZIGI, 2002).

A partir deste passeio pelo rasgo fabril que se constituiu as margens do canal São Gonçalo, desde os primeiros saladeiros do século XIX até os modelos urbano-industriais das últimas décadas no século XXI, representaram expressões das intencionalidades políticas e econômicas que acompanharam o processo histórico de formação do espaço pelotense. Neste sentido, os objetos e ações da chamada zona do porto representaram o palco do apogeu econômico, o qual refletiu nas formas e funções desta paisagem como o *locus* das unidades fabris e das estruturas de classes trabalhadoras que passaram a configurar o corpo social pelotense, juntamente com os charqueadores, industriais e comerciantes.

Se o limite Sul dos primeiros loteamentos urbanos foi reservado à instalação destes complexos industriais e moradia de operários, o perímetro central passou a desempenhar funções vinculadas ao comércio, às moradias das elites, ao consumo de bens culturais relacionados ao lazer e entretenimento, bem como o núcleo dos serviços e da infraestrutura necessária para o bem viver na cidade. Assim, o próximo capítulo busca revelar o rasgo dos primeiros loteamentos urbanos, denominado de “perímetro central”.

CAPÍTULO VI

O NÚCLEO RESIDENCIAL DA ELITE SALADEIRIL ÀS EXPRESSÕES DA
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: REVELANDO O RASGO DO PERÍMETRO
CENTRAL.



Grande Hotel (A)



Primeira sede do Banco do Brasil (B)



Caixa d'água (C)



Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (D)



Arquitetura residencial do século XIX (E)



Catedral São Francisco de Paula (F)

Imagem panorâmica de Pelotas (sentido sudoeste-norte).



6 NAS TRAMAS DO CALEIDOSCÓPIO: REVELANDO O RASGO DO PERÍMETRO CENTRAL DO ESPAÇO URBANO

Pelas ruas, por onde nós andamos caminham as lembranças mais remotas. E estes prédios modernos que enxergamos, não escondem o início de Pelotas. Não me digas, meu amigo, que não notas os casarios envoltos pelos ramos, pela cidade os vês em todas as rotas. Nosso passado, junta-se ao presente, minha cidade, tudo que procuro, e cada rua é um lago à minha frente. (Nelson Nobre Magalhães, 1989)

Ao lançar o olhar sobre o atual perímetro central do espaço urbano, como um andarilho dos ares, à primeira vista apenas o moderno aglomerado de concreto parece emergir do solo. Nesta planta urbana embrionária pelotense, o que se vê é a excessiva verticalização da cidade, porém, aos poucos o olhar começa a definir os detalhes dos objetos que parecem querer frutificar memórias para revelar o rasgo do perímetro central na coexistência do passado no presente.

Dentre os objetos, nesta espécie de caleidoscópico do qual sou gestor e, do lento giro sobre os telhados da urbe, a retina consegue captar os detalhes do Grande Hotel (1924), da primeira sede do Banco do Brasil (1926), da Caixa D'água (1873), da Santa Casa de Misericórdia (1861), da arquitetura residencial do século XIX e da Catedral São Francisco de Paula (1813).



Figura 56: Distribuição dos objetos no perímetro central
Fonte: Adaptado do Google Maps (2013)

Estes objetos representar não só as intencionalidades de formação do primeiro loteamento urbano, os fatores políticos, mas também o econômico, associados inicialmente à produção charqueadora, promotora do processo de centralidade que a cidade passou a desenvolver no século XIX. Conforme apontou o viajante francês Nicolau Dreys, em 1835, o adiantamento da cidade de Pelotas “resulta de sua proximidade com as charqueadas, e por conseqüência da coadjuvação dos charqueadores, homens abastados [...] cada um deles tem ali a sua casa urbana” (DREYS, 1990, p.81).

Assim, o perímetro central passou a receber, além dos bens urbanos para atender as necessidades de hospedagem, comércio e lazer, as futuras residências de charqueadores e estancieiros atraídos pela vida na cidade, um ambiente mais aprazível para o bem viver, ou seja, o “lugar onde as coisas acontecem” (PESAVENTO, 1996 p.08). Esse padrão citadino em que vivia a próspera São Francisco de Paula, igualmente foi registrado, entre os anos de 1830 e 1834, pelo viajante francês Arsène Isabelle.

São Francisco de Paula é uma encantadora cidadezinha que não conta mais de uns dez anos de existência, e que, entretanto, já rivaliza com Porto Alegre pela atividade de seus habitantes, a importância de suas transações comerciais e o grande número de edifícios que se constroem diariamente [...] A posição de São Francisco de Paula é muito agradável, porque a campanha que a cerca é muito fértil, bem cultivada e banhada por arroios arborizados. Está, além disso, colocada sobre uma colina que domina toda a paisagem. As ruas são retas, com calçadas largas, e vê-se facilmente que reina ali o mesmo espírito de emulação que em Rio Grande, pelo progresso da cidade nascente, a construção de edifícios notáveis e, em geral, por tudo aquilo que pode contribuir para embelezá-la, favorecer o comércio e atrair os estrangeiros. Há um teatro muito bonito, realmente elegante e cômodo. [...] É fácil prever que, dentro de poucos anos será a segunda cidade da Província e, talvez, a mais comercial, porque toda a parte sul, desde São Gabriel (ao centro) até o Prata, e mesmo a fronteira nordeste da Banda Oriental, são abastecidas por São Francisco de Paula. (ISABELLE, 1949 p.296)

As impressões de Isabelle expressam como se dava a expansão da urbe no início do século XIX, a qual trazia em sua gênese a riqueza e a ostentação da economia saladeiril. Um espaço construído para aninhar o imaginário das elites da margem norte do canal São Gonçalo e, dessa maneira, os bens urbanos passaram a dar forma do vir a ser a Pelotas dos anos vindouros. Hospedarias, hotéis, teatros, comércio e suntuosas residências, associadas a uma série de serviços e infraestrutura, sustentaram o ideário do modo de viver na cidade.

Sobre estes registros fotográficos, encontrados na atual paisagem do perímetro central, parece ecoar a previsão de Isabelle sobre o destino de São Francisco de Paula, ao considerar que Pelotas viria a ser, ainda no século XIX, a segunda cidade da província e talvez a mais comercial. De fato, para atender os ideais das classes abastadas, em estabelecer seus núcleos residenciais distante das unidades fabris charqueadoras, fomentaram a eclosão dos bens edificados para moradia, os espaços de convívio social, além do perfil comercial e a qualificação da infraestrutura urbana da Pelotas dos séculos XIX e XX.

6.1 DO NÚCLEO RESIDENCIAL À FORMAÇÃO DO PERÍMETRO CENTRAL

Na busca de compreender a paisagem da emergente urbe relatada pelos viajantes ao sul do Brasil, considero como mote para formar a fisionomia do perímetro central da freguesia de São Francisco de Paula, as unidades residenciais instaladas pelas elites do sistema saladeiril. Reitero que o processo de formação do espaço urbano esteve associado a vários fatores, mas não posso negar que o sentimento de estabelecer um ambiente mais aprazível para viver, devido às condições de insalubridade dos saladeiros, fomentou a edificação do primeiro núcleo urbano.

Atualmente estes objetos, símbolos da gênese do espaço urbano, encontram-se escondidos na excessiva edificação e verticalização do perímetro central da cidade, pois a busca para captar as imagens dos conjuntos remanescentes requer ficar à espreita, neste giro sobre os telhados da urbe. Mesmo assim, devido ao ponto escolhido para observação, o aglomerado de concreto insiste em esconder os elementos representativos do período em que os viajantes (Dreys, Isabelle e Avé-Lallemant) por aqui passaram. Na intenção de encontrar algum indício destes objetos, resgato do meu giro um registro referente ao padrão da arquitetura residencial do século XIX (figura 57), o qual é capaz de me conduzir às fotografias e cartões postais que representam estes ícones que serviram de embrião para o processo do vir a ser deste rasgo completar-se.



Figura 57: Arquitetura residencial do século XIX
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Este registro fotográfico já dá a dimensão de como se projetou o padrão construtivo residencial na cidade de Pelotas. Saliento não representarem estas edificações que o meu olhar consegue captar em meio ao aglomerado de prédios do centro de Pelotas, as primeiras décadas do século XIX, mas servirem de caminho para buscar aquelas representativas do período.

No período de instalação das primeiras unidades residenciais nesta demarcação, as edificações na maioria das pequenas vilas do interior do Brasil mantinham um padrão muito simples na construção, em sua maioria com prédios de um pavimento e pouca ornamentação em suas fachadas. As casas seguiam o estilo chamado colonial, com uma porta e duas janelas simétricas na fachada, sem passeio público e algumas mantinham ainda a cobertura em sapé.

Foi neste cenário tipicamente colonial que Nicolau Dreys (1990, p.81) destacou o notável padrão arquitetônico desenvolvido na suntuosa Pelotas do século XIX, “composta por edifícios aparatosos, alguns ornados de todo o luxo da Europa”. Deste período resgato a residência do Comendador Domingos Rodrigues Ribas (figura 58), situada na atual Rua Félix da Cunha esquina Tiradentes, construído entre os anos de 1832 e 1835.

Segundo consta, o afortunado comendador decidiu viver em um “palacete”, seguindo os moldes da construção do Paço Imperial do Rio de Janeiro. Provavelmente a sua influência política nas esferas do Império e a qualidade de sua morada foram fatores decisivos para abrigar, entre 1865 e 1885, por duas vezes, a família real (MOURA E SCHLEE, 1998). Diante disso, o perímetro central da urbe sinaliza a ideologia das classes abastadas, ao atribuir às suas residências os símbolos do poder político, social e econômico e assim alimentar o ideário de nobreza e prestígio social perante a província.

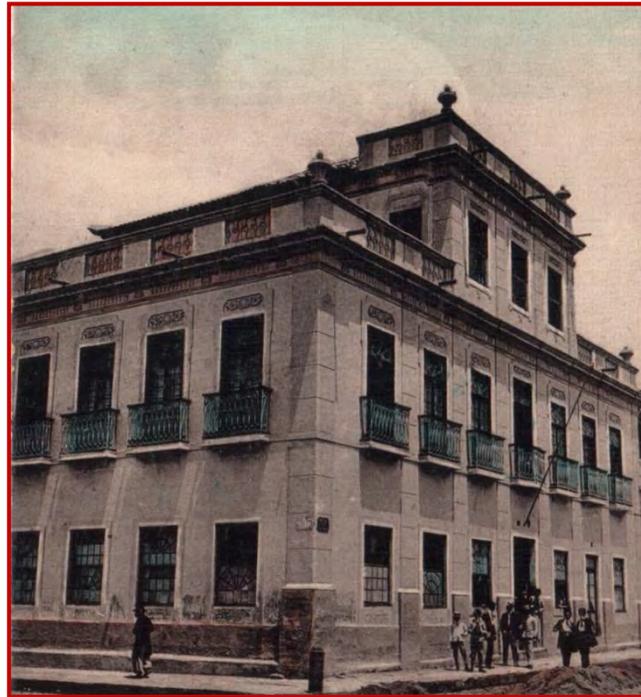


Figura 58: Palacete do Comendador Domingos Rodrigues
Ribas (início do século XX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Porém, logo após a construção do palacete do Comendador, o emergente espaço urbano pelotense apresentou sinais de retração e estagnação devido à Revolução Farroupilha (1835-1845). Mas, após a estabilização gerada nos últimos anos da revolução, a cidade já dava sinais de retomada na sua vida urbana, reassumindo a sua função, um espaço destinado às classes abastadas e ao comércio de bens e serviços.

A expansão do desenvolvimento urbano e do padrão construtivo pode ser evidenciado a partir da construção do primeiro Mercado Público em 1849 (figura 59), localizado na área do segundo loteamento urbano, nas proximidades da Praça da Regeneração (atual Praça Coronel Pedro Osório). O imponente prédio apresentava, na área interna, um pátio para o comércio informal e, nas áreas externas, destinadas às lojas, esta edificação assemelhava-se a uma fortificação, com um relógio fixado na torre central.

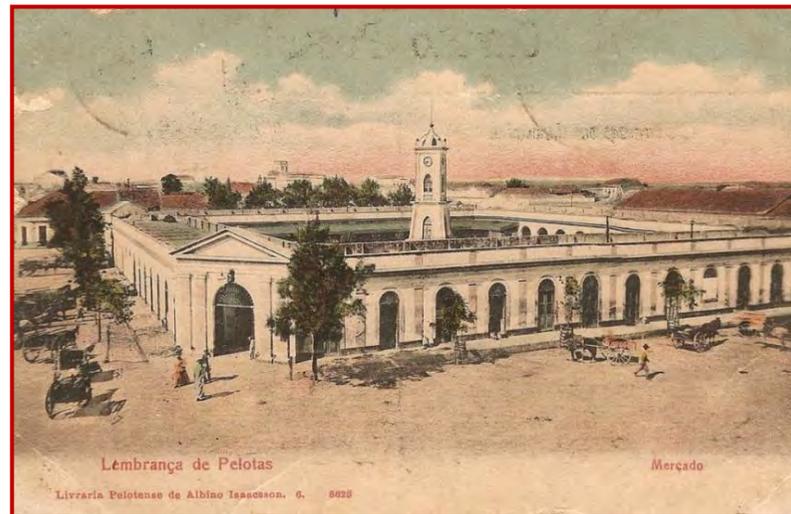


Figura 59: Primeiro Mercado Público
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Nos anos que sucederam à pacificação no território gaúcho, a cidade expressava os sinais de expansão e prosperidade, conforme levantamento realizado por Magalhães (1989b, p.5), em 1877, o núcleo urbano pelotense já contava com “2.700 casas térreas, 44 assobradadas, 117 sobrados, num total de 2.861 prédios”. Além da crescente edificação, as quais seguiam os ideais das grandes cidades, com seus solares e palacetes, a própria malha urbana espraiava-se ao sul e norte do primeiro loteamento, atingindo, em 1880, 25 ruas no sentido norte-sul e 15 no sentido leste-oeste.

Neste processo de expansão urbana, ligadas ao perímetro central, novas edificações residenciais alimentavam o imaginário de prosperidade e modernidade do espaço urbano da chamada “Paris dos Pampas”. Dentre estas destaco a residência do charqueador Felisberto José Gonçalves Braga (figura 60), proprietário de duas charqueadas, uma às margens do arroio Pelotas e outra a margem norte do Canal São Gonçalo.

A residência da família Gonçalves Braga, construída em 1872, ocupava uma área de meio quarteirão, situada na atual Rua Félix da Cunha esquina General Neto e, seguia a tendência dos palacetes urbanos, tornando-se um dos símbolos da elite saladeiril. A suntuosidade da residência não correspondia apenas ao padrão construtivo, as áreas internas eram ricamente ornamentadas com mobiliário importado das capitais europeias. Segundo consta, o projeto foi atribuído ao arquiteto e escultor italiano José Izella Merote, responsável pela construção dos mais representativos prédios residenciais e públicos no espaço urbano de Pelotas no século XIX.



Figura 60: Palacete do charqueador Felisberto José Gonçalves Braga
(final do século XIX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Neste período, a ideologia das elites pelotense, como maneira de demonstrar sua ascensão econômica e social, parecia manifestar-se através de uma espécie de concorrência nos estilos arquitetônicos utilizados nas residências. Considero isso ao verificar o conjunto arquitetônico (figura 61), hoje localizado no entorno da atual Praça Coronel Pedro Osório, adquirido pelos Barões do charque (Barão de Butuí, Segundo Barão de Cacequi, Segundo Barão de São Luís e Barão de Jarau).



Figura 61: Conjunto arquitetônico residencial no entorno da atual Praça Coronel Pedro Osório (aprox. década de 1950)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Este conjunto em estilo eclético, ornamentado com gradis de ferro, platibandas, estátuas e uma infinidade de detalhes apresenta um padrão construtivo dos chamados palacetes urbanos e também foi atribuído o projeto ao escultor e arquiteto italiano entre 1878 e 1880. Com estas marcas na paisagem, é possível compreender não só o apogeu econômico vivido no século XIX, mas também os ideais de constituição de um espaço urbano aos padrões da modernidade, corroborando a previsão do francês Arsène Isabelle sobre o destino de São Francisco de Paula: ser considerada a segunda cidade da Província.

De fato, Pelotas passou a ser o primeiro centro urbano da província depois da capital, e o “primeiro absoluto em riqueza e prestígio social” (MOURA E SCHLLE, 1998, p.52). Conforme os autores, na cidade se

concentraram os ricos senhores que ali construíram suas residências urbanas, responsáveis pela partida de mais da metade do charque exportado da província. A cidade passou a atrair os comerciantes e pequenos industriais, que ali fixaram seus negócios e residência.

Dentre estes homens de negócios, é possível destacar a presença de Manoel Alves da Conceição (Barão da Conceição), natural do Rio de Janeiro. Devido às oportunidades em Pelotas, além de ali fixar sua residência, estabeleceu na cidade a maior casa exportadora e importadora da região, além de comercializar couro e financiar a produção charqueadora, constituindo, no século XIX, a firma “Conceição & Cia” (MOURA E SCHLLE, 1998).

No cartão postal da Rua XV de Novembro (figura 62), veiculado no início do século XX, além das casas comerciais é possível destacar o prédio que serviu de residência e comércio ao Barão da Conceição. Construção que passou a figurar, na paisagem da urbe, como mais uma das edificações residenciais do século XIX. O padrão construtivo manteve as tendências da época e salientava-se na paisagem devido a sua verticalização, construído com três pavimentos e um mirante, local de onde era possível observar as movimentações do canal São Gonçalo.

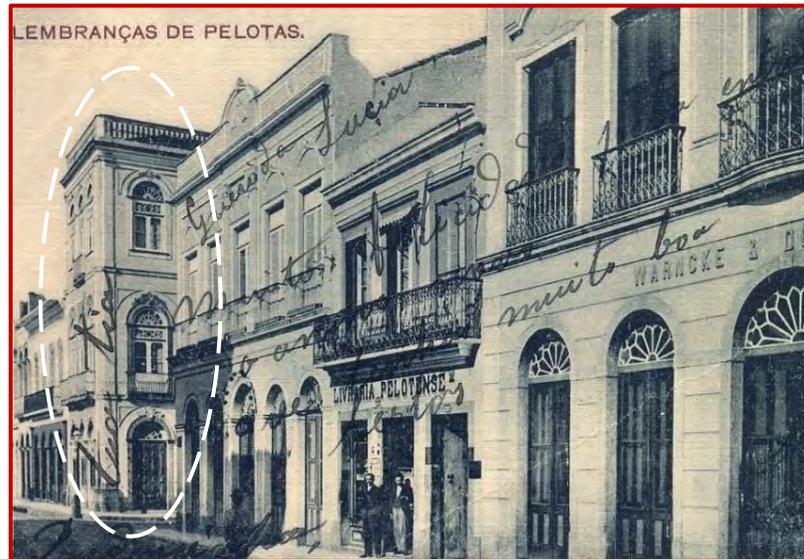


Figura 62: Rua XV de Novembro. Em destaque, residência do Barão da Conceição (década 1910)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Assim começava a surgir, neste rasgo urbano, além das edificações residências a conjugação de prédios comerciais e residenciais familiares, passando o perímetro central a ser um profícuo espaço para novos cidadãos: comerciantes, industriais e trabalhadores de diferentes ofícios, que passaram a (re)configurar as estruturas sociais, econômicas e culturais de Pelotas. Na medida em que se corporificou o espaço urbano, a intrínseca transformação “trouxe à cena novos atores sociais, portadores também de novas práticas” (PESAVENTO, 1996, p.8).

Estas alterações provocadas no perímetro central, na segunda metade do século XIX, resultaram na coexistência de novos objetos e ações, como maneira de sustentar as novas funções de espaço urbano pelotense.

Na transição entre os séculos XIX e XX a cidade assistiu uma modificação não só na materialidade dos objetos da paisagem, mas igualmente nas estruturas sociais, econômicas e políticas. Portanto, o perímetro central deixou de ser um espaço estritamente residencial da elite saladeiril. Ao assumir novas funções e atrair novas classes sociais, consolidou a vida na urbe, e com ela, uma série de bens passaram a fazer parte desta paisagem: os serviços e a infraestrutura, os espaços de convívio social e a típica economia urbana, o comércio.

6.2 NOVAS PRÁTICAS, NOVOS OBJETOS E NOVOS ATORES

Na medida em que as novas funções se associavam àquelas vinculadas à moradia das elites no perímetro central, Pelotas passava a exercer no cenário da província, além do caráter econômico e de prestígio social, um novo modo de habitar a cidade. Desta maneira, “trazia em seu bojo exigências, valores, critérios e a redefinição do solo urbano e a sua ocupação pelos indivíduos” (PESAVENTO, 1996, p.38). Assim, o modo de vida na urbe passou a ser normatizado a partir do Código de Posturas.

Dentre os critérios e normas estabelecidas por este Código, destaco a partir dos relatos de Magalhães (1989b, p.16-17), o texto a seguir:

É proibido correr a cavalo dentro desta vila [...] amarrar cavalo, mula, ou qualquer quadrúpede à frente e portas das casas, e nem deixá-los parados nos passeios junto às mesmas casas [...] dentro dos limites desta vila, e nas ruas já delineadas, não poderão edificar nem reedificar casas cobertas de capim [...] todos os edifícios terão ao menos dezoito palmos de pé direito, sendo térreo, e sendo sobrado trinta e cinco [...] dentro de seis meses são obrigados os proprietários dos ditos terrenos a tapar suas frentes das Ruas principais.

Este processo de normatização passou a definir o modo de agir nas áreas urbanizadas, bem como estabelecia as penas aos transgressores. Além das normas relacionadas ao modo de agir e ao padrão de edificação urbana, o documento também vedava aos cativos a possibilidade de alugar casas, viver por si ou concentrar-se nas tabernas.

Estas regras corroboravam para cidade ser um espaço destinado aos homens livres, tendo em vista que ao longo do século XIX, o perímetro central se consolidou como *locus* de charqueadores, estancieiros e homens de negócios (industriais e comerciais), portando os critérios e normas representavam os ideais de uma sociedade urbana que procurava sustentar uma cidade aos moldes das principais capitais.

Neste esboço da cidade moderna que os novos equipamentos urbanos começaram a ser instalados, dentre eles o sistema de iluminação pública. Os primeiros lampiões foram adquiridos no Rio Janeiro em 1848, os quais foram distribuídos no perímetro central compondo 7 vias longitudinais (sentido norte sul) e 6 transversais (sentido leste oeste) num total de 119 lampiões, alimentados a óleo de peixe (MAGALHÃES, 1986).

Em meio à escuridão estes poucos bicos de luz iluminavam o imaginário de modernidade da cidade, bem como nascia um novo ofício para a mão de obra urbana, os acendedores de lampiões. Nascimento (1999, p.38) em suas memórias aponta que “antes de escurecer, os acendedores de lampiões percorriam a cidade. Com a ponta de sua varinha, que parecia mágica, deixavam estrelas de luz em pontos de escuridão das ruas de calçamento irregular”.

No cartão postal (figura 63) da antiga Praça da República (atual Coronel Pedro Osório) veiculado na primeira década do século XX, vê-se a movimentação dos chamados carros de praça, fato que denota o perfil de centralidade que a área passava a exercer na cidade de Pelotas. Também, destaco o antigo sistema de iluminação pública. Segundo Magalhães (1990), a partir de 1853 ocorreu a introdução do gás no sistema de iluminação, fato que favoreceu a ampliação da rede. Salaria o preservacionista que o fornecimento do gás, até 1878, esteve sob a responsabilidade de empresários da Capital, quando passou a ser incorporado pela Companhia Rio Grandense de Iluminação, possibilitando com isso, ampliar a rede de distribuição da iluminação pública.



Figura 63: Lâmpião na Rua XV de Novembro. Praça da República (1908)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

No processo de qualificação do espaço urbano, saliento o sistema de limpeza pública, a partir do detalhe no cartão postal (figura 64) é possível observar a presença dos chamados “cisqueiros”, trabalhadores responsáveis pela limpeza das ruas, ou seja, varredores do “cisco” (terra, lama e dejetos de animais depositados nas ruas e nos passeios públicos). Inicialmente esta profissão foi desempenhada pelos cativos, quando da alforria dos escravos este ofício se consolidou como classe trabalhadora associado aos responsáveis pela coleta dos dejetos humanos, os cabungueiros.



Figura 64: Cisqueiros na atual Rua General Neto entre Félix da Cunha e Pe. Anchieta.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Com a consolidação da urbe pelotense os novos contingentes populacionais de classes abastadas, atraídos pelas condições e oportunidades geradas neste espaço, passaram a fixar suas residências e seus negócios, na próspera Pelotas. Diante da necessidade de manutenção do padrão de bem viver na cidade, as classes desfavorecidas passaram a se estabelecer nas bordas deste perímetro central, como maneira de prestar os serviços que sustentavam a imagem da cidade.

A concentração da população tanto nesta área central como naquelas periféricas de sub-habitação, a cidade passou a sofrer com as sucessivas epidemias, originárias do acúmulo de matéria fecal no solo, as quais contaminavam o lençol freático gerando as mais prejudiciais infecções. Neste sentido, em 1846 iniciou o processo de instalação do primeiro hospital de caridade com quatro enfermarias (figura 65).



Figura 65: Enfermaria feminina do primeiro hospital de caridade.
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Para cumprir com as demandas e exigências de melhores condições sanitárias, bem como ampliar as unidades para enfermos, novos objetos passaram a configurar a paisagem do perímetro central, dentre eles destaca a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1872) e o sistema de fornecimento de água pela Cia. Hidráulica Pelotense (1874).



Figura 66: Cúpulas das torres da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

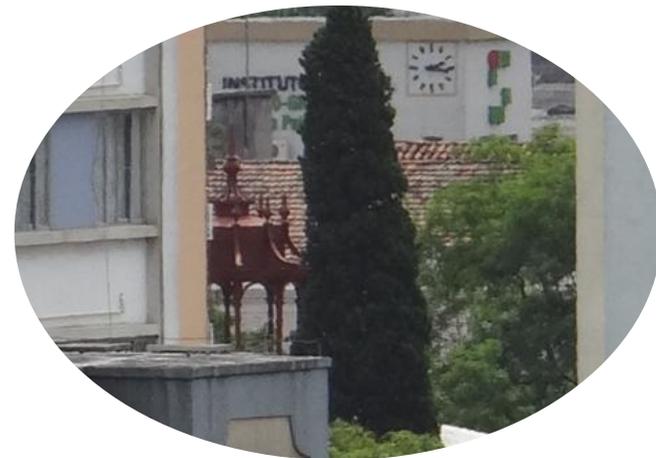


Figura 67: Detalhe da Caixa D'água.
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Estes detalhes dos objetos (figuras 66 e 67), sutilmente escondidos na atual paisagem do perímetro central, remetem aos primeiros serviços de melhorias das condições sanitárias na cidade de Pelotas no século XIX, pois com a consolidação do perímetro central como um espaço eminentemente residencial e urbano, fomentou a necessidade de infraestrutura e serviços que sustentassem o panorama da vida cidadina.

Neste sentido, para o abastecimento de água a população a Cia. Hidráulica Pelotense iniciou a instalação do primeiro reservatório com capacidade de 1500m³, importada da França no ano de 1872. Aponta Magalhães (2000b, p.8) “quando da construção do reservatório a curiosidade tomou conta da população. Nossa cidade, naquela época, tinha uma população de 28.000 habitantes e 3.800 prédios. O reservatório aos olhos da nossa população era uma verdadeira obra de arte”.

Salienta o preservacionista, quando da sua inauguração, era comum os passeios da população em volta do seu torreão. A partir do cartão postal (figura 68) é possível compreender a curiosidade dos habitantes dado o requinte da construção e riqueza de detalhes, uma obra de arte de 55m de diâmetro sustentada por 45 colunas. Esta infraestrutura mantinha o padrão construtivo da cidade do século XIX, demonstrando os ideais da ostentação e riqueza que permeava as classes dominantes.

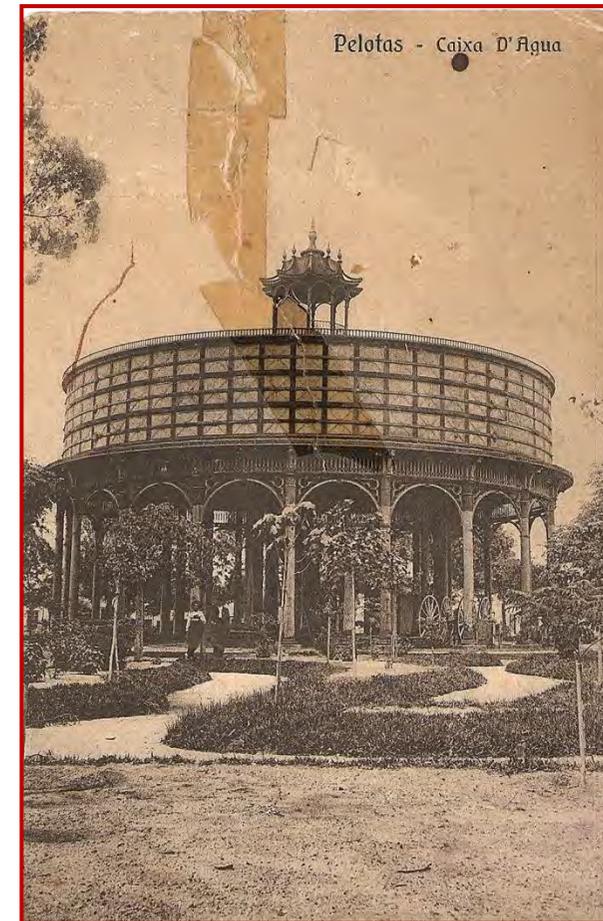


Figura 68: Caixa D'água (aprox. década de 1920)
Fonte: AEA (LAD/UCPEL)

A conclusão do sistema de abastecimento ocorreu em 1874 com a instalação de três chafarizes importados da França, os quais forneciam água potável para a população dos primeiros loteamentos da malha urbana, bem como àquelas que se localizavam nas proximidades da área portuária. Assim, a Câmara Municipal instalou os pontos de fornecimento nos seguintes locais: Praça da Matriz (A), Praça Dom Pedro II (B), atual Coronel Pedro Osório e largo do Porto (C), atual Praça do Porto.

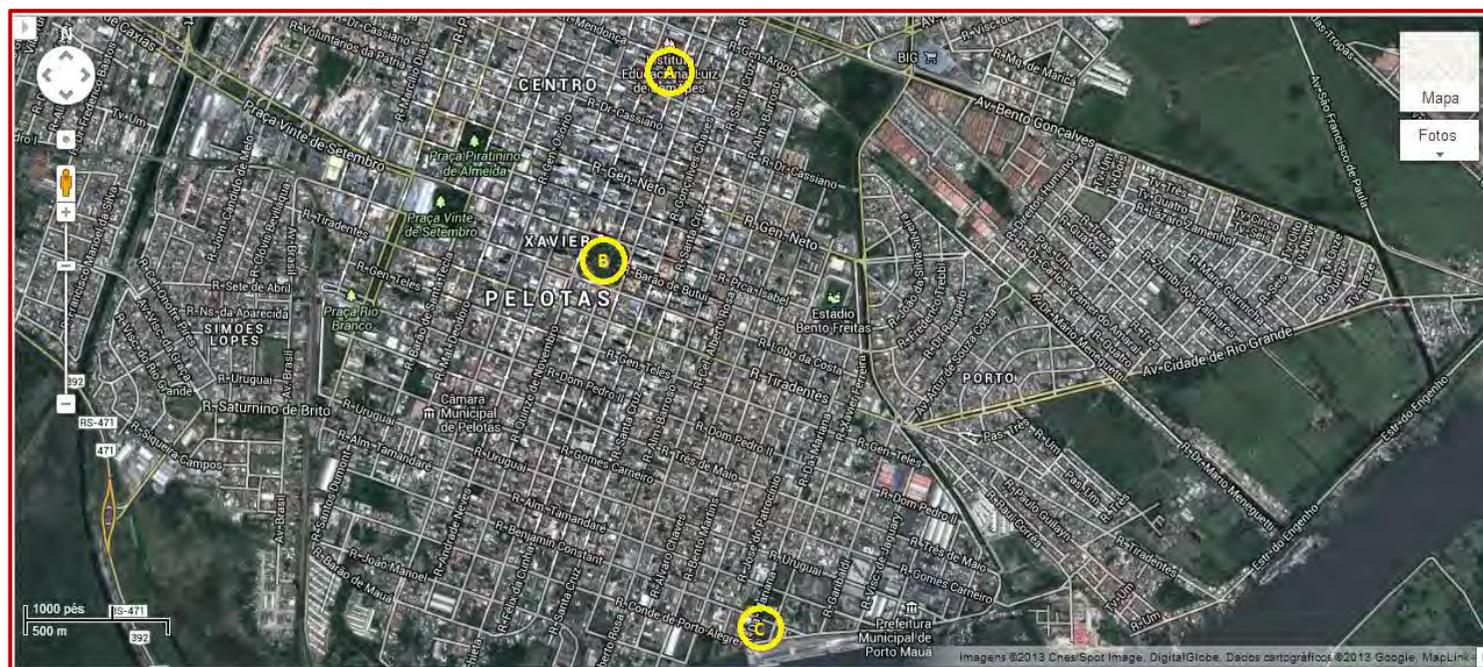


Figura 69: Distribuição dos chafarizes no espaço urbano

Fonte: Google Map's (2013)

Diante da distribuição dos chafarizes (figura 69), é possível sugerir que a concentração populacional neste período estava instalada no perímetro central, local residencial das elites. Já nas áreas no entorno da zona portuária, iniciava a sua ocupação com as unidades fabris e pequenos núcleos das classes operárias.

Tal expressão conduz a reflexão de que os serviços e a infraestrutura mantinham um forte vínculo com as classes dominantes, isso reitera a ideia da cidade estar destinada as elites e tais serviços serviam aos seus interesses. Esta característica perdura ao longo da história, não só em solo pelotense como na maioria das cidades brasileiras, onde as classes de baixa renda ainda encontram-se vivendo em condições de carência de serviços básicos.

Na coadjuvação de melhorias dos serviços e infraestrutura, foi necessária a construção de um novo hospital, localizado na área do primeiro loteamento. Segundo consta, entre 1861 e 1872, o atual prédio foi entregue a comunidade pelotense, além das enfermarias para atender a população carente, novas alas foram construídas para atender aos pacientes, os quais se instalavam mediante pagamento, além dos serviços especializados para o tratamento de sífilis, olhos e cirurgias. (MAGALHÃES, 1991c).

O prédio da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (figura 70) passou a fazer parte da paisagem, mantendo os ideais da cidade que se projetava no século XIX, seguindo os padrões construtivos da época, o qual trouxe a influência do arquiteto e escultor José Izella de Merotte, valorizando a aplicação de elementos ornamentais relacionados à tradição clássica e a fé cristã (MOURA E SCHLLE, 1998).



Figura 70: Santa Casa de Misericórdia
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

As últimas décadas do século XIX representaram um período de investimentos no perímetro central do núcleo e as obras de saneamento receberam atenção da Câmara Municipal, tendo em vista o crescimento populacional em cerca de 2% a 3% anualmente. O projeto consistia em remover para fora da cidade os detritos prejudiciais à saúde pública, sem com isso prejudicar os arredores. Os chamados detritos da cidade estavam classificados em cisco (lama das ruas), águas servidas, águas pluviais e matérias fecais.

Conforme aponta Magalhães (1990a, p.20), o projeto de saneamento de Pelotas, “idealizado pelo Engenheiro Civil da Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Gregório Howyn, foi contratado pela Câmara Municipal, por solicitação do Dr. Augusto Antunes Maciel”.

Também cabe ressaltar, neste cenário urbano, as posturas aditivas ao código que reforçavam as normas do padrão edificado e o modo de agir na cidade. Magalhães (1990a, p.9-10), destaca:

Os proprietários de edifícios ou terrenos, sitos nas ruas ou quadras que a Câmara designar, são obrigados a fazerem os passeios de suas testadas de lage, mármore ou granito, dando-lhes altura e largura que a câmara designar, não sendo admitidas em caso algum calçadas de tijolos [...] é proibida a lavagem de carros nas ruas das cidades [...] todos os condutores de carros de praça ou particulares, são obrigados a andarem decentemente vestidos e calçados, no exercício de suas funções.

Estas transformações, no perímetro central, assumiram a característica fundamental para consolidar o espaço urbano como um centro comercial. Esta função da cidade pode ser observada, ainda, na década de 1860, conforme o cartão postal (figura 71), onde é possível evidenciar o intenso comércio formado nas ruas centrais, em destaque para a Rua São Miguel (atual Rua XV de Novembro), personificando à paisagem o estilo comercial das modernas cidades do século XIX.

O francês Conde D’Eu (1981, p.135) em seu relato de viagem em 1865 a Pelotas, salienta que na “Rua de São Miguel vê-se uma fila contínua de lojas, onde estão expostos estribos, esporas enormes, peitorais e freios, tudo de prata, ostentando esplendor deslumbrante, que iguala, não digo já o da Rua do Ouro, de Lisboa, mas até o da Strada Degli Orefici, de Gênova”.



Figura 71: Rua São Miguel (atual Rua XV de Novembro esquina Rua Voluntários da Pátria - direção sul)
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Na análise dos detalhes da Rua São Miguel (figura 72), percebe-se que a fachada da maioria das edificações obedece ao modelo construtivo de estabelecimentos comerciais, pois apresentam muitas portas e poucas janelas, característica deste tipo de casas, bem como toldos em suas fachadas. A concentração de veículos de tração animal, bem como de transeuntes refletem as transformações da urbe como espaço do comércio e de reordenação da vida.

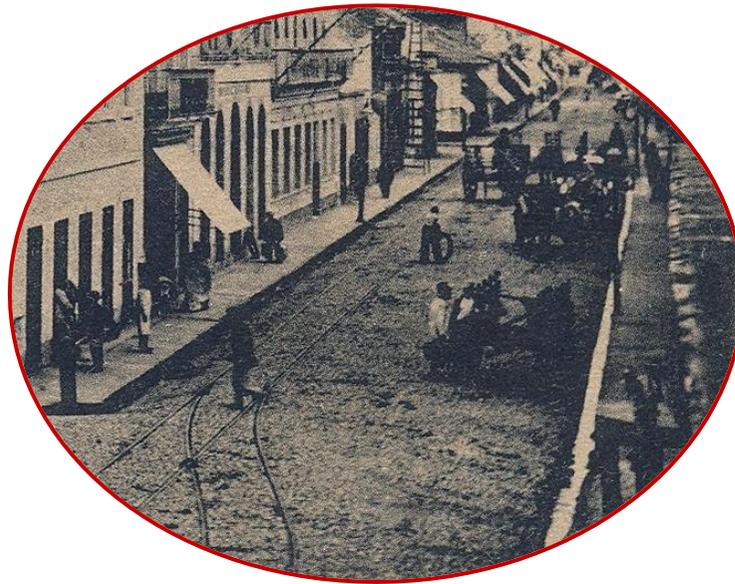


Figura 72: Detalhes da Rua São Miguel
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

Ao deter o olhar à esquerda da Rua São Miguel, o vão livre junto ao passeio público sinaliza as linhas paralelas dos trilhos, por onde transitavam os bondes de tração animal para ligar pequenos pontos da cidade. Também é possível identificar a pavimentação em paralelepípedos de granito extraídos das jazidas, no antigo distrito Capão do Leão (atualmente emancipado de Pelotas). Seis anos após a Proclamação da República a São Miguel passou a designar-se XV de Novembro.

Segundo Magalhães (1991c, p.7) “no passado era a Quinze, entre todas as outras, a nossa rua principal e a mais movimentada. Nela é que ficam os melhores hotéis e livrarias, as principais confeitarias e cinemas, as

grandes casas de modas e o comércio em geral”. De fato, a Rua XV de Novembro, com o seu movimentado comércio, as histórias do Café Aquário, o Jornal Diário Popular e os antigos prédios que não sucumbiram à verticalização do perímetro central, ainda alimentam a memória pelotense.

Esta função comercial, não estava limitada apenas à Rua XV de Novembro, também é possível destacar os cartões postais da Rua Andrade Neves (figuras 73 e 74), com seus bazares, chapelarias, ferragens e hospedagem. No detalhe do cartão postal (figura 73), é possível identificar a movimentação de carroças na rua, o conjunto de portas na fachada dos prédios, típico das casas comerciais, bem como a linha do bonde e a pavimentação urbana.



Figura 73: Rua Andrade Neves I
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Nos cartões postais a seguir identificam-se os objetos que qualificaram o espaço urbano pelotense e o perfil comercial da cidade. A partir do cartão postal da Rua Andrade Neves (figura 74), no detalhe à esquerda, observamos o poste da rede de telefonia. Conforme Ueda (1995) na década de 1880 o decreto 8.547 do governo brasileiro autorizava a “Companhia Telefônica do Brasil” a prestar serviços às cidades de Salvador, Maceió, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Petrópolis. A urbe passava a se inserir na era das comunicações, corroborando o *status* da cidade no cenário nacional.



Figura 74: Rua Andrade Neves II (esquina Rua Sete de Setembro)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

No detalhe da fachada à direita se destaca o famoso bule de vidro na ornamentação da edificação, este caracterizava o chamado estabelecimento comercial Bule Monstro, um dos mais tradicionais bazares de Pelotas (1882 – 1968), com artigos para casa, importados da Europa. Dentre os produtos oferecidos à população se destacavam os objetos em cristal, jarros em cerâmica, estatuetas francesas, talheres em prata além dos artigos de limpeza, cama e banho.

Nascimento (1989, p.293) salienta: “aquele tempo, as maiores lojas de comércio exigiam instalação própria para o fornecimento de luz, e o Bule Monstro estava nesse número para poder ter, à noite, brilhantemente iluminadas as suas vitrines dando para a Rua Sete de Setembro e Andrade Neves, na era urbana da iluminação pública feita por lampiões a gás.” Portanto, a rua passou a ser o espetáculo da cidade e expressava o ideal da civilização ao ostentar as suas casas de comércio, os vistosos palacetes, o embelezamento, o conforto, a higiene e a segurança para as classes burguesas.

Com a consolidação do espaço urbano para atividades econômicas de cunho comercial e residencial, novos serviços e infraestrutura passaram a se inserir no contexto da vida da comunidade. As transformações na paisagem podem ser atribuídas às novas funções e objetos, materializados como bens necessários a vida na urbe. Dentre estes, o sistema de transporte coletivo, criado em 1873, através dos bondes de tração animal (figura 75), a fim de facilitar o deslocamento pelas ruas do perímetro central (área de comércio e residência), bem como interligar esta área ao limite sul (Zona Portuária) e oeste (Parque Souza Soares), interligando, assim, o bairro Fragata.



Figura 75: Bondes de tração animal
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Mas, foi no século XX com a chegada da energia elétrica, através da “The Riograndense Light and Power Syncate, Limited”, que o sistema de transporte coletivo ampliou sua rede e expressou um novo dinamismo ao cotidiano pelotense, passava a circular os bondes elétricos (figura 76). Segundo consta nos relatos de Magalhães (2000b), inicialmente circulava cinco carros elétricos, beneficiado parte da população, as linhas em sua maioria concentravam-se na malha urbana do perímetro central.



Figura 76: Os primeiros bondes elétricos (atual Praça Coronel Pedro Osório)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Conforme Magalhães (2000c, p.12):

Em 20 de outubro de 1915, a população pelotense saiu às ruas para saudar orgulhosamente a inauguração dos transportes elétricos [bondes]. A administração municipal, tendo a frente o intendente Cypriano Corrêa Barcelos, envidou todos os esforços juntamente com a Companhia Riograndense de Energia e Força para que a cidade fosse dotada de um meio de transporte seguro e moderno. Novas linhas foram gradativamente executadas, os pontos que mais careciam do transporte elétrico foram atendidos, a Cia fez correr os bondes até o Porto da cidade [sul], Parque Souza Soares no Fragata [oeste], Três Vendas [norte] e Areal [leste].

A partir destas memórias coletadas pelo preservacionista, se evidencia que a instalação dos bens públicos estava associada à qualificação do perímetro central. Os quais parecem atender com exclusividade as elites, pois as classes populares situadas nas bordas da área central, onde se alocavam os primeiros complexos fabris, passaram a receber os serviços de transporte bem como da rede de esgotos, em uma segunda etapa de expansão. Neste período de melhorias, a população urbana sinalizava um contingente de 30.000 habitantes e já se via um processo de remodelação do perímetro central, bem como a consolidação do perfil comercial da cidade e a instalação dos complexos industriais.

Magalhães destaca (1991b, p.3):

[...] número de prédios residenciais, segundo estatísticas da época, era de 5.400 e os comerciais e industriais 1.240 [...] a cidade primava por sua organização e as tarefas, incumbidas aos servidores da intendência, eram desempenhadas com a preocupação de tornar a nossa comunidade um exemplo modelar. Os forasteiros, conforme inúmeros registros, consideravam-na uma das mais belas e desenvolvidas cidades do Estado. E já, naquela época existia uma polícia administrativa, modelar instituição custeada pelos cofres municipais. Também havia a preocupação quanto a limpeza de nossas ruas, sempre feita a noite, sendo usado também pipas de irrigação e carroças para remoção do lixo das residências.

Estes relatos conferem o *status* que a urbe passou a desempenhar no cenário do estado gaúcho, bem como o caráter protecionista das áreas urbanas destinadas às elites. Pois, os espaços onde se concentravam as populações operárias e de baixa renda, ainda sofriam com a falta de tratamento urbano, muitas alocadas em vilas nas imediações do São Gonçalo e Santa Bárbara, áreas suscetíveis a inundação e com precárias condições de moradia e baixo investimento de infraestrutura de saneamento.

De fato, parece que as políticas públicas relacionadas aos espaços urbanos, estão direcionadas a parcelas da população, tendo em vista que em Pelotas as populações ribeirinhas ao São Gonçalo ou aquelas

alocadas em bairros populares, ainda são carentes de pavimentação, rede de esgotos e até mesmo ao abastecimento de água.

Porém, neste mosaico urbano desenhado como modular, *locus* dos palacetes das elites, das casas comerciais com seus artigos de luxo, da emergente indústria (agro-exportadora) a próspera Pelotas lançava seus primeiros passos no século XX, representando um centro atrativo ao capital financeiro. Na tentativa de captar os objetos remanescentes deste período, o meu olhar registra o detalhe da cúpula da primeira sede do Banco do Brasil (figura 77).



Figura 77: Detalhe da cúpula da primeira sede do Banco do Brasil
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Os objetos das principais instituições financeiras, ainda permanecem na paisagem do perímetro central, as quais mantêm forte vínculo ao padrão edificado na cidade no século XIX e, remetem a suntuosidade e opulência, próprias do capital financeiro. Assim, este rasgo, como uma espécie de palimpsesto, revela as marcas desse passado, como a primeira sede do Banco do Brasil - 1926 (figura 78), Banco da Província - 1926 (figura 79), Banco do Comércio - 1917 (figura 80) e o Banco Pelotense - 1913 (figura 81).



Figura 78: Banco do Brasil (Rua XV de Novembro esquina Lobo da Costa)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

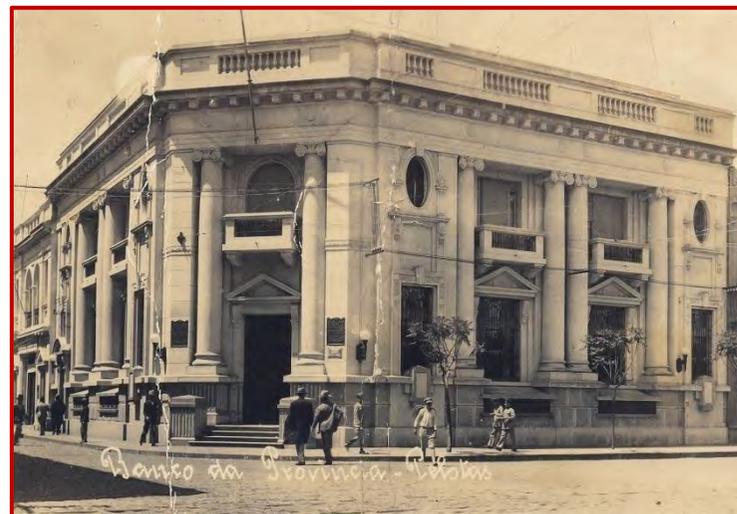


Figura 79: Banco da Província (Rua XV de Novembro esquina Marechal Floriano Peixoto)
Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 80: Banco do Comércio (Rua Andrade Neves esquina Lobo da Costa)

Fonte: ANNM (LAD/UCPel)



Figura 81: Banco Pelotense (Rua Marechal Floriano Peixoto esquina Andrade Neves)

Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Estes objetos além de manter entre si características arquitetônicas, muito utilizadas no início do século XX, caracterizado por prédios de dois pavimentos, sendo o segundo reservado a moradia, também se destaca o acesso principal na esquina e a colossal volumetria das edificações, projetos que parecem explorar o caráter de valorização da grandeza, solidez, riqueza e segurança das instituições bancárias.

Moura e Schlle (1998, p.110) ao fazer referência ao padrão arquitetônico, em especial ao Banco Pelotense, apontam que o padrão monumental do prédio, com amplas aberturas e sacadas provavelmente, mantinham a intencionalidade de “imprimir nos clientes e pelotenses, certa inferioridade frente à grandiosidade da construção”. Ao analisar as imagens é possível compreender as intenções de valorização e hegemonia do

capital financeiro que se anunciou no século XX, subsidiários para o financiamento da indústria e comércio pelotense.

Assim, o espaço urbano passou a experimentar novas funções, não mais aquelas atribuídas a uma economia com base nas potencialidades locais (charque e arroz). A introdução do capital externo, os novos atores sociais e objetos, promulgaram outras funções à urbe. Digo isso, ao remeter a origem de formação do perímetro central, como um nicho estritamente residencial para as elites do charque, consolidou-se como espaço urbano, atribuindo novos valores e práticas a esta área.

Portanto, este perímetro se solidifica como o espaço da pujança econômica, tanto pelos complexos industriais que se instalavam em suas bordas, atraindo novos contingentes populacionais, quanto pela presença das elites oriundas do período saladeiril, industrial e comercial. Fatores sinalizadores para esta área ser o centro destinado às finanças e comércio.

O perfil comercial apresentou seus primeiros passos com as casas de artigos em couro, próprios para montaria, passando a importar os mais diversos produtos para atender as exigências da população urbana, embriagada pelo efervescente modelo de vida na cidade. Para destacar a importância comercial pelotense, Magalhães dedicou um de seus fascículos “Pelotas: Vitrines do Tempo!” (1997), como maneira de elucidar o forte apelo ao comércio que a cidade viveu. De fato, Pelotas passava a exercer o papel de centralidade urbana, devido aos complexos fabris instalados, serviços e infraestrutura. Assim, novos atores circulavam pelas ruas da cidade em busca de novidades da modernidade. O conjunto de fotografias (figura 82) ilustra este perfil na paisagem do perímetro central, tais imagens destacam o comércio entre 1920 e 1950, porém cabe ressaltar que a sua instalação iniciou, ainda, no século XIX.

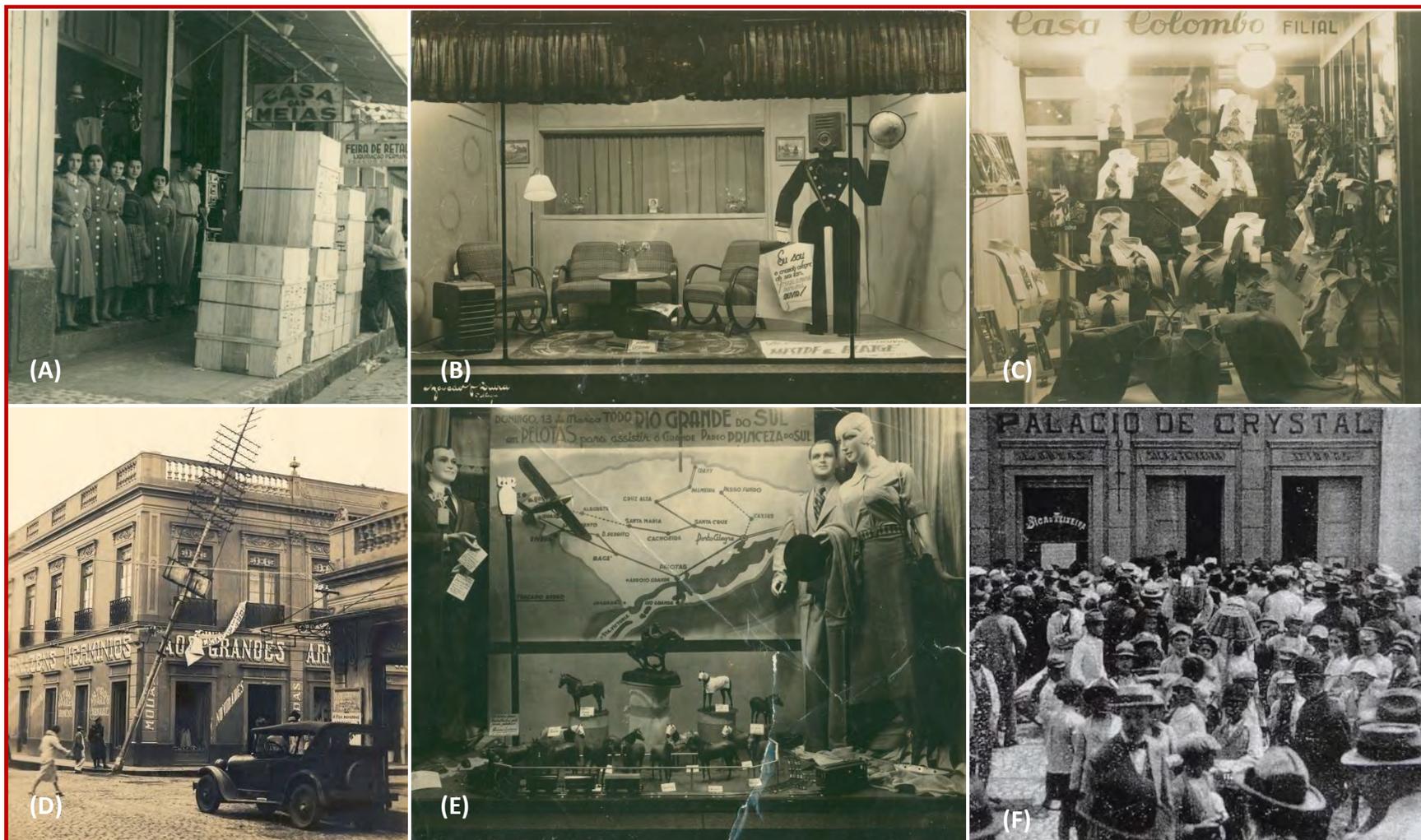


Figura 82: Vitrines do Tempo: o comércio em Pelotas (1920-1950)
 Fonte: ANNM (LAD/UCPel)

Nas fotografias selecionadas para ilustrar o panorama comercial de Pelotas, é possível resgatar os estabelecimentos voltados para a oferta de artigos de cama, mesa, banho, vestuário, perfumaria e acessórios de armarinho, como no caso do bazar Aos Grandes Armazéns Hermínios (figura 82D) e Bazar da Moda (figura 82E), este padrão comercial pode ser considerado como precursor das lojas de departamento.

Já, entre as lojas especializadas tinha-se: as Casas Colombo (figura 82C), com artigos de vestuário e perfumaria masculina; o Palácio de Crystal (figura 82G), com artigos de mesa e o comércio de móveis e eletrodomésticos (figura 82B). No cenário comercial do século XX cabe destacar as casas destinadas as classes populares, tais como: a Casa das Meias (figura 82A), com seus artigos variados (roupas, tecidos e artigos para casa); o comércio de tecidos, com suas feiras permanentes de retalhos, destacava-se no cenários comercial a Velocino Torres.

Ao observar a fotografia do Palácio de Cristal (figura 82F), verifica-se a concentração de pessoas na liquidação realizada após o natal na década de 1920. A imagem associada a outras utilizadas para revelar este rasgo, sugere levantar a hipótese de que a rua se mantinha como um espaço estritamente masculino. Pois, a presença feminina nas áreas públicas, principalmente no século XIX, estava relacionada às festas religiosas, saraus de poesia, teatros e passeios em família, bem como salienta o compositor pelotense, Vitor Ramil: “na cidade de Pelotas, as moças vivem fechadas, de dia fazem biscoitos, de noite bailam caladas”.

Porém, as dinâmicas econômicas da cidade, em meados do século XX, contribuíram para que a rua, também, passasse a ser um espaço ocupado pelas mulheres, conforme é possível observar na fotografia (figura 82D), provavelmente este fato se associa a maior emancipação e participação da mulher no cenário econômico da urbe. Também, cabe ressaltar a sua inserção no mercado de trabalho, pois além de classe operária nos complexos

industriais, passou a tomar os postos de trabalho no comércio local, como é possível observar na Casa das Meias (fig.82A). Tais fatores parecem ter estimulado a maior participação feminina, neste cenário da vida urbana.

Na fotografia da vitrine de móveis e aparelhos radiofônicos (fig.83B), destaco a propaganda: “eu sou o criado alegre do seu lar, trago o mundo para você ouvir”. Esta chamada parece expressar o ideal de “ter o mundo ao alcance do pelotense”, bem como atribuía certo juízo de valor elitista, estes novos equipamentos estariam destinados as classes com maior poder aquisitivo e representavam o seu *status* social.

Nesta perspectiva, o comércio como símbolo da sociedade burguesa, não estava associado ao consumo de artigos de luxo, e sim, outros valores intrínsecos à elite pelotense, acoplados à sedução do comércio. Na vitrine do Bazar da Moda (figura 82E), é possível identificar a referência ao transporte aéreo, instalado oficialmente na década de 1930, interligando Pelotas à fronteira Oeste, centro do Estado e a Capital, Porto Alegre. Também cabe ressaltar nesta imagem as atividades vinculadas ao Jockey Clube de Pelotas, palco da elite local e regional, principalmente no Grande Prêmio Princesa do Sul, o qual teve sua primeira edição em 1936 e atraía os olhares do estado do Rio Grande do Sul.

Diante desse panorama, os objetos e ações promulgaram um novo perfil econômico da cidade, conferindo a este espaço como um centro comercial e de serviços para região. Estas transformações na paisagem alimentavam o *status* de cidade moderna e proporcionava uma maior expressão de mobilidade das estruturas de classes (assalariados, comerciantes, industriais, servidores públicos), na medida em que a cidade fortalecia seu comércio e seus serviços, as novas funções anunciavam o surgimento dos novos atores sociais e, desta maneira, acolhia as diferentes manifestações de convívio e tensão social.

6.3 O PERÍMETRO CENTRAL: UM ESPAÇO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

A forma com que se desenvolvia o perímetro central caracterizava-se em um espaço social da vida urbana, suscitando a instalação de novos objetos para as práticas que passaram a se revelar e, por sua vez, assumiam novas funções no processo de formação do núcleo urbano, assim o conjunto de objetos e ações retroalimentava este espaço.

Portanto, a expressão de viver a cidade se desdobrava em nichos para o convívio da sociedade local, bem como para aqueles que passaram a adotá-la como referência para os negócios, serviços, lazer, educação e cultura. Dentre os objetos, extraídos dos telhados da urbe, que meu olhar consegue captar, inicialmente destaco a Catedral São Francisco de Paula (figura 83).



Figura 83: Catedral São Francisco de Paula
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

A Catedral São Francisco de Paula sinaliza o marco de fundação da freguesia, localizada no centro do primeiro loteamento urbano. Segundo consta, a primeira construção ocorreu em 1813 por iniciativa do Padre Felício da Costa Pereira, tratava-se de um pequeno santuário em estilo colonial com a intenção de atender o emergente povoado originário do sistema charqueador. Em virtude de um raio, o primeiro templo religioso foi parcialmente destruído, mas no ano de 1826 iniciaram as obras do novo edifício religioso, o qual adquiriu a configuração atual da fachada (figura 84) em meados do século XIX.



Figura 84: Catedral São Francisco de Paula (final do século XIX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

O cartão postal (figura 84) do novo templo religioso revela a característica do padrão edificado no perímetro central, onde também se destaca o chafariz que servia para o abastecimento de água à população residente do núcleo urbano. Ao observar o entorno do chafariz vê-se o gradil em ferro, sinalizando que o acesso a água potável, ocorria mediante pagamento aos cofres públicos. Esta característica se manteve até a instalação do sistema da rede de abastecimento da água, através da Companhia Hidráulica Pelotense.

Ao remeter ao século XIX, os templos religiosos serviam como um importante espaço de convívio da sociedade, um cenário onde a presença feminina se fazia com maior frequência, pois as ruas, o comércio e os cafés, ainda estavam destinados a presença masculina. Os festejos religiosos, procissões e missas dominicais representavam, nesta época, como um dos espaços eleitos das classes abastadas. Ao considerar que o sistema de produção vigente estava baseado no trabalho escravo, a estes ainda era negado o acesso aos templos católicos.

A Catedral só veio assumir a sua configuração atual entre 1947 e 1948 (figura 85), onde foram remodeladas as fachadas laterais e construída a cripta e a cúpula central. Para complementar o trabalho, o Bispo D. Antônio Zattera contratou os artistas italianos, Aldo Locatelli e Emílio Sessa, que se encarregaram da decoração interna (figura 86), com pinturas em têmpera impermeabilizadas com clara de ovo, obras que projetaram a Catedral internacionalmente.



Figura 85: Catedral São Francisco de Paula (século XX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

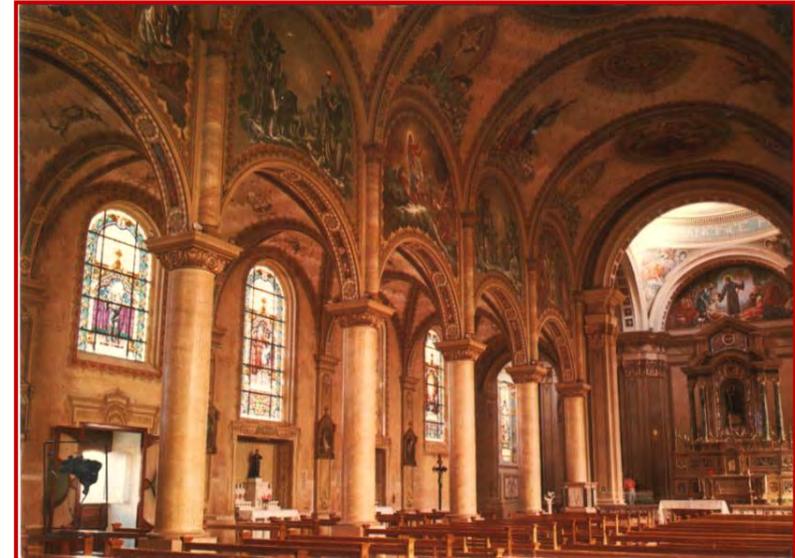


Figura 86: Interior da Catedral São Francisco de Paula (século XX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

Além do imponente padrão arquitetônico, típico dos templos religiosos, no cartão postal do interior da catedral (figura 86) se avulta a riqueza dos detalhes da obra de Locatelli e Sessa, bem como os vitrais doados pelas famílias tradicionais da elite pelotense. Neles é possível identificar os nomes das famílias, os quais parecem sugerir a expressão do seu *status* social e econômico. Complementando a ornamentação interna do templo, destacam-se os altares em mármore de Carrara, importados da Itália.

Este cenário de imponência e suntuosidade, a sociedade pelotense usou até meados do século XX, como um centro de convívio social, onde a elite passava “a se ver e ser vista”. Também foi em frente a este templo que Magalhães (1989a, p.9), aponta a presença das Tias Minas:

Era comum no início do século XX, o comércio de quitandas e tabuleiros na Praça D. Pedro II e em frente à Igreja Matriz, a Tias Minas (descendentes das castas de negros do grupo sudanês – África). Dentre as que ficaram mais conhecidas: Tia Lúcia com seu alvíssimo avental e trunfa estendia o seu tabuleiro em frente à igreja movimentava a sua quitanda. Com a voz alta chamava a atenção dos fiéis para as especiarias expostas à venda: Pé de moleque!... *Farinha de cachorro*³³!... Doce de batata!... Cocada preta e branca!... Puxa-puxa!... Amendoim torrado!... [...] Sinhá Maria chamava a atenção dos que passavam com a seguinte lamúria: “Sinhá Maria taqui, o sinhozinho esqueceu? Rapadurinha de amendoim, batata doce? ... Sinhá Maria também tem! Si o sinhozinho não qué comprá, então não faça desdém!...”

Esta referência do preservacionista corrobora a ideia de que, no perímetro central, os novos atores sociais passaram a figurar na cena urbana, mesmo os excluídos nesse espaço social, buscavam alternativas de inserção. Talvez a expressão da Sinhá Maria, “então não faça desdém” expresse a invisibilidade das classes populares, descendentes de escravos, neste espaço, *locus* das classes abastadas pelotense. Mesmo diante da tentativa de negar a presença africana na área central, a riqueza da sua cultura invadiu o que hoje Pelotas anuncia como seu cartão de visitas, a arte doceira.

Retomando os espaços de convívio social, estes ambientes representavam o imaginário do *status* social e econômico. Além dos templos e festas religiosas do século XIX, os bares e cafés, os teatros e as unidades residenciais representavam o local de encontro das elites. Dentre os locais públicos de convívio social, destaco os bares e cafés. A partir do registro do cartão postal do Café Java (figura 87), é possível observar o requinte do

³³ Doce preparado com farinha de mandioca e açúcar.

ambiente e dos frequentadores, indicativos de estes espaços estarem destinados aos homens de negócio e políticos. Saliento que, nestes ambientes, no século XIX, a presença feminina não se fazia visível, exceto em algum acontecimento social familiar ou nos saraus à tarde, como ocorria nos salões do Hotel Aliança (figura 88).



Figura 87: Interior do Café Java (século XX - atual Galeria Zabaleta)
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

Outro ponto concorrido para o convívio dos homens da sociedade pelotense foi o Café BA-TA-CLAN, o qual se anunciava como Bar, Café e Bilhares, considerada uma das casas de recreio mais frequentadas na cidade de Pelotas. Além do serviço de qualidade, o BA-TA-CLAN apresentava todas as tardes, para o entretenimento dos

frequentadores, os concertos musicais. Deste espaço, é possível registrar um dos “reclames” (figura 89) veiculados na Pelotas Memória de Magalhães (1990b).



Figura 88: Interior do Hotel Aliança (século XIX)
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

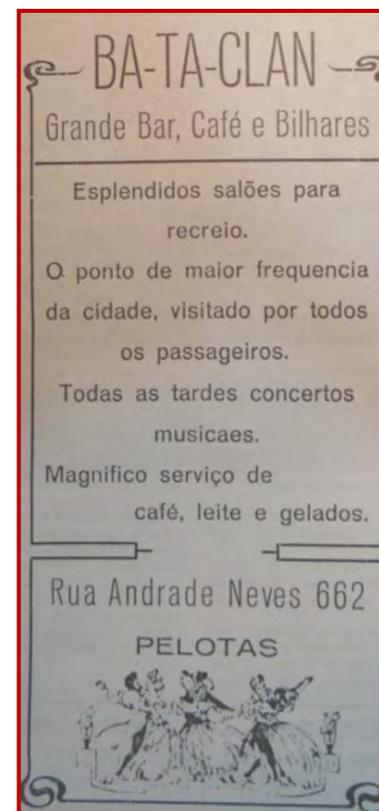


Figura 89: Reclame do BA-TA-CLAN
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

Nas memórias de Nascimento (1999) e Magalhães (1991a) é salientada a febre do pioneirismo progressista pelotense ao recordar a construção do Grande do Hotel (figura 90), idealizado pelo, então, intendente Pedro Luís Osório e edificado por Theóphilo de Barros (titular da diretoria de obras públicas do Estado), dentre os capitais incorporadores do Grande Hotel, destacava-se: Francisco Rheigantz, Coronel Pedro Luís da Rocha Osório, Rosauro Zambrano, Leopoldo de Souza Soares entre outros.



Figura 90: Detalhe do Grande Hotel
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Afinal, a cidade mantinha sua atratividade às populações forasteiras e, para tanto, fazia-se necessário instalar um novo hotel, com maior conforto para os hóspedes bem como para o lazer da população local. Assim, o ano de 1924 anunciava a construção do imponente hotel (figura 91), localizado à Praça da República (atual

Coronel Pedro Osório), construído em estilo *eclético*³⁴, com a predominância do *neoclássico*³⁵ e *art nouveau*³⁶ (MOURA E SCHLEE, 1989), mantendo com isso o modelo de ostentação das edificações do perímetro central.



Figura 91: Grande Hotel
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

³⁴ Seleção de elementos de diversos estilos para o desenho decorativo arquitetônico. Movimento predominante de meados do século XIX e início do XX (BURDEN, 2006).

³⁵ Movimento arquitetônico que procura retomar elementos da arte antiga, em especial a Greco Romana, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX na Europa (BURDEN, 2006).

³⁶ Movimento na arquitetura e nas artes, desenvolvimento principalmente na França e Bélgica, caracterizado por formas dinâmicas e orgânicas, sinuosas e fluidas, com ornamentos naturalistas (BURDEN, 2006).

Moura e Schlee (1989) salientam ter a construção seguido o padrão da época, um edifício em esquina, com grandes janelas e sacadas, o andar térreo ligeiramente mais elevado em relação ao passeio público. A distribuição das unidades habitacionais (quartos, apartamentos e suítes), localizava-se ao redor de um jardim de inverno coberto por uma clarabóia de vidro, facilitando o fluxo pelas varandas direcionadas ao jardim. No acesso ao prédio, foi dado um tratamento especial, em um corpo cilíndrico como uma espécie de torre coroado por uma grande cúpula em bronze fundido (figura 91).

Após quatro anos de construção, em meio a uma crise financeira, foi inaugurado no dia 18 de abril de 1928, com todas as pompas, o Grande Hotel, considerado um dos mais sofisticados hotéis do Estado e até mesmo do Brasil, constituído de 68 quartos, 4 apartamentos e 2 suítes, salão de chá, um enorme hall e jardim de inverno com cobertura de vidro e restaurante (MAGALHÃES, 1991a).

A partir deste dia, o hotel vivia em festas. Todos os domingos aconteciam chás dançantes com desfiles de moda no seu chiquérrimo “hall”, que era famoso em toda a América do Sul e foi cognominado de salão de festas da cidade; banquetes homenageando vultos nacionais, bailes de carnaval, etc. Jantar no restaurante do Grande Hotel era o que havia de mais granfino. Muitos personagens ilustres se hospedaram: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, o cantor argentino Hugo Del Carril, Getúlio Vargas (quando presidente da república, falava ao povo da sacada da esquina). (MAGALHÃES, 1991a, p.16)

Percebe-se que o Grande Hotel passou a ser um dos mais concorridos espaços de convívio da sociedade pelotense, bem como dos visitantes atraídos pelos desfiles de moda, jantares e bailes de carnaval na primeira metade do século XX. Tenha-se em vista a localização do hotel no entorno da Praça da República (figura 92), ornamentada pelos seus jardins em estilo francês e o chafariz importado em 1874: Fonte das Nereidas. Compondo este ambiente, cabe destacar o Teatro Sete de Abril (figura 93), construído pela “Sociedade Scenica”

(1833), o qual foi destaque na passagem do viajante francês Arsène Isabelle, local destinado ao deleite cultural da sociedade pelotense.



Figura 92: Praça da República
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)



Figura 93: Teatro Sete de abril
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

Até meados do século XX, o entorno da atual Praça Coronel Pedro Osório continuou a exercer a função de centro de lazer e convívio social. Além das tradicionais festas do Grande Hotel, o Teatro Sete de Abril passou a exhibir as produções cinematográficas, como salienta Magalhães (2001, p.11): “além dos costumeiros espetáculos teatrais, foram realizadas mais de 300 sessões cinematográficas, isso em 1922”.

Portanto, é possível compreender as novas funções que os objetos existentes nesta área passaram a desempenhar, bem como, na medida em que este perímetro assumia novas práticas de convívio social,

anunciavam-se novos serviços destinados ao lazer e entretenimento. Provavelmente foi diante destas transformações sofridas no entorno da Praça que se iniciou o processo de instalação das confeitarias nestas imediações. Conforme Magalhães (2002), entre os anos 40 e 50 estes empreendimentos ganharam destaque na zona central da cidade, das quais o preservacionista destaca: Nogueira, Gaspar e Brasil (figura 94), todas localizadas à Rua XV de Novembro, a última sediada no entorno da Praça.



Figura 94: O movimento na Confeitaria Brasil
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

A partir da fotografia (figura 94), observa-se o movimento de automóveis em frente à Confeitaria Brasil, uma cidade que cresce e se desenvolve a partir do seu núcleo central. Nas memórias do preservacionista além dos famosos doces, a maior atração da confeitaria ocorria aos sábados à noite, no encontro com os amigos

para saborear os quitutes e flertar, um espaço concorrido principalmente nas noites de verão, quando as mesas colocadas no passeio público ficavam lotadas.

A Rua XV de Novembro, além do seu comércio de doces e lojas de artigos de luxo, representou o espaço de maior expressão popular: o carnaval. Inicialmente mantinha-se este atrelado aos corsos das famílias tradicionais (figura 95): a princípio, elas desfilavam com suas carruagens e, posteriormente, com os “calhambeques”, para utilizar a expressão do preservacionista: “um mar de confete e serpentina inundava a rua principal. Dizem os mais antigos que, após a passagem do corso, tornava-se difícil caminhar pela XV por causa do acúmulo de confete e serpentina, lançados pelos mesmos” (MAGALHÃES, 1999, p.6)

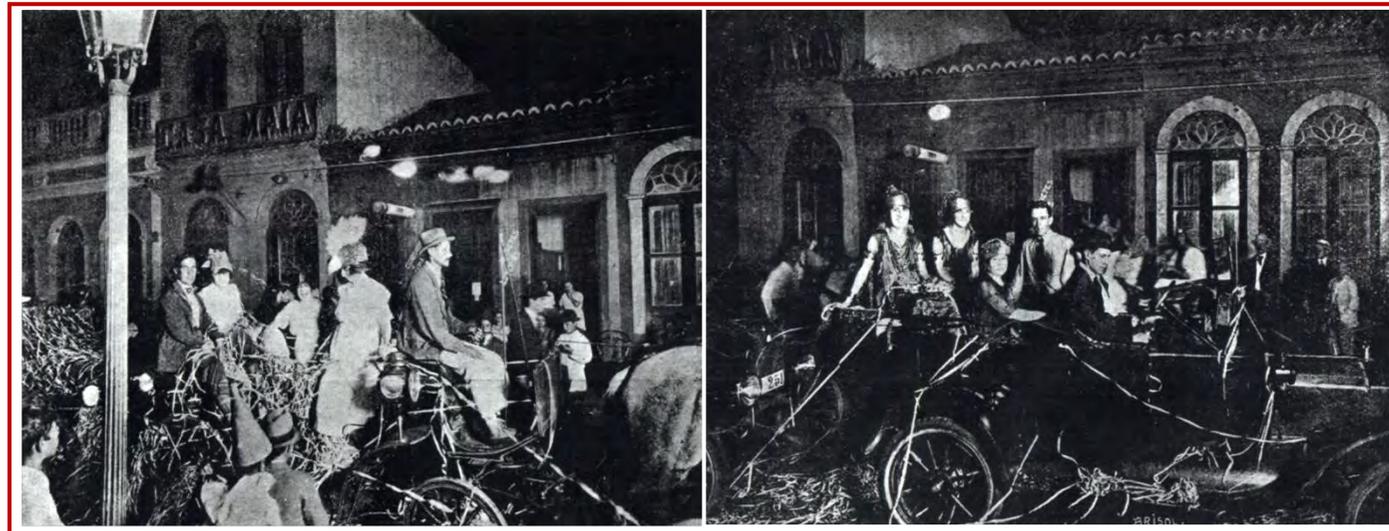


Figura 95: O Corso de Carnaval das famílias tradicionais
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

O Jornal Correio Mercantil de 21 de fevereiro de 1898 já destacava os carnavais da XV de Novembro: “a batalha de confete e serpentinas travou-se nas carruagens que formavam o curso [...] o carro da família Alfredo Moreira, no qual iam as gentis filhas deste cavalheiro, achava-se vistosamente enfeitado, desde as rodas até a tolda.” As notas do jornal sinalizam o carnaval de rua pelotense como uma manifestação das elites. De fato, no século XIX, esta classe social representava os habitantes do perímetro central.

No século XX, o carnaval pelotense ganha destaque no cenário regional, quando esle passa a expressar uma das festas populares mais significativas da população pelotense, um espaço onde as diferentes classes se reuniam para comemorar os festejos de Momo.

Magalhães (2000a, p.3) ao recolher as memórias carnavalescas destaca:

[...] num trajeto que se estendia da Praça da República até a Rua Voluntários da Pátria “mascarados em grupo, ou sós, com standartes ou sem eles, e com músicas de várias classes aí transitavam. Um grupo de pretas minas, com o clássico batuque, também percorriam a noite da Rua XV. Num dos carros do curso via-se um casal e encantadoras crianças vestidas de indígenas. Os estabelecimentos comerciais abertos jogavam focos de luzes nas atrações e espectadores da festa carnavalesca.

O centro da cidade passa ser o palco para as irreverências do Bloco dos Acanhados, para a magia das alegorias das rainhas dos Clubes Sociais e manifestações dos Blocos Burlescos de todos os cantos da cidade. Nos dias de carnaval a Rua XV de Novembro se transformava no espaço democrático de todas “as gentes” pelotenses. Nela, brancos e negros, pobres e ricos confraternizavam nos festejos de Momo, mesmo diante das possíveis segregações, reflexo do sistema de organização das áreas destinadas às classes abastadas, localizadas em frente aos estabelecimentos comerciais, com a venda de cadeiras para assistir aos festejos, mas isso não inibia a todos de participar dos desfiles.

As memórias de Pinheiro (2013, s/p) salientam que o carnaval da Rua XV de Novembro significava uma festa não para ser só assistida, ela representava uma verdadeira amostra da participação de todos, “um carnaval do povo e não para o povo” (Grifos do autor).

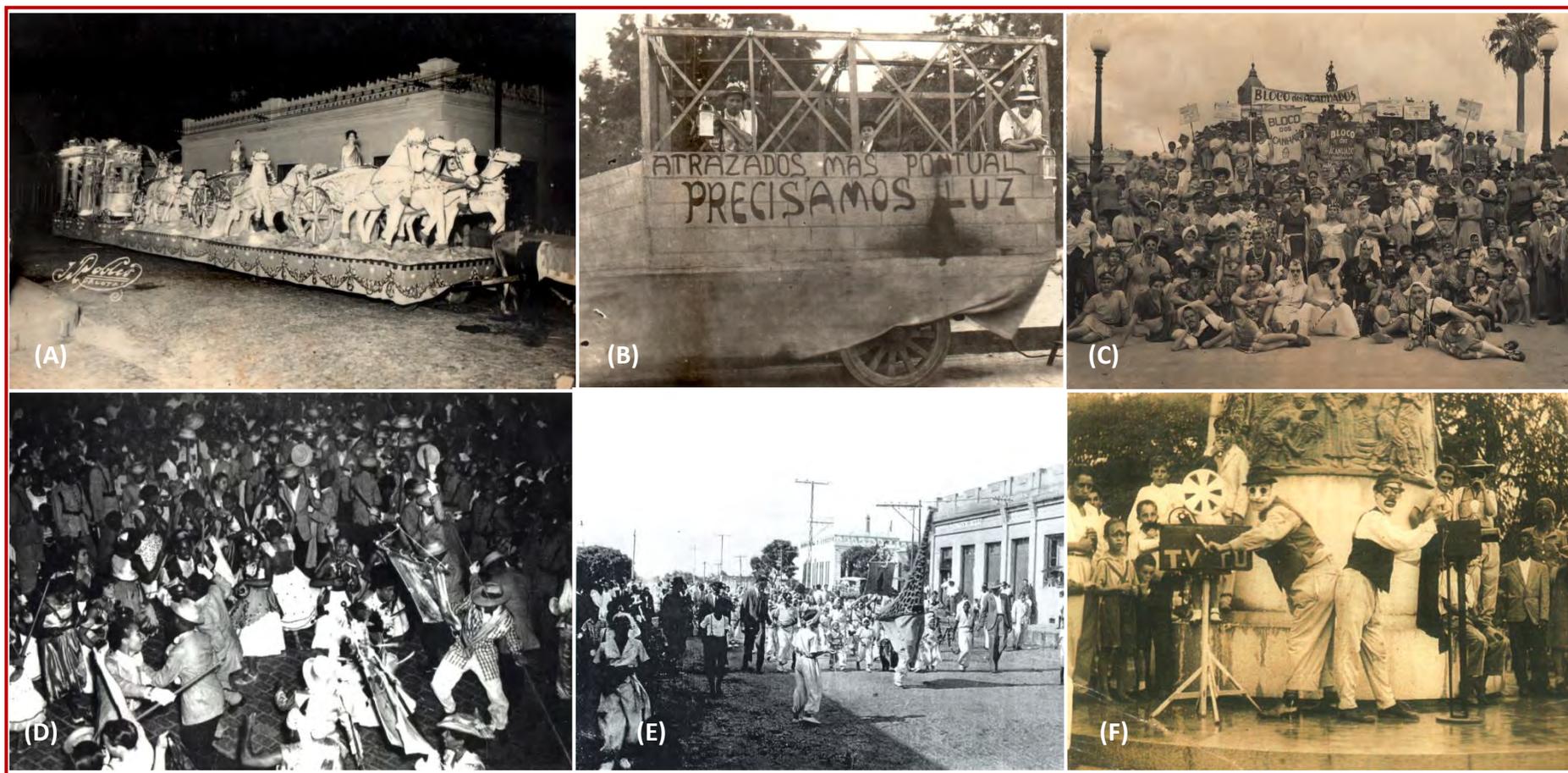


Figura 96: O Carnaval de Pelotas (1930-1950)
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

O conjunto de fotografias (figura 96) ilustra um pouco do carnaval como uma expressão de todas as classes, bem como sinaliza a rua como um dos espaços de convívio social da vida urbana. Dentre as fotos selecionadas para ilustrar o carnaval pelotense, cabe destacar, além da irreverência dos homens travestidos do Bloco dos Acanhados (fig.96C) – que segundo Magalhães (1999), traziam as reivindicações das classes populares em “tom de brincadeira” – também as sátiras relacionadas às transformações do seu tempo. Cabe destacar o bloco burlesco, “Atrasados, mas Pontual” (figura 96B), da região norte da cidade, o qual reivindicava o acesso à energia elétrica.

Outro destaque do carnaval pelotense foram os carros alegóricos das rainhas dos clubes sociais (figura 96A), adornados com todo o requinte em uma época quando o sistema de tração ainda era animal, nos quais as jovens da cidade eram apresentadas à sociedade, como maneira de também expressar o seu prestígio social. Mas, também neste espaço se somavam as manifestações das classes operárias, caso do bloco burlesco “Girafinha do Porto” (figura 96E), originário das populações que viviam nas vilas no entorno das unidades fabris. Cabe destacar a “Academia do Samba” (figura 96D), considerada uma das primeiras escolas de samba da cidade, embrionária no cordão carnavalesco “Fica Ahí Prá Ir Dizendo”, do qual originou-se o clube de mesmo nome e representou a formação de um dos espaços sociais da população negra pelotense.

Portanto, era no carnaval que todas as classes expressavam suas alegrias e inquietações. Nesta época do ano, a Rua XV de Novembro representava o verdadeiro “abre alas” para o convívio de toda a sua gente, das famílias tradicionais, dos homens de negócios, dos operários e até dos excluídos, demonstrarem a natureza da população urbana pelotense.

O perímetro central do espaço urbano, além de representar o modo de vida na cidade, também carrega em si a complexidade das dinâmicas globais, pois é nele que expressam os conflitos sociais, econômicos e políticos. Portanto, esta área do espaço urbano pelotense também foi palco das tensões sociais vividas, tanto pelas reivindicações das classes populares nos espaços de convívio, quanto pelas manifestações relacionadas aos acontecimentos políticos que atravessavam a vida na urbe.

Em 29 de outubro de 1923, Pelotas sofreu a sua última invasão armada, com a tomada da cidade pelas tropas do General José Antonio Netto – Zeca Netto (figura 97). Tratava-se da Revolução de 1923 e consistia na luta da aliança formada por vários segmentos gaúchos, concebida pelo político Assis Brasil contra a perpetuação republicana de Júlio de Castilhos, representada pelo governo do Estado de Borges de Medeiros.

As tropas de Zeca Netto entraram em Pelotas de uma forma serena, mas decidida, cheios de convicção da causa que defendiam. O general Zeca Netto aquartelou-se no Hotel Colonial (atual largo Vernetti) e, de lá, ministrava ordens aos seus comandados. O embate ocorreu nas imediações da Praça da Constituição (atual Praça Cipriano Barcelos), o fogo deste combate durou cerca de seis horas, no dia seguinte, a cidade voltou à normalidade e as tropas de Zeca Netto se mesclavam aos curiosos pelotenses (MAGALHÃES, 1991c).



Figura 97: Invasão de Pelotas pelas tropas de Zeca Netto (1923)
 Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

A tomada de Pelotas representou um manifesto de pressão ao poder de Borges na segunda maior cidade do Estado na época, pois aqui se concentrava o núcleo residencial de classes de prestígio social e econômico. Além de convergir para ela a riqueza de origem charqueadora, nela se iniciava o processo de industrialização, assim como se afirmava a aglomeração populacional no espaço urbano.

Dentre outras manifestações de tensão social, através dos anos, destaco o “Grande Quebra-Quebra” que a cidade viveu em 12 agosto de 1942, quando o Brasil entrava na 2ª Guerra Mundial contra os países do Eixo (Alemanha, Itália, Japão), conforme salienta Magalhães (1992b, p.19):

Quando soaram as sirenes dos jornais 'Opinião Pública' e do 'Diário Popular', as mesmas vibraram fortemente chamando a população para o noticia sensacional "O Brasil, entrava na 2ª Grande Guerra, ao lado dos aliados. Em poucos minutos, uma grande multidão começou a se concentrar no centro da cidade (XV de Novembro e Sete de Setembro), dando início a uma passeata. Era o "quebra-quebra". Os principais alvos eram estabelecimentos comerciais e residências de alemães e italianos, aqui residentes.

Este fato foi registrado pelo redator do jornal Diário Popular. As imagens a seguir (figura 98) revelam os eventos que sucederam no dia 13 de agosto como resposta direta ao anúncio da participação do Brasil na Guerra e o ápice do preconceito velado que já vinha ocorrendo contra descendentes de alemães e italianos em Pelotas.



Figura 98: Imagens do quebra-quebra de 1942
Fonte: ANNM (LAD/UCPEL)

A confusão iniciou na Rua Sete de Setembro em frente à Rádio Cultura (PRH 4) (figura 98A), as mobílias de estabelecimentos de alemães e italianos foram arrastadas pela multidão enfurecida e então queimadas em plena rua. A onda de violência se alastrou atingindo outros pontos da cidade, como no caso do Hotel América (figura 98B) à Rua Marechal Floriano esquina Félix da Cunha (em frente a atual Praça Coronel Pedro Osório). A depredação se alastrou até as imediações da Chácara das Pedras (zona norte), onde os móveis de uma cantaria de origem alemã também foi alvo de depredação. Na tarde de 14 de agosto, com a intervenção do exército, encerram-se todas as manifestações de hostilidade. O mundo ainda estaria em guerra por mais três anos, mas o caos em Pelotas, naquela tarde, havia terminado.

Portanto, o perímetro central do espaço urbano guarda as memórias dos processos políticos, sociais, culturais e econômicos. Na medida em que o núcleo residencial da classe saladeiril alimentou o imaginário de construção de um espaço para o bem viver, trouxe consigo novas práticas para este local e, desta maneira fomentou os negócios subsidiários anunciados pela vida urbana.

Os novos objetos e ações alocados nesta área suscitaram novas funções e, com isso, a cada investimento, a cada necessidade, se foi configurando uma forma urbana capaz de atrair outros atores sociais. Eles se mesclaram, formando este mosaico que se manifesta nas ruas da urbe, resultado do consenso ou de tensão. De fato, a experiência do viver a cidade extrapola a sua ideia originária, pois é nela que o mundo parece querer atravessar.

6.4 NA VERTICALIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO PARA GEOGRAFAR O RASGO DO ATUAL PERÍMETRO CENTRAL

Ao retomar as ideias iniciais deste estudo, no qual apontei o bloco de formas geométricas, Pelotas inicialmente era mais uma entre tantas cidades, mas ao quando procurei revelar as paisagens escondidas na verticalização da cidade, compreendi que as mesmas são resultado de um processo histórico, social, econômico e político.

As formas hoje distribuídas no espaço não são devidas ao acaso, pois refletem as diferentes transformações ocorridas ao longo do tempo, sejam elas resultado do conjunto de ações e objetos ou das novas funções atribuídas, na medida em que os novos atores entraram em cena. Cabe ressaltar que não se trata de um espaço “palco” para a atuação destes atores. Afinal, eles também são processo e resultado das transformações ocorridas. Assim, compreendo na simetria das formas geométricas que parecem verter do solo, estão os novos brotos das sementes lançadas na terra e a seiva que nutre estes rebentos geometrizados, carregam em si as antigas e novas maneiras de habitar a cidade.

Conforme foi dito, a dinâmica de formação do espaço urbano é atravessada por intencionalidades de diferentes esferas (local, regional, global) e a sua assimilação se expressa através dos diversos agentes que promovem a sua transformação. Neste processo, todos (brancos, negros, pardos, ricos, populares ou miseráveis) são coautores do que vem a ser este atual rasgo do espaço urbano central.



Figura 99: Verticalização no perímetro central
Fonte: Daniel Moraes Botelho (2012)

Ao observar esta imagem (figura 99) parece difícil encontrar os objetos remanescentes da sua formação, bem como as ações refletidas na configuração atual. De fato, vários destes objetos foram sucumbindo às exigências do chamado progresso da cidade, mas a verticalização deste perímetro sugere apontar que as funções ainda mantiveram fortes vínculos com o período de sua gênese.

Na atualidade, esta área verticalizada ainda representa o centro comercial da cidade, as ruas XV de Novembro, Sete de Setembro e Andrade Neves, interligadas por suas galerias comerciais, revelam as funções do passado que se perpetuaram. Atualmente, não são mais os bazares, armazéns ou comércio de artigos em couro,

ali encontrados, pois os novos hábitos, atravessados pelo processo de mundialização da cultura, oferecem à população seu comércio de diferentes artigos e distintos gêneros para todas as classes sociais, das lojas populares às boutiques com seus artigos de luxo. As diversas empresas prestadoras de serviços, as agências bancárias, livrarias e escritórios passaram a ocupar este espaço. Os agentes imobiliários e incorporadores do ramo, provocaram a verticalização do perímetro central, como maneira de valorizar o solo urbano travestido para atender as novas demandas da cidade.

Na segunda metade do século XX, esta área passou a assistir a estas transformações, dos conjuntos de escritórios aos condomínios residenciais de luxo, cercando a Praça Coronel Pedro Osório, preservando, desta maneira, um vínculo com o imaginário de *status* social, ao manterem suas residências no chamado coração da cidade. Para melhor ilustrar e compreender o processo de verticalização, o conjunto de fotografias do núcleo central (figura 100) resgata alguns dos objetos demarcadores desta lógica do capital imobiliário, em destaque no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Um caminho de volta ao passado, na tentativa de sinalizar algumas das sementes, esquecidas ou não, ainda é capaz de alimentar a memória urbana, como um elo que conduz à essência do perímetro central.

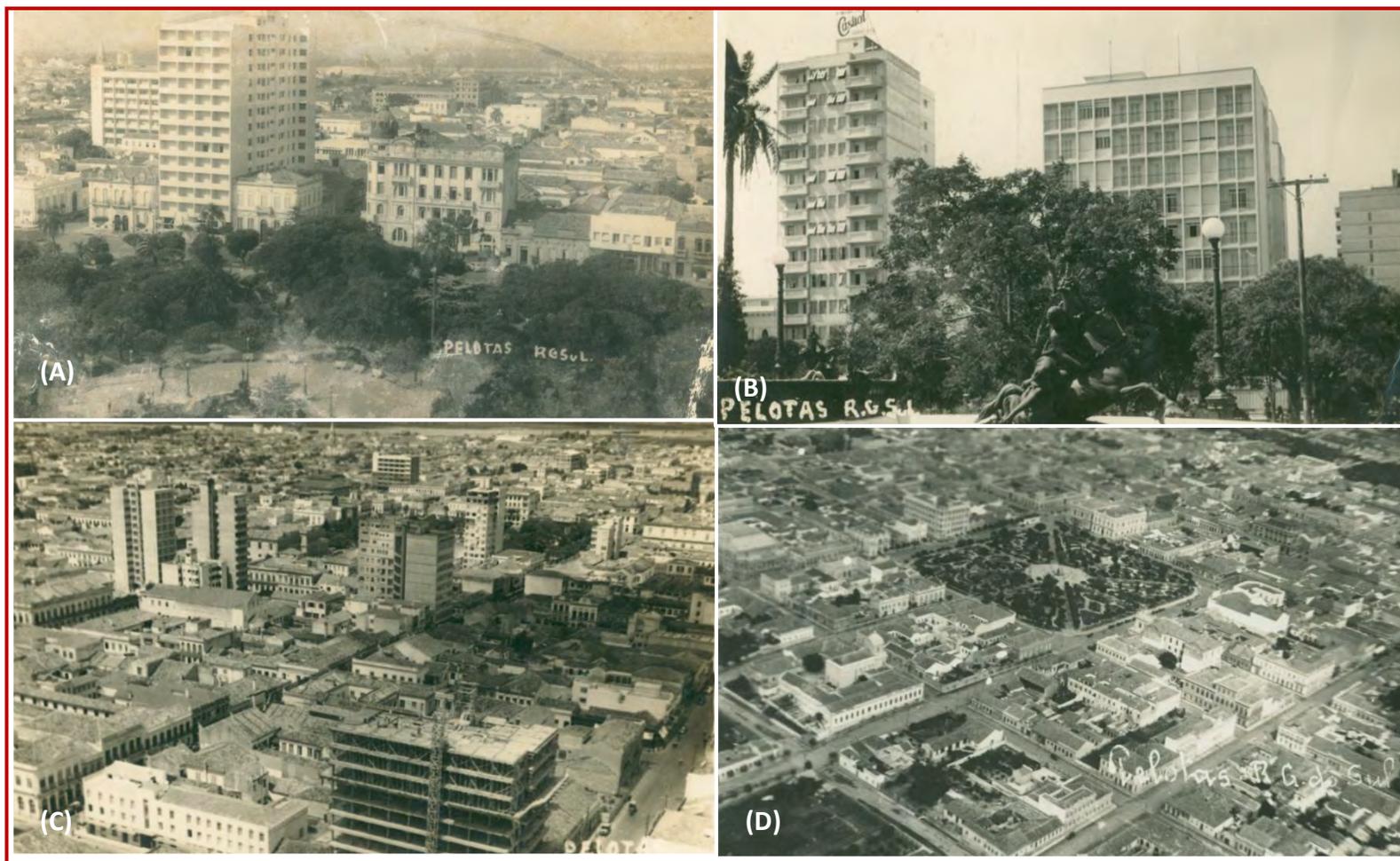


Figura 100: Verticalização no entorno da Praça Coronel Pedro Osório
Fonte: AEA (LAD/UCPel)

As antigas fotografias revelam a gênese da verticalização nesta área. Inicialmente o entorno da Praça procurou manter o caráter residencial do perímetro central com a construção dos conjuntos residenciais multifamiliares (figuras 100A e 100B), na época considerados de luxo, destinados às classes de maior poder aquisitivo, provavelmente por se situarem no coração da urbe, próximo às facilidades deste modo de vida, do comércio, dos serviços e das áreas de lazer e entretenimento. Nas imediações deste núcleo (figura 100C), veem-se as edificações destinadas aos escritórios, salas comerciais e, também, conjuntos residenciais.

Mesmo diante deste processo, esta paisagem ainda guarda alguns objetos do apogeu, social, político e econômico. O Chafariz Fonte das Nereidas, os casarões dos Barões do Charque, o Grande Hotel, o Teatro Sete de Abril, o Banco Pelotense (atual Banrisul), o Banco do Comércio (atual prédio do Mercosul) e o Banco da Província (atual Banco Itaú), além das unidades habitacionais e comerciais, timidamente comprimidas entre os edifícios construídos ao longo do século XX.

Porém, são estes objetos que alimentam a memória dos pelotenses, os quais parecem ainda guardar em sua identidade o imaginário do prestígio social. Suas ruas centrais ainda guardam as funções comerciais, por todos os lados as vitrines e galerias comerciais revelam um pouco dos hábitos da sociedade de consumo, bem como as confeitarias que nutrem o ideário de Capital Nacional do Doce. As ruas comerciais passaram a se transformar em calçadas, nos quais transitam todos os tipos de habitantes. É sabido que a cidade de hoje congrega verdadeiras “microcidades” em seus bairros, mas o “centro”, ainda mantém fortes vínculos com o viver da cidade, sejam pela oferta de serviços e *locus* das manifestações da sociedade.

A Praça Coronel Pedro Osório não vive mais o apogeu das movimentadas sessões cinematográficas, recitais e encenações no Teatro Sete de Abril, nem mesmo a movimentação dos hóspedes do famoso Grande

Hotel. Objetos em processo de restauração ou restaurados aguardam por antigas e novas funções no século XXI. Mas, a praça revive suas memórias com os jogadores de damas, as manifestações culturais da Feira do Livro e os piqueniques culturais que parecem se (re) construir na dinâmica diária, um universo de jovens com cabelos multicoloridos, estudantes, comerciários na pausa da jornada de trabalho, aposentados, cidadãos apressados e prostitutas, os quais são embalados pelas canções do artista de rua.

Os condomínios residenciais ao seu redor já não expressam o *status* social, hoje a cidade se fragmenta em condomínios residenciais populares e de luxo, afastados da área central. Outra lógica dos incorporadores imobiliários que suscitam à população o desejo de reviver os feitos dos seus antepassados, isso é, residir em locais afastados da violência, insegurança e miséria, para citar alguns fatores. Estes ambientes, expressão da segregação urbana, revelam o imaginário de residir em um local próximo-distante do caos do núcleo urbano.

Do saudoso carnaval “Da XV”, como foi conhecido, não há mais confete, serpentina nem mesmo o famoso limão de cheiro, não ecoa mais o “Zé Pereira”. Atualmente “Abre Alas” para os frequentadores do Café Aquário (Rua Sete de Setembro esquina XV de Novembro), onde as histórias e as memórias são alimentadas. Do ponto de encontro de advogados, políticos e homens de negócio, espaço estritamente masculino, hoje se dá lugar à pluralidade que invade o café: homens e mulheres, jovens e velhos convivem pacificamente nessa espécie de esquina democrática.

Nestas estreitas ruas, escondidas em meio à cidade que se verticaliza, parecem ressoar as tropas de Zeca Netto. Um burburinho ao longe parece exumar o quebra-quebra do preconceito contra alemães e italianos. Mas é o trânsito dos catadores de papelão com seus cavalos cansados e os passos apressados da população no seu transitar diário. Porém, o perímetro central ainda mantém acesa a chama das manifestações populares, pois

ao longo do século XX e XXI, é por estas ruas que o povo se concentra para traduzir seus desejos e sonhos, lutas e vitórias.



Figura 101: Manifestações populares em 2013
Fonte: Carlos Queiroz (Diário Popular)

O perímetro central, em especial a Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno, é a área onde a população procura manifestar suas inquietações político-culturais. No registro (figura 101A), a esplanada do Teatro Sete de Abril se transformou em palco popular para a manifestação “Dia Sete as Sete Horas no Sete”, uma forma de reivindicar do Poder Público o restauro do prédio: se no Teatro não há mais artistas e aplausos, a rua se transformou em palco para os artistas locais. Já no registro (figura 101B), são expressas as tensões políticas e

sociais da Mobilização Nacional Brasileira de 20 de junho de 2013, reunindo uma multidão no largo do Mercado Central, em uma manifestação pacífica.

Portanto, mesmo diante das novas estruturas econômicas, de classe e políticas, os antigos e novos objetos parecem exercer o poder de reviver funções no processo dinâmico e complexo de formação do espaço urbano. Digo isso ao considerar que esta paisagem permeada por sua característica transtemporal, pois nela ainda se concentra o comércio, o *locus* das manifestações populares e ponto de encontro, não programado, da população local.

Este rasgo, na medida em que se revela, expressa a qualidade de coração da cidade. Atribuir-lhe esta denominação significa aproximar-se das palavras de Galeano, porque este exercício para revelar paisagens no espaço urbano também é recordar, ou seja, passar pelo coração, pois ao recolher estas memórias fotográficas das formas, funções, estruturas e processos, também requer passar pelo perímetro central.

NO GIRO DO CALEIDOSCÓPIO IMAGINÁRIO, NOS TELHADOS DE PELOTAS: REFLEXÕES FINAIS

Ao girar nos telhados da cidade, na tentativa de revelar paisagens, à primeira impressão é de não haver nada de novo, pois do alto dos edifícios é possível contemplar as formas da urbe. Porém, a simples distribuição e aparência dos objetos pouco expressa o sentido da paisagem como produção da sociedade. Para extrair-se interpretações significativas deste olhar, requer estabelecer que o seu resultado expressa uma acumulação desigual de objetos e ações ao longo tempo.

Assim, a proposta de revelar rasgos no espaço urbano, através de fotografias e cartões postais, significa considerá-los como algo que ficou ligado ao tecido espacial. Não se trata de objetos que rasgam o espaço, pois eles também são gênese, processo e resultado desta produção. Ao tomá-los como algo ainda preso, os suportes iconográficos permitiram a construção de uma narrativa que se foi compondo com as memórias e o aporte teórico dos estudos sobre a cidade de Pelotas, como maneira de contextualizá-los na complexa trama dos desdobramentos, sociais, políticos, culturais, econômicos e sentimentais.

Nesta condição de *flâneur* dos ares sobre os telhados da urbe, o geógrafo tende a cartografar suas descobertas, andanças e experiências através dos registros fotográficos, a fim de revisitá-las a qualquer momento e redescobri-las diante dos novos impulsos internos e externos. Esta espécie de “cartografia sentimental” assumiu um papel importante para desvelar este rasgo-recorte-pedaço da cidade, delimitado pela minha retina.

Como diz Rolnik (1989, p.66), o desenvolvimento de uma teoria para esta cartografia sentimental se faz juntamente com as paisagens, cuja formação o cartógrafo acompanha. Para isso, ele absorve matérias de

diferente procedência, sem o menor racismo de linguagem ou estilo, “tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo”.

Ao tomar emprestado este termo da autora sinalizo, no processo de estudo da paisagem, a necessidade de extrair das diferentes fontes teóricas os subsídios necessários para sua compreensão. Além, das narrativas contidas nestes suportes iconográficos, as memórias, notícias e estudos das diferentes áreas do conhecimento se associam na decodificação da análise. Para garantir este processo, a concepção de rasgos no espaço urbano como pedaços-recortes, estão presos ao todo, o espaço. Diante disso, foi possível estabelecer uma apreciação metodológica mediada pelas categorias de análise do espaço geográfico. E assim, proporcionar um diálogo fértil que parece romper com a linguagem hermética da academia.

Este fato não invalida o cunho científico da pesquisa, tendo em vista que as fontes utilizadas possibilitaram dar sentido ao *processo* das principais transformações (sociais, culturais, econômicas e políticas) ocorridas ao longo do período de formação da cidade de Pelotas, bem como identificar a sua *estrutura* demográfica, de renda e produção no tempo e no espaço. Ao observar, reconhecer e analisar os objetos através das fotografias e cartões postais, foi possível compreender a sua *forma*, distribuída no conjunto do espaço urbano, a qual carrega as *funções*, heranças das intencionalidades e/ou tarefas dos objetos criados.

As interpretações das imagens coletadas, subsidiadas pelo aporte teórico, possibilitaram entender que o processo de formação do espaço urbano pelotense se dá a partir de uma ação contínua. À medida que os objetos são analisados no seu contexto histórico, eles revelam as estruturas de produção, de consumo, de renda e social, as quais estão associadas às funções desempenhadas e sua distribuição no território.

Tendo em vista o estudo interpretativo da paisagem, este sinaliza um meio para compreender a coexistência das formas herdadas, a evolução das ações no espaço, as relações (sociais, econômicas e políticas) e os processos históricos. Considerando-a como um pedaço do todo, ela contém o conjunto das categorias geográficas de análise do espaço. É uma estratégia que permite contextualizar a história espacial, abarcar a dinâmica da sociedade, perceber a coexistência do passado e presente e compreender as transformações espaciais, como maneira de pensar e projetar o futuro.

Cabe ressaltar que ao utilizar fotografias e cartões postais antigos no estudo interpretativo da paisagem, estes suportes representam fontes mensageiras de um subtexto e constituem um universo simbólico de determinada sociedade. Os objetos captados em determinado momento guardam em si as ações do passado e/ou a (re)apropriação no presente. Considerando ser o espaço uma acumulação desigual de tempos, o cruzamento destes suportes iconográficos oportuniza revelar a paisagem e desvelar a formação do espaço como um conjunto indissociável de objetos e ações.

Se estes suportes são as vistas de uma determinada área, mostrando os objetos (naturais e construídos), um determinado modo de vida, verdades e segredos implícitos, ou ainda, uma experiência de vida, eles representam as heranças da formação espacial nas diferentes etapas de desenvolvimento de uma sociedade, suas técnicas, hábitos, usos e costumes. Mas igualmente, são as marcas de um universo simbólico, dotadas de sentimentos intrínsecos ao observador e produto da apropriação e transformação do meio pelo homem, um círculo aberto do qual extraímos diferentes desdobramentos.

Ao tratar destes sentimentos intrínsecos, a paisagem como rasgos do espaço em que vivo, não há possibilidades de destituir as afeições e sentimentos, até mesmo os acontecimentos não vividos, mas que passam

a constituir minha experiência cidadina. Afinal, também sou esta paisagem revelada, pois faço parte desta sociedade e com estas formas-objetos tenho interação diária. Além disso, minhas ações no conjunto da sociedade representam sementeiras na (trans)formação da paisagem e a conseqüente (re)produção do espaço.

Neste sentido, compreender o espaço vivido requer dar significado aos objetos, não como alegorias de tempos passados, mas a coexistência no presente, do ontem e do hoje, dos objetos e ações, das formas e suas (re)funcionalidades. Na dinâmica da estrutura socioeconômica eles são transversalizados pelo processo histórico, na sua escala local e global.

Ao revelar estes rasgos no espaço urbano de Pelotas, assumo carregarem estas paisagens em si parte do todo e compreendo haver outros rasgos repletos de conteúdos. Mas, certamente estes, ao serem revelados na continuidade das novas pesquisas, impreterivelmente estarão associados ao cerne de formação da cidade, o qual transita pelo rasgo fabril e o perímetro central.

O estudo da paisagem, a partir do conjunto dos objetos e ações, significa penetrar na retroalimentação destas categorias, tendo em vista estes objetos também resultarem das ações e estas instaurarem permanência, transformação ou instalação de novas formas espaciais. Também cabe a este conjunto assumir sua característica de símbolo espacial, na medida em que representa as expressões sociais, culturais, econômicas e políticas de formação do espaço urbano.

Os suportes iconográficos (fotografias e cartões postais) também conservam de maneira explícita ou implícita, o seu conteúdo simbólico, uma expressão entre o visível e o invisível, a qual se manifesta nas aproximações com os registros teóricos. Portanto, a partir do processo de análise destes símbolos, os rasgos se

revelam nas intencionalidades de organização do espaço, no modo de vida da população, da sua estrutura socioeconômica no tempo e no espaço, bem como desvendaram os hábitos, costumes e ideais da sociedade.

Atribuir caráter simbólico às fotografias e cartões postais significa compreendê-los como objetos e ações carregados de ideias, emoções e atos, utilizados para representar de maneira evidente as expressões idealizadas do modo de viver a cidade. Porém, tais suportes também conservam na sua obscuridade os conflitos e transformações da sociedade, sejam culturais, econômicas, políticas e estruturais. No exercício de recuperar estes símbolos, reencontro no cotidiano os mesmos objetos e ações, por vezes mantendo sua funcionalidade, por outras refuncionalizados, ou ainda encontro a introdução de novos artefatos, mediados pela dinâmica da sociedade, pois os registros iconográficos são capazes de conferir o atributo transtemporal à paisagem revelada.

Diante disso, reitero a proposta de Santos (2004), ao apontar que o passado encerra as raízes do presente, ou ainda, como as formas de esquecimento de Augé (1998), sementes que parecem fazer brotar uma flor nascida da brancura do sal das terras regadas pelo suor do trabalho escravo e das águas tingidas de vermelho do sangue. E as luzes da nova Europa parecem iluminar a ribalta deste espaço urbano que floresce em pétalas de uma *flor do sal*³⁷.

No processo interpretativo para revelar a paisagem, as fontes usadas são como pétalas dessa nova floração ou, ainda, lentes que proporcionam encontrar a cidade atual, contida em sua forma primitiva, como a experiência provocativa de Calvino (1989), na sua invisível Olinda.

³⁷ Título do poema-relato de Mário Osório Magalhães, um resumo poético da história de formação da cidade.

Quem vai a Olinda com uma lente de aumento e procura com atenção pode encontrar em algum lugar um ponto não maior do que a cabeça de um alfinete que, um pouco ampliado, mostra no seu interior telhados, antenas, clarabóias, jardins, tanques, faixas através da rua, quiosques nas praças, pistas para corridas de cavalos. Aquele ponto não parece imóvel: depois de um ano, já está grande como um limão; depois, como um cogumelo; depois como um prato de sopa. E eis que se torna uma cidade de tamanho natural, contida na primeira cidade: uma nova cidade que abre espaço em meio à primeira cidade (CALVINO, 1990, p.119).

De fato a cidade não é estática, sofre acréscimos e substituições espaciais ao longo do tempo. Ao vasculhá-la e penetrar em seu labirinto de ruas e formas, as suas entranhas parecem guardar objetos e ações pretéritas das claraboias que iluminavam a vida privada, das cúpulas que expressavam o prestígio social e econômico, das praças com seus antigos e novos atores ou das chaminés com sua fumaça de memórias, um jogo de espelhos de um imaginário caleidoscópico que parece revelar cidades de ontem contidas na atual.

Destes acréscimos e substituições, objetos e ações, contidos nos registros iconográficos surge a lógica da complexidade histórica sob a influência dos fatos passados na existência atual, como forças longínquas, do ontem e do hoje, que procuraram assegurar o funcionamento global da sociedade. Por sua vez, agregam-se na tensão e coesão as ações localmente constituídas, conferido a eles a categoria de símbolos espaciais.

Assim, as fotografias e cartões postais apresentam elementos visíveis/invisíveis que se avizinham às categorias geográficas de espaço e paisagem. Seus conteúdos proporcionam compreender como os objetos se distribuíram no espaço e também suas intencionalidades. Desta maneira tem-se a dimensão das funções por eles desempenhadas no espaço urbano, as quais mantêm um vínculo importante com as estruturas sociais e econômicas de cada período do movimento de transformação histórica.

Saliento que o processo para extrair informações dos registros fotográficos requer buscar fontes teóricas produzidas sobre o objeto de estudo. Portanto, as pesquisas das diferentes áreas de conhecimento, as notícias de jornais e os relatos e memórias sobre a cidade são fundamentais para o geógrafo poder compor a narrativa destas expressões visuais da paisagem.

Porém, salienta Abreu (2011, p.25):

[...] para a recuperação da memória das cidades, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável [...] Há que se ter cuidado, entretanto, com a memória individual. Ela é, por definição, subjetiva. Isso quer dizer que fazemos da nossa memória o que bem queremos. Há também um outro fato para o qual é preciso sempre atentar: o espaço da memória individual não é necessariamente um espaço euclidiano. Nele, as localizações podem ser fluidas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais e a referência, mais topológica do que geográfica [...] para o resgate da memória das cidades a ancoragem tem que ser objetiva, o que não impede que seja enriquecida com uma série de lembranças subjetivas. O importante é que, quando as utilizarmos, saibamos evitar as suas armadilhas.

Para evitar estas armadilhas no estudo interpretativo dos rasgos do espaço urbano, ao assumir uma perspectiva de estudo da paisagem, as fontes do preservacionista Nelson Nobre Magalhães carregam em si os meios para explicar o conjunto de técnicas, usos e costumes construídos socialmente, culminando em tipologias de formas pelas quais a sociedade organizou o seu meio, e ainda, representam uma parcela da superfície delimitada pelo observador, na qual interatua com os fenômenos internos e externos.

Estes registros, tomados como espelhos de um imaginário caleidoscópico, podem gerar a noção de subjetividade deste estudo. Porém as peças que compõem este instrumento estiveram balizadas pelas categorias de análise do espaço: forma, função, estrutura e processo. Diante disso, cabe afirmar que as fotografias e cartões

postais também são expressões visuais da paisagem. Portanto, a interpretação dos rasgos se utiliza dos métodos de estudo da paisagem, ao considerá-la como expressões percebidas de uma área delimitada pelo observador e mediada pelas estruturas, gênese das formas e funções e dos processos históricos, imbricados à cultura, à economia e à política.

Associando-me a esta afirmativa considero serem estes rasgos contidos na área urbana de Pelotas, também memórias da produção e formação deste espaço geográfico, tendo em vista que o processo para revelá-los no espaço urbano manteve-se pautado pelas categorias de análise metodológica, as premissas do estudo geográfico do espaço, garantindo a manutenção de um diálogo interpretativo com as fotografias, cartões postais e fascículos do Laboratório de Acervo Digital.

Diante dessas reflexões, há sinais de resposta às indagações iniciais de estudo. A partir delas, assumo que os rasgos, como uma expressão da memória do lugar, representam uma dimensão do espaço urbano, pois, partindo deles, é possível descortinar o acontecer da cidade, como frações para reconhecer a riqueza do processo cumulativo dos tempos. Eles formam um elo de encontro do passado e presente resultado do lento giro desse caleidoscópio que corporifiquei no meu eixo para extrair as imagens destes rasgos, estes símbolos, sinais e mensagens que proporcionaram desdobrar-se em uma linguagem geográfica do diálogo destes rasgos com a *Pelotas Memória* de Nelson Nobre Magalhães.

A partir do apontado por Kossoy (2000), o estudo proporcionou revelar conexões das realidades ocorridas no rasgo fabril e perímetro central, conforme o processo histórico de formação do espaço pelotense, as quais serviram para descobrir referências e valores do passado que ainda atravessam o viver na cidade. Ao

identificar as formas e as funções compreende-se a complexa estrutura da sociedade onde os incluídos e excluídos, os lembrados e esquecidos parecem penetrar no tempo presente.

No processo de análise destes rasgos revelados, a decodificação das informações é resultado da sobreposição dos elementos contidos na imagem e percebidos de maneira relacional ao seu entorno, por vezes invisíveis ou complementares ao tipo de organização espacial, articulados com os recursos escritos e o conhecimento da cultura, da sociedade, da economia e da política. Daí se dizer que eles são expressões do nosso cotidiano e, também, contemplam nossa experiência de vida, sem com isso abdicar do necessário rigor científico.

Assim, a construção deste estudo, pautado pelo texto e subtexto das imagens, é uma abertura para geografar os rasgos no espaço urbano, ao tomá-los como uma expressão do espaço geográfico, onde passado, presente e futuro tendem a cortejar os aspectos visíveis/invisíveis e subjetivos ao olhar do observador. Não tenho dúvidas de que esta concepção de análise fomentará outras apreciações à luz da ciência geográfica. Também entendo estarem as ciências prenhes de novos e intensos olhares, a fim de ampliar a apreensão de um fenômeno.

Portanto, esta tese se abre ao diálogo com outras áreas do saber e, dentre elas, destaco os estudos do turismo e do planejamento urbano. Estes com seus métodos próprios podem utilizar-se das análises interpretativas da paisagem a fim de apoiar a construção de políticas públicas para a conservação do patrimônio cultural, estratégias de refuncionalização de áreas obsoletas, ou ainda, promover ações para moradores e forasteiros terem subsídios capazes de interpretar o espaço em que estão inseridos.

Por fim, cabe deixar claro haver outros rasgos para conferir a dinâmica do atual espaço urbano. Mas, esta experiência permitiu revelar que os acervos constituídos de fotografias e cartões postais são ecos da

paisagem e, na medida em que se busca desvelá-los, abre-se a possibilidade de conversar com os diferentes olhares. Ainda mais, conscientizar-se de métodos conferidos pelo estudo do espaço geográfico estarem contidos nesses retângulos de papel, bem como eles serem símbolos das diferentes práticas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Geografar estes rasgos significou (re)aprender a ler e (re)escrever a cidade e o espaço urbano como mundos imediatos. Dos telhados, os objetos registrados pela minha retina representaram os espelhos por onde escorre o tempo deste caleidoscópio do qual sou o gestor e as categorias de análise do espaço foram as suas peças. Um giro, um caminho para revelar a dinâmica da paisagem. Agora ao descer dos telhados e repousar meus pés no solo, não só uma nova dimensão da cidade se expressa, também fica a inquietação de buscar novos pontos nos ares de Pelotas, para revelar outros rasgos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. *Sobre a memória das cidades*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios* São Paulo: Contexto, 2011.

AGUIAR, Marlise Sanchotene de. *Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009 (Dissertação de mestrado em Filosofia e Ciências Humanas)

AUGÉ, Marc. *Las formas del Olvido*. 1. ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Tradução do Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto nacional do livro. Coleção de obras raras IV, 1953.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória, ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem na geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BURDEN, Ernest. *Dicionário Ilustrado de arquitetura*. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Uma leitura sobre a cidade*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. *O Turismo e a produção do não-lugar*. In: YÁZIGI, Eduardo et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARVALHO, Yara Maria de. *Imagens e lazer*. In: Temas sobre lazer. Helena Turini Bruhns (Org.). Campinas: Autores Associados, 2000. p.145-156.

CHOLLEY, Andre. *Observações sobre alguns conceitos geográficos*. Boletim geográfico. Rio de Janeiro. v.22, n.180, mai/jun.1964 (p.267-277) [original, 1948]

CORRÊA, Roberto Lobato. *Análise crítica dos textos geográficos: breves notas*. GeoUERJ, Rio de Janeiro, n.14, p.7-18, 2º. Semestre de 2003.

_____. *Carl Sauer e a geografia cultural*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. v.51, n.1, p. 1-124, jan/mar. 1989 (p.113-122)

_____. *Denis Cosgrove: a paisagem e as imagens*. Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro. UERJ. n.29, jan/jun. 2011 (p.07-21)

_____. *Espaço um conceito-chave da geografia*. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. (Orgs.) Geografia conceitos e tema. ed.14. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995

DALTOZO, José Carlos. *Cartão postal: arte e magia*. Presidente Prudente: Cipola, 2006.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4. ed. Porto alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

D'EU, Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. ed. 5. Curitiba: Positivo, 2010.

FREITAS, Henrique Mello de Rodrigues e JANISSEK, Raquel. *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para a exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sphinx, Sagra, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 18/01/2013.

GALEANO, Eduardo. *Livro dos Abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre. L&PM:2002.

GEORGE, Pierre. *A vida e obra de Max-Sorre*. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. v.26, n.201, nov/dez. 1967 (p.15-22) [original 1962]

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos*. Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Unicamp: Campinas, 2007.

COSGROVE, Denis. *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo das paisagens humanas*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 3. ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *Territorialidades gaúchas*. In: BASSO, Luis Alberto SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes VERDUM, Roberto. (Orgs.) Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 18/04/2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: < www.iphan.gov.br>. Acesso em 03.01.2013

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Teodemiro Tostes. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde S.A., 1949 [original 1835]

JANKE, Neuza Regina. *Entre os valores do patrão e os da Nação, como fica o operário? (O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940 – 1970)*. Pelotas: Cópias Santa Cruz Ltda, 2011.

KOSSOY, Boris. *Estética, memória e ideologias fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado*. In; Acervo: revista do Arquivo Nacional. Vol. 6, n. 1-2, (jan./dez 1993.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993 (p. 13-24).

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LA BLACHE, Vidal. *A geografia na escola primária*. Boletim geográfico. Rio de Janeiro. v.1, n.1, abril, 1943. (p.18-24) [original, 1928]

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, Solange Ferraz. *A plasticidade urbana: as representações da cidade de São Paulo nas fotografias de 1950*. In: Acervo: revista do Arquivo Nacional. Vol. 6, n. 1-2, jan/dez. 1993. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993 (p.111-120).

LIPOVESTKY, Gilles & SÉBASTIEN, Charles. *Os Tempos Hipermodernos*. Trad. Vilela, M. 3ª Reimpressão. São Paulo: Barcarolla, 2007.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária, Unitrabalho, 2001.

LOPES, André Luís Borges. *Cidade e modernidade: a Pelotas dos anos 50*. História e-historia. Unicamp, 2009. Disponível em: <www.historiaehistoria.com.br>. Acesso em: 22/06/2011.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. UFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

MANGUEL, Aberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARRONI, Fabiane Villela. *Pelotas (re)vista: a Belle Époque da cidade através da mídia impressa*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008 (Tese de doutorado em comunicação e semiótica)

MASSAGLI, Sérgio Roberto. *Homem da multidão e o flâneur no conto "O homem da multidão" de Edgar Allan Poe*. Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários. v.12 (Jun. 2008).Londrina (p.55-65). Disponível em: <www.uel.br/pos/letras/terraroxa>. Acesso em: 27/12/2012.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. *A fotografia como documento: uma instigação à leitura*. In: Acervo: revista do Arquivo Nacional. Vol. 6, n. 1-2, (jan./dez 1993.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993 (p. 121-132).

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim & SCHLEE, Andrey Rosenthal. *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Palloti, 1998.

NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. *Nossa Cidade Era Assim*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1989.

_____. *Nossa Cidade Era Assim*. v.2. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1994.

_____. *Nossa Cidade Era Assim*. v.3. Pelotas: Editora Universitária/UFPeI, 1999.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. 4. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 1996

PIRES, Paulo dos Santos. *Interfaces ambientais do turismo*. In: TRIGO, Luís Gonzaga Godói (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

QUEIROZ, Eça. *Correspondência*. Disponível em: <www.feq.pt>. Acessado em 12 de outubro de 2012.

QUINTANA, Mário. *A rua dos cataventos*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2005.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

RODRIGUES, Balastrieri Adyr. *Geografia do turismo: novos desafios*. In: TRIGO, Luiz, Gonzaga Godoi (Org.). *Turismo como aprender como ensinar*. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

ROESLER, Sara & MOURA Rosa Maria Garcia Rolim. *O acervo protomoderno pelotense e seu potencial para habitação de interesse social*. Anais do 8º Seminário DOCOMOMO Brasil: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <www.docomomo.org.br>. Acesso em: 12/01/2011.

ROSA, Mário. Geografia de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1985.

ROUX, Michel. *O Re-encantamento do território – O território nos rastros da complexidade* –. In: GALEANO, Alex e SILVA, Aldo Aloísio Dantas. (Orgs.). Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Aldroaldo Mesquita da Costa. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreira Editor, 1987

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *O espaço do cidadão*. 3. Ed. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAUER, Carl. *A morfologia da paisagem*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem tempo e cultura, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, Cassandra Ribeiro. *Metodologia e organização de projeto de pesquisa: guia prático*. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfologia urbana da cidade de Pelotas, Brasil, 1812-2000*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2002 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

_____. *Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX*. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v. 14, p. 184-201, 2000.

_____. *Produção imobiliária e reestruturação urbana nas cidades de Pelotas e Rio Grande (RS)*. Anais do X Encontro Nacional de Geógrafos da América Latina: Universidade de São Paulo, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Espaço geográfico uno e múltiplo*. Scripta Nova.Revista Electrónica de Geografía Y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. N. 93, 15 de julio de 2001. 2005. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/> Acessado em 18 de março de 2010.

TAVARES, Francine Morales. *Ações e políticas públicas referente ao patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas*. In: MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZÁLES, Ana Maria Sosa (orgs). *Políticas públicas do patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos*. Pelotas/RS: Editora UFPel, 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *Geografia humanística*. Transcrito dos Annals of the Association of American Geographers, 66: (2), junho 1976. Título do original: Humanistic Geography. Tradução de Maria Helena Queiroz, In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1992.

UEDA, Vanda. *A implantação do telefone: o caso da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência - Pelotas/Brasil*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 46, 1999

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Cartões Postais; Imagens do progresso (1900–10)*. Scientic Eletronic. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 13 de maio de 2010.

VENTURINI, Carolina Maria Mártires. *Cartão Postal: o tempo de uma cidade*. Lato & Sensu. Belém, V.2, n. 3-4, p. 90 -92, 2001. Disponível em: <www.nead.unama.br> Acesso em: 25 de julho de 2010.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A Cidade Fragmentada: o planejamento e a segregação social do Espaço Urbano em Pelotas*. Pelotas: Ed.UFPel, 2005.

WHITE, Edmund. *O flâneur um passeio pelos paradoxos de Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. *A importância da paisagem*. In: YÁZIGI, Eduardo, (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

FASCÍCULOS E JORNAIS

FASCÍCULOS

MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Passeando Pelotas*. Pelotas Memória. Ano 12. n.1, 2001

_____. Pelotas Memória. Edição Especial. Ano 11, 2000a

_____. *Pelotas: tempo de ontem*. Pelotas Memória. Ano 11. n.2, 2000b.

_____. *Imagens*. Pelotas Memória. Ano 11. n.3, 2000c.

_____. *Sua Majestade Momo*. Pelotas Memória. Ano 10. n1, 1999.

_____. *Pelotas: Vitrines do Tempo*. Pelotas Memória. Edição Especial. Ano 8, 1997.

_____. *Parque Pelotense um sonho que virou saudade*. Pelotas Memória. Edição Especial, 1992a.

_____. Pelotas Memória. Edição Especial, 1992b

_____. Pelotas Memória. Fascículo I, 1989a.

_____. Pelotas Memória. Fascículo II, 1989b.

_____. Pelotas Memória. Fascículo III, 1989c.

_____. Pelotas Memória. Fascículo IV, 1990a.

_____. Pelotas Memória. Fascículo V, 1990b.

_____. Pelotas Memória. Fascículo VIII, 1991a.

_____. Pelotas Memória. Fascículo IX, 1991b.

_____. Pelotas Memória. Especial, 1991c.

_____. Pelotas Memória. Fascículo I, 1994.

_____. Menestrel. Periódico de divulgação literária. Ano XII, n.1. jan-fev, 1986a.

_____. Menestrel. Periódico de divulgação literária. Ano XII, n.3. maio-jun, 1986b.

JORNAIS

Correio Mercantil, 02 de abril de 1878.

Correio Mercantil, 21 de fevereiro de 1898.

Diário de Pelotas, 18 de julho de 1868.

Diário Popular, 06 de dezembro de 2012.

Diário Popular, 09 de maio de 2013.

Diário Popular, 21 de junho de 2013.

LETRAS DE MÚSICAS

HOLLANDA, Chico Buarque. *Roda Viva*. In: Chico Buarque de Hollanda V.3. RGE – Som Livre, 1968

LISBOA, Nei. *Telhados de Paris*. In: Hein?!. EMI-Odeon, 1988

RAMIL, Vitor. *As moças*. In: A paixão de V segundo ele próprio. Som Livre, 1984

_____. *Satolep*. In: A paixão de V segundo ele próprio. Som Livre, 1984